



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

*PARTICIPAÇÃO COMO FORMA DE EXERCER CIDADANIA:
O CASO DO BAIRRO DO CASTELO, EM LISBOA*

*Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do
grau de Mestre em Estudos de Cultura – Variante: Estudos de Cultura*

Por

Inês Castelo Branco de Lemos Teixeira

Faculdade de Ciências Humanas

Setembro, 2015



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

*PARTICIPAÇÃO COMO FORMA DE EXERCER CIDADANIA:
O CASO DO BAIRRO DO CASTELO, EM LISBOA*

*Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para obtenção do
grau de Mestre em Estudos de Cultura – Variante: Estudos de Cultura*

Por

Inês Castelo Branco de Lemos Teixeira

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação do Professor Doutor Peter Hanenberg

Setembro, 2015

Resumo

No Período Moderno o conceito de cidadania era caracterizado por dois aspectos distintivos: i) era definido à escala e imagem do Estado-nação; e ii) era entendido como um estatuto legal, composto por um conjunto de direitos e deveres. Esta definição nacional e legal é ainda hoje a base da cidadania contemporânea. No entanto, a forma como nos percebemos enquanto cidadãos e as práticas da nossa participação já não se limitam exclusivamente às fronteiras nacionais, nem aos direitos e deveres previstos pela Lei. Hoje, a cidadania é cada vez mais experienciada em diferentes espaços, entre os quais a cidade assume um lugar de destaque, e é exercida de diferentes formas, muitas vezes através de caminhos e ferramentas de participação que, apesar de não serem de natureza marcadamente política, têm consequências políticas (cf. Clark e Silva, 2009). Estas diferentes formas de participar, reflexo das novas relações globalizadas, apontam para um novo entendimento do mundo assente na sua organização cultural. Trata-se de um novo paradigma: «o paradigma cultural», nas palavras de Alain Touraine (2005), onde a cultura se evidencia como uma forma colectiva de dar sentido, participar e negociar a realidade.

Para uma melhor compreensão destes processos alternativos de participação nas cidades contemporâneas, a presente dissertação propõe desenvolver uma metodologia transdisciplinar e reflexiva, aliando a uma reflexão teórica, uma reflexão empírica localizada no bairro do Castelo, em Lisboa: um bairro que vive diariamente a tensão entre o local e o global – quer em relação à cidade de Lisboa, quer em relação ao mundo – e que através de iniciativas cidadãs e locais tem procurado preservar e recriar a sua identidade. No seu todo, estas iniciativas, ao nível dos espaços, das práticas e dos sujeitos, recordam ainda o «direito à cidade» de Henri Lefebvre (2012 [1968]), entendido como o direito a participar e decidir sobre os espaços que habitamos colectivamente.

Palavras-chave: cidadania, participação, direito à cidade, espaços, práticas, sujeitos, bairro do Castelo, Lisboa

Abstract

In the Modern Period, two distinctive aspects defined the citizenship status: i) its scope was based on the nation-state and ii) it was a legal status, with rights and duties. This definition, national and legal, is still at the basis of contemporary citizenship. However, the way we see ourselves as citizens, and the practices of our own participation in society are no longer confined to these national limits, or to the repertoire of formal rights and obligations. Today, participation is performed in various ways reaching new political, social, cultural or economical outcomes, through political or non-political paths and tools (cf. Clark and Silva, 2009). These different forms of participation, mirror of new global relations, point to a new understanding of the world based on its cultural organization. It is a new paradigm: «the cultural paradigm», in Alain Touraine's words (2005), where culture is a collective way of meaning, participating and negotiating the reality.

To better understand these new processes of civic and cultural engagement in contemporary cities, this research project relies on a transdisciplinary approach that combines theoretical reflection together with the empirical experience in the Castle neighbourhood – a highly historical and touristic small district of Lisbon which has been trying, through several civic, communal, cultural and local initiatives, to preserve and recreate its own local identity and its «right to the city» (Lefebvre, 2012 [1968]): the right to participate and decide about the spaces where we live collectively.

Keywords: citizenship, participation, right to the city, spaces, practices, subjects, Castle neighbourhood, Lisbon

Agradecimentos

Terminada esta etapa é momento de agradecer a todos os que fizeram deste longo percurso uma experiência mais agradável e recompensadora. Pela inesgotável cortesia, confiança e partilha, obrigada a todos os moradores do bairro do Castelo. Pela enorme receptividade e disponibilidade, obrigada Raquel Morais, Patrícia Ramalho, Gonçalo Brito e Cunha e a todos os que estão envolvidos no trabalho diário das associações *Fundo de Arquitectura Social* e *Há Castelo*. Pela paciência, confiança e sustento, mesmo nos momentos de maior desalento, obrigada Mãe e Pai. Por todo o carinho e companheirismo, pela valiosa ajuda na aplicação do inquérito, pelos debates acesos e revisões atentas, e ainda pela persistente (e paciente) motivação e fé, obrigada Manel. Pelas opiniões certeiras e companhia de sempre, obrigada Mariana. Pela amizade, pertinentes comentários, curiosidade e interesse, obrigada Inês. Pela consultadoria histórica e esclarecimento de dúvidas, obrigada João. Pelos sábios conselhos e paciente ajuda na clarificação e estruturação das ideias, obrigada Pedro. Pela ajuda crucial na análise dos dados, enorme simpatia e disponibilidade, obrigada Teresa. Pela valiosa ajuda na aplicação do inquérito, companhia na escrita, debate de ideias e estimulante ultrapassagem, obrigada Joana. Pelos momentos de reflexão e debate e, não menos importante, pelos momentos de amizade, diversão e convívio, obrigada Inês, Joana e Ricardo. Pelo enorme apoio e motivação na finalização da investigação, obrigada Lúcia. Pelas revisões críticas atentas e excelentes conselhos, obrigada Daniela e Sónia. E por fim, mas não menos importante, pela confiança, desafio, disponibilidade e elevada sabedoria com que abraçou este projecto, um grande obrigada ao Professor Peter.

Índice

Resumo

Abstract

Agradecimentos

Índice

1. Introdução	1
1.1 Metodologia	6
1.1.1 Análise Qualitativa	9
1.1.2 Análise Quantitativa	10
1.1.2.1 Instrumento e Procedimento	10
1.1.2.2 Participantes	11
1.1.2.3 Breve Caracterização do Bairro do Castelo	12
1.1.2.4 Tratamento dos Dados	13
1.1.3 Resultados	14
2. A Questão da Cidadania	15
2.1 As Origens da Cidadania	16
2.2 Os Desafios da Globalização	23
3. A Cidadania e os Estudos de Cultura: O Caso do Bairro do Castelo	28
3.1 Espaços	32
3.1.1 A Cidade como Palco da Cidadania	33
3.1.2 Utilizações do Espaço Urbano no Bairro do Castelo	38
3.2 Práticas	49
3.2.1 A Substância da Cidadania	50
3.2.2 Práticas de Participação no Bairro do Castelo	55
3.3 Sujeitos	64
3.3.1 Subjectividade e Cidadania	65
3.3.2 Construção de Sujeitos no Bairro do Castelo	70
4. Conclusão	74
Bibliografia	80
Anexos	
A. Entrevista <i>Associação de Moradores, Comerciantes e Amigos do Castelo (Há Castelo)</i>	84
B. Entrevista <i>Fundo de Arquitectura Social (FAS)</i>	85
C. Questionário	87
D. Dados Sociodemográficos	91
E. Recodificação das Variáveis – Análise de Componentes Principais (ACP)	94

1. Introdução

Ao regressar a Inglaterra depois da Primeira Guerra Mundial, Raymond Williams deparou-se com uma alteração fundamental: palavras como indústria, democracia, classe, arte e cultura eram agora utilizadas com novos sentidos, e os antigos e novos significados coexistiam simultaneamente na linguagem inglesa.

We find a history and complexity of meanings; conscious changes, or consciously different uses; innovation, obsolescence, specialization, extension, overlap, transfer; or changes which are masked by a nominal continuity so that words which seem to have been there for centuries, with continuous general meanings, have come in fact to express radically different or radically variable, yet sometimes hardly noticed, meanings and implications of meaning (Williams, 1985 [1976]: 17).

Raymond Williams organizou estas palavras – «*keywords*» – num vocabulário, no qual, além do desenvolvimento histórico de cada palavra, ficaram também visíveis alterações políticas, sociais e culturais da sociedade inglesa do pós-guerra. À semelhança do trabalho desenvolvido em *Keywords: A Vocabulary on Culture and Society* (1985 [1976]), esta investigação propõe considerar a palavra cidadania como uma «*keyword*» para pensar o mundo contemporâneo, uma vez que tal como as palavras estudadas por Raymond Williams, também a palavra cidadania parece esconder, por detrás de uma continuidade nominal, distintos e simultâneos entendimentos. Isto é, apesar da aparente estabilização do conceito de cidadania como o estatuto de pertença de um indivíduo a uma comunidade política (cf. Marshall, 1950), o seu significado parece ter sofrido grandes alterações ao longo dos tempos, tanto no âmbito da comunidade política, como na definição do próprio estatuto de cidadão. Em suma, ainda que a palavra se mantenha igual, ela contém em si mesma alterações sociais e históricas, acumulando diferentes significados e revelando um mundo em constante mudança.

Esta proposta de reflexão da cidadania é inspirada na discussão teórica de pendor crítico e reflexivo dos Estudos de Cultura, e em particular dos *Critical Urban Studies*, que definem teoria crítica em quatro proposições: «critical theory is theory; it is reflexive; it involves a critique of instrumental reason; and it is focused on the disjuncture between the actual and the possible» (Brenner, 2009: 201). Neste sentido, esta dissertação apresenta uma proposta de metodologia mista, concentrada tanto na reflexão sobre a cidadania de um ponto de vista teórico e conceptual, como do ponto

de vista aplicado, através do recurso a ferramentas qualitativas (observação etnográfica) e quantitativas (através de inquérito) para a investigação da cidadania na realidade social contemporânea. Este permanente movimento entre teoria e prática, que alia deliberadamente ferramentas dificilmente comensuráveis, espera não só oferecer uma reflexão mais rica sobre cidadania na contemporaneidade, como também contribuir para o diálogo sobre os métodos de análise nos Estudos de Cultura.

Desta forma, o desenvolvimento da reflexão divide-se em dois capítulos: 2. *A Questão da Cidadania* e 3. *A Cidadania e os Estudos de Cultura: O Caso do Bairro do Castelo*, reflectindo o primeiro sobre a cidadania prospectivamente, e o segundo prospectivamente, aliando à reflexão teórica a verificação de hipóteses e narrações de experiências observadas no Bairro do Castelo, em Lisboa.

No capítulo 2. *A Questão da Cidadania*, a reflexão parte de uma breve resenha histórica do significado e aplicação do conceito de cidadania. O Período Moderno tem especial enfoque no subcapítulo 2.1 *As Origens da Cidadania*, momento em que o conceito se define à escala e imagem do Estado-nação, e passa a ser entendido como um estatuto legal, composto por um conjunto de direitos e deveres. Esta definição, nacional e legal, continua a ser a base da cidadania contemporânea, ainda que o fenómeno da globalização suscite cada vez mais questões aos dois aspectos distintivos da cidadania moderna, nomeadamente quando questiona os limites jurídicos da cidadania à escala nacional, ou quando evidencia o paradoxo da natureza universal e exclusiva do estatuto de cidadão. Estas questões são exploradas no capítulo 2.2 *Os Desafios da Globalização* e, no seu conjunto, procurarão evidenciar o problema de reduzir todo o universo da cidadania apenas à sua definição nacional e legal, sob pena de excluir outros espaços, práticas e sujeitos existentes na realidade política das sociedades contemporâneas.

Considerando que se torna urgente a criação de novas ferramentas e perspectivas de análise para pensar a cidadania na contemporaneidade, o capítulo 3. *A Cidadania e os Estudos de Cultura: O Caso do Bairro do Castelo* procurará, através da análise de três elementos – espaços, práticas e sujeitos –, contribuir para o diálogo do estudo aplicado da cidadania na contemporaneidade. Desta forma, este capítulo estará organizado em três subcapítulos, 3.1 *Espaços*, 3.2 *Práticas* e 3.3 *Sujeitos*, onde se procura combinar uma reflexão teórica e uma reflexão aplicada, através da

aproximação de narrações concretas do bairro do Castelo a reflexões teóricas previamente formuladas. No sentido de sublinhar a proposta de mudança na forma como reflectimos a cidadania, este terceiro capítulo sugere ainda adoptar o conceito de *participação* como uma forma alternativa para pensar a cidadania contemporânea, atentando já não só à sua concepção de estatuto, mas principalmente ao conjunto das práticas através das quais os sujeitos exercem o seu poder político em diversos espaços.

Desta forma, o capítulo *3.1 Espaços* dedica-se à reflexão sobre a cidadania contemporânea através da sua concretização espacial, nomeadamente em dois momentos: *3.1.1 A Cidade como Palco da Cidadania* e *3.1.2 Utilizações do Espaço Urbano no Bairro do Castelo*. Para pensar os novos espaços da cidadania, é incontornável a análise da cidade, local estratégico da realidade global, que possibilita a vivência de experiências transnacionais ou cosmopolitas em lugares concretos e localizados, aproximando (real ou virtualmente) pessoas, práticas e imagens de diferentes origens. Por esta razão, parece ser uma vez mais na cidade que se adivinha o horizonte de novas respostas sociais e políticas, concretizadas em novas reivindicações, direitos, responsabilidades, sujeitos e práticas, ou, por outras palavras, novas formulações de cidadania. Já o segundo momento deste subcapítulo, reservado às relações entre cidadania e espaço, concentra-se na análise do caso do bairro do Castelo. Procurando investigar a forma como a utilização espacial se relaciona com as necessidades ou participações políticas e culturais dos moradores do bairro, a secção *3.1.2 Utilizações do Espaço Urbano no Bairro do Castelo* defende que as utilizações e apropriações da cidade são já formas de participar na comunidade política, como é exemplo a iniciativa local da *Feira do Castelo* que questiona todos os meses a expansão ou os limites daquilo que entendemos por cidadania e participação política.

Estas outras formas de participação são desenvolvidas no subcapítulo *3.2 Práticas*, que se dedica num primeiro momento à reflexão de *3.2.1 A Substância da Cidadania* e num segundo momento às *3.2.2. Práticas de Participação no Bairro do Castelo*. Argumentando que a posse ou exercício de qualquer tipo de direito é cada vez mais independente de uma pertença legal a determinado Estado, James Holston e Arjun Appadurai (1996) evocam o «tumulto da cidadania» (1996: 188), explicando que «[a]lthough in theory full access to rights depends on membership, in practice that which constitutes citizenship substantively is often independent of its formal status»

(1996, 190). Esta posição focada na experiência social da cidadania concentra a análise nas participações quotidianas, práticas informais que contribuem todos os dias para a construção de novos imaginários partilhados. Esta negociação e reivindicação de direitos e práticas da cidadania por novos sujeitos apresenta-se como um espaço criador, onde novas concepções de cidadania e cidadãos são negociados quotidianamente. Apesar do seu entendimento formal ser por natureza exclusivo e bastante rígido, a experiência substantiva da cidadania apresenta pequenas fendas que nos deixam imaginar uma cidadania livre dos anteriores constrangimentos nacionais e legais.

São exemplo do potencial criador de formas alternativas de participação os sinais de revitalização da vida comunitária no bairro do Castelo, nomeadamente a *Exposição História e Estórias de uma Marcha Popular – O Castelo é lindo!*, uma exposição sobre a Marcha Popular do Castelo, realizada em parceria pelas duas novas associações locais – *Fundo de Arquitectura Social (FAS)* e *Associação de Moradores, Comerciantes e Amigos do Castelo de São Jorge (Há Castelo)* – e com a estreita colaboração de uma comissão de moradores responsável pela concepção e realização da exposição.

Tanto a *Feira do Castelo* como a *Exposição História e Estórias de uma Marcha Popular – O Castelo é lindo!* são exemplo de participações alternativas que levam indivíduos a activarem o seu potencial político e a adquirirem uma subjectividade, que não terá de ser necessariamente a de cidadão, e que poderá levar a transformações na concepção de cidadania vigente. Os sujeitos constituem assim a última parte desta reflexão, dividida nas secções 3.3.1 *Subjectividade e Cidadania* e 3.3.2 *A Construção de Sujeitos no Bairro do Castelo*. A subjectividade é fulcral para a discussão sobre participação e cidadania, uma vez que ela faz com que indivíduos indistintos se tornem sujeitos conscientes e implicados politicamente. A falta de atenção às singularidades de cada sujeito, manifestada pelos instrumentos da participação formal, já não satisfaz as necessidades particulares dos homens e das mulheres do «paradigma cultural» (Touraine, 2005): sujeitos complexos e diversificados, com múltiplas e simultâneas pertenças e identificações, impossíveis de circunscrever numa única identidade nacional, geográfica ou linguística.

Por tudo isto, a participação cultural evidencia-se como «a largely ignored form of non-political participation that is not only changing the way we do politics today but it is also transforming how we conceive of citizenship» (Clark e Silva, 2009: 258), uma vez que promove a diversidade e possibilita que cada sujeito, sozinho ou colectivamente, se comprometa, dentro das suas possibilidades, com os espaços, práticas e comunidades com que se identifica. Neste sentido, o direito a ter uma voz, a contar a sua própria história, ou a contestar normas previamente definidas, são fundamentais para a constituição e manutenção de comunidades livres e criativas. Assim, não é surpreendente que a participação dependa de factores culturais, sociais e contextuais, ou seja, que as características particulares do bairro do Castelo tenham implicações na forma como os seus moradores participam, levando à conclusão de que uma cidadania que não tenha em consideração as particularidades de cada sujeito e respectivas comunidades não poderá ser completa. Neste sentido, e de acordo com Arjun Appadurai, a cultura parece evidenciar-se como «o componente-chave da nova ordem global» (2004: 49), uma forma colectiva de dar sentido, participar e negociar a realidade contemporânea.

1.1 Metodologia

De modo a estudar a cidadania contemporânea, desde cedo foi objectivo desta investigação empreender um duplo movimento, teórico e prático. A abordagem metodológica encontrada é resultado de um longo processo de avanços e recuos em busca de uma forma que colocasse em relação, por um lado, uma abertura e levantamento de questões teóricas sobre a cidadania como uma forma de participar politicamente nas comunidades, e por outro, uma atenção particular aos espaços, práticas e sujeitos que dão corpo a estas participações.

Porém, a herança crítica, a desconfiança dos modelos da razão instrumental e a vasta transdisciplinaridade inerente ao campo dos Estudos de Cultura levantaram algumas reservas sobre quais os métodos de análise mais adequados ao estudo da participação. Como refere Michael Pickering em *Research Methods for Cultural Studies*: «cultural studies has been distinguished as a field of study by the ways it has engaged with theory and sought to apply it, rather than by its adoption or development of practical methods» (2008: 1). Neste sentido, e após uma extensa pesquisa, optou-se por escolher um elemento que representasse uma das várias realidades da cidadania e que funcionasse nesta dissertação como um *leitmotiv* para o questionamento a realizar. Desta forma, o bairro do Castelo, em Lisboa, distinguiu-se como o local ideal para esta proposta, desde logo, devido à sua expansão territorial reduzida e limites geográficos reconhecíveis, à sua população diminuta e à existência de pelo menos uma associação local com mais de seis meses de existência.

A integração de um estudo de caso sobre o bairro do Castelo nesta investigação teve, no entanto, em conta as considerações de Lauren Berlant no ensaio *On the Case*. Apesar da popularidade e disseminação do estudo de caso por diversos campos de saber ter levado a consensos e normas relativamente à sua construção e utilização, a ferramenta de investigação tem uma dimensão crítica e revolucionária intrínseca que não deve ser desconsiderada, nas palavras de Berlant, «the case can incite an opening, an altered way of feeling things out, of falling out of line» (2007: 666), ou por outras palavras, o estudo de caso poderá iluminar a reflexão teórica de formas surpreendente e imprevisíveis. Desta forma, procurou-se preservar a autonomia e integridade do bairro do Castelo nas narrações e descrições aqui apresentadas e o curso e

desenvolvimento do caso foi sendo construído de acordo com as observações e investigações no local.

Neste sentido, do contacto inicial com o bairro e respectivas associações locais surgiu a vontade de além das narrações e problematizações das experiências observadas, recolher também outros dados, completamente distintos, que permitissem levantar algumas hipóteses e tentar explicar o que constitui a participação no bairro do Castelo, através da utilização dos seus espaços, das diferentes práticas e caracterização dos sujeitos. Desta forma, para observar e analisar estas dimensões da cidadania foram tomados de empréstimo alguns métodos de análise de dados das Ciências Sociais, como a recolha de experiências através da observação participante – análise qualitativa – e a recolha de dados através de inquérito por questionário – análise quantitativa. O facto de estes dois métodos oferecerem dados muito distintos possibilitou que nenhum se sobrepusesse ao outro e distanciou os resultados da investigação de uma posição exacta e fechada que, como fica patente no segundo capítulo, é incompatível com a génese do conceito de cidadania. Muito pelo contrário, a conjugação destas duas formas de análise procura pôr em contacto e valorizar, por um lado a objectividade e generalidade que métodos quantitativos podem oferecer, e simultaneamente integrar a diferença e heterogeneidade que só a atenção a casos concretos e particulares possibilita. Em suma, a abordagem aqui apresentada foi desenvolvida e conduzida pelo próprio objecto de estudo – o bairro do Castelo e as participações dos seus moradores –, e procura acompanhar a reflexão teórica com narrações de experiências observadas no bairro do Castelo e dados quantitativos que caracterizem e abram novas questões de investigação, criando não só uma base de dados mais rica, mas contribuindo também para o diálogo sobre métodos de análise nos Estudos de Cultura.

Esta interligação e contágio entre teoria e prática aproxima-se da metodologia de «transdução», proposta em 1968 por Henri Lefebvre figura incontornável dos *Critical Urban Studies*, que nos incentiva a conjugar uma atenção às práticas já existentes com um pensamento teórico, de forma a conseguir observar melhor estas mesmas práticas:

A transdução. Operação intelectual que se pode perseguir metodicamente e que difere da indução e da dedução clássicas, assim como da construção de ‘modelos’, da somação, do simples enunciado de hipóteses. A transdução elabora e constrói um objecto teórico, um objecto *possível* e fá-lo a partir de informações que incidem sobre a realidade, e a partir de uma problemática

estabelecida por essa mesma realidade. A transdução supõe um *feedback* incessante entre o quadro conceptual utilizado e as observações empíricas. A sua teoria (metodologia) dá forma a certas operações mentais espontâneas do urbanista, do arquitecto, do sociólogo, do político e do filósofo. Ela introduz o rigor na invenção e o conhecimento na utopia (Lefebvre, 2012 [1968]: 111).

Concluindo, a metodologia encontrada procura responder à necessidade de transformação das abordagens e dos instrumentos intelectuais, sob pena de se desconsiderar o que de único a vida social, a praxis, pode criar (ou já cria) de novo, (cf. Lefebvre, 2012 [1968]). Afinal «O que os olhos e a análise percebem no terreno pode, na melhor hipótese, passar por ser a sombra de um objecto futuro na claridade do sol nascente» (*idem*: 108).

1.1.1 Análise Qualitativa

A análise qualitativa da investigação foi desenvolvida entre Março e Novembro de 2014, através do acompanhamento, observação e participação em algumas actividades do bairro do Castelo, desenvolvidas pela *Associação de Moradores, Comerciantes e Amigos do Castelo de São Jorge (Há Castelo)* e pela *Associação Fundo de Arquitectura Social (FAS)*, nomeadamente as *Feiras do Castelo* de Maio e Junho de 2014, o Magusto Comunitário de 2014, o Jantar Comunitário celebrativo do primeiro aniversário do *FAS* e da *Há Castelo*, três reuniões da *Há Castelo*, uma reunião da população do bairro do Castelo com o Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e a inauguração da *Exposição História e Estórias de uma Marcha Popular – O Castelo é Lindo!* (esta última, realizada excepcionalmente em Junho de 2015).

Foram ainda realizadas entrevistas com o Presidente da *Associação de Moradores, Comerciantes e Amigos do Castelo de São Jorge (Há Castelo)*, Gonçalo Brito e Cunha, e com as directoras da *Associação Fundo de Arquitectura Social (FAS)*, Raquel Morais e Patrícia Ramalho, disponíveis nos anexos A e B, respectivamente. Estas entrevistas possibilitaram conhecer melhor as associações locais e ter uma consciência mais concreta da realidade do bairro do Castelo, decisiva para a realização e construção do questionário utilizado na análise quantitativa.

O estudo da participação no bairro do Castelo não seria possível sem a enorme colaboração e disponibilidade das associações *FAS* e *Há Castelo*, em particular na receptividade do Presidente da *Há Castelo*, Gonçalo Brito e Cunha, e na incansável colaboração das Directoras do *FAS*, Raquel Morais e Patrícia Ramalho, aos quais se dedica um grande agradecimento.

1.1.2 Análise Quantitativa

1.1.2.1 Instrumento e Procedimento

Através das informações recolhidas nas entrevistas das associações locais, tornou-se cada vez mais evidente a necessidade de traçar um perfil da participação dos moradores do bairro do Castelo. Desta forma, completou-se a análise com uma abordagem quantitativa através da realização de um inquérito à população. Optou-se pelo questionário com recurso a inquiridor como instrumento de recolha de dados, pelo facto de ser adequado ao estudo de comportamentos, valores e opiniões de grandes populações, e pela capacidade de recolher um maior número de respostas, num menor período de tempo.

O inquérito teve como objectivo a recolha de dados relativos à caracterização sociodemográfica dos moradores, às suas utilizações do bairro, às principais necessidades, às percepções relativas à satisfação, segurança, confiança, qualidade de vida e pertença, à avaliação das entidades locais e às participações políticas e culturais dos diferentes moradores do bairro do Castelo. Foram definidos como critérios de elegibilidade ter pelo menos 18 anos e morar no bairro do Castelo no mínimo há seis meses.

A construção do questionário¹ está organizada em 10 grupos de questões:

1. O primeiro grupo é constituído por duas perguntas que prevêm a satisfação do critério de morar há mais de seis meses do bairro do Castelo (P001 e P002).
2. O segundo grupo é constituído por seis perguntas de carácter sociodemográfico: sexo, idade, nacionalidade, habilitações literárias, domínio de línguas estrangeiras e situação profissional (P003 a P008).
3. O terceiro grupo questiona os moradores relativamente ao tempo despendido no bairro: se trabalham ou estudam no bairro e se, por norma, passam o fim-de-semana no bairro (P009 e P010).
4. O quarto grupo, constituído por uma única pergunta, diz respeito a participações em regime de voluntariado em qualquer tipo de organização, associação, clube ou partido político (P011).

¹ Ver questionário no Anexo C.

² Ver anexo D, onde estão representados os gráficos relativos aos Dados Sociodemográficos.

5. O quinto grupo procura aferir as utilizações dos diferentes espaços do bairro através de uma questão de escolha múltipla (P012).
6. O sexto grupo procura aferir as principais necessidades do bairro através de uma questão de escolha múltipla (P013).
7. O sétimo grupo é constituído por catorze questões de posicionamento, numa escala de 1 (discordo absolutamente) a 5 (concordo absolutamente), relativas à satisfação, segurança, confiança, qualidade de vida, sentimento de pertença e percepções de participação dos moradores (P014 a P027).
8. O oitavo grupo dedica-se à avaliação da actuação das entidades públicas e associações locais, a partir de sete questões de posicionamento, numa escala de 1 (muito insatisfatória) a 5 (muito satisfatória) (P028 a P033).
9. O nono grupo consiste numa questão de escolha múltipla relativa às participações políticas e culturais dos moradores do bairro do Castelo, no período compreendido entre o momento do inquérito e os 18 meses antecedentes (P034).
10. O último grupo é de resposta condicional, dependendo se o inquirido afirma ter participado nas actividades da antiga Junta de Freguesia do Castelo na P034, e procura identificar essas actividades em particular (P035).
11. No final do inquérito, existe ainda um espaço aberto a comentários ou sugestões.

A análise quantitativa da participação no bairro do Castelo não seria possível sem a enorme colaboração e disponibilidade de todos os moradores que amavelmente se prestaram a responder ao inquérito, aos quais se dedica um grande agradecimento.

1.1.2.2 Participantes²

A amostra do inquérito é constituída por 86 participantes, 51 do sexo feminino (correspondente a 59% da amostra) e 35 do sexo masculino (41% da amostra), seleccionados por conveniência e abordados dentro do bairro, à porta de casa, no espaço público ou nos espaços comerciais. A amostra apresenta participantes com idades compreendidas entre os 18 e os 89 anos, correspondendo a média das idades a 58 anos (com um desvio padrão de 17 anos) e tendo 43% dos moradores inquiridos mais de 65 anos. Metade da população inquirida tem habilitações literárias até ao

² Ver anexo D, onde estão representados os gráficos relativos aos Dados Sociodemográficos.

Ensino Básico e um quinto até ao Ensino Superior; metade está reformada; metade afirma morar no bairro do Castelo desde que nasceu. Devido à natureza turística do bairro, os moradores foram ainda inquiridos relativamente ao domínio de línguas estrangeiras. Ainda que a maioria domine apenas o Português (53%), 45% dos moradores inquiridos afirmam ter conhecimentos de uma ou mais línguas estrangeiras.

1.1.2.3 Breve Caracterização do Bairro do Castelo

O Bairro do Castelo é um pequeno bairro situado no interior da Muralha de São Lourenço do Castelo de São Jorge, em Lisboa com cerca de 355 moradores (segundo os censos de 2011). A sua única entrada e saída faz-se pela Rua de Santa Cruz do Castelo, onde estão também situadas a bilheteira da EGEAC (Empresa de Gestão de Equipamento e Animação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa) e a entrada para o Castelo de São Jorge e respectivos jardins. Ao contrário da zona de entrada no bairro, diariamente percorrida por milhares de visitantes, o interior do bairro é mais recatado e utilizado maioritariamente pelos seus moradores. O bairro tem cinco cafés, dois restaurantes, uma igreja, uma escola primária, uma drogaria, uma mercearia, uma serralharia, um grupo desportivo e respectivas instalações, um largo, uma loja de produtos regionais, uma gelataria, um posto médico, um miradouro, uma lavandaria e mais recentemente um espaço comunitário e local de trabalho partilhado pelas quatro associações locais – *Fundo de Arquitectura Social (FAS)*, *Associação de Moradores, Comerciantes e Amigos do Castelo de São Jorge (Há Castelo)*, *Grupo Desportivo do Castelo* e *Grupo Excursionista do Castelo*. A circulação automóvel é condicionada aos moradores com dístico de residente e o estacionamento faz-se no Largo de Santa Cruz do Castelo ou numa zona do Castelo de São Jorge reservada a este efeito. O edificado é antigo e modesto, as casas têm entre um ou dois pisos e as divisões têm geralmente dimensões reduzidas. Existem também muitos edifícios devolutos dentro do bairro, alguns deles propriedade da Câmara Municipal de Lisboa.

1.1.2.4 Tratamento dos Dados

A análise dos dados resultantes do inquérito foi realizada com recurso ao *software* de análise de dados *IBM SPSS Statistics*, Versão 21.

Após a realização de uma análise preliminar descritiva das variáveis resultantes do questionário, definiram-se as variáveis mais informativas sobre a relação que os inquiridos têm com o bairro do Castelo, quer de forma directa (análise das respostas fornecidas), quer de forma indirecta (reduzindo as variáveis a analisar a dimensões significativas). Para esta análise indirecta, os dados resultantes das perguntas P012 «Quais dos seguintes espaços costuma frequentar», P013 «Indique as maiores necessidades do bairro do Castelo» e P034 «Nos últimos 18 meses, em que iniciativas culturais / políticas participou», e dos conjuntos das perguntas P018 «Estou satisfeito/a com a oferta de comércio local do bairro», P019 «Estou satisfeito/a com a oferta cultural e recreativa do bairro» e P020 «Estou satisfeito/a com o espaço público e acessibilidades do bairro»; P029 «Avalie a actuação da EGEAC» e P030 «Avalie a actuação da Câmara Municipal de Lisboa» e P032 «Avalie a actuação da *Há Castelo*» e P033 «Avalie a actuação do *FAS*» foram recodificados em variáveis diferentes através da técnica de redução de dimensão de Análise de Componentes Principais (ACP). A ACP permitiu estudar a forma como as respostas dos inquiridos se organizam em dimensões significativas, informando sobre que respostas contribuem mais para essa dimensão e que respostas são irrelevantes para a mesma. Com o objectivo de perceber se essa dimensão poderia ser representada pela soma ou média aritmética das respostas em cada dimensão, estudou-se a sua consistência interna calculando o coeficiente de alpha de Cronbach.

Das análises directas e indirectas resultaram as seguintes variáveis: (1) N° de Participações (soma de todas as participações); (2) Grau de Participação Política (soma das participações políticas mais significativas); (3) Grau de Participação Cultural (soma das participações culturais mais significativas); (4) N° de Espaços Frequentados (soma de todas as frequências espaciais); (5) Grau de Utilização Espacial do Bairro (soma das utilizações espaciais mais significativas); (6) N° de Necessidades Indicadas (a soma de todas as necessidades); (7) Grau de Necessidade do Bairro (soma das necessidades mais significativas); (8) Escala de Pertença ao Bairro; (9) Escala de Pertença a Lisboa; (10) Índice de Satisfação com a Qualidade de

Vida; (11) Índice de Satisfação com as Entidades Públicas; (12) Escala de Satisfação com a Junta de Freguesia; (13) Índice de Satisfação com as Associações Locais; (14) Sexo; (15) Idade; (16) Voluntariado; (17) Tempo de Residência e (18) Sócios das Associações Locais.

Os componentes subjacentes às variáveis (2) Grau de Participação Política, (3) Grau de Participação Cultural, (5) Grau de Utilização Espacial do Bairro, (7) Grau de Necessidade do Bairro, (10) Índice de Satisfação com a Qualidade de Vida, (11) Índice de Satisfação com as Entidades Públicas e (13) Índice de Satisfação com as Associações Locais foram representados pelos itens que mais saturavam nas componentes extraídas da Análise de Componentes Principais (ACP)³. No caso das variáveis (2) Grau de Participação Política, (3) Grau de Participação Cultural, (5) Grau de Utilização Espacial do Bairro, (7) Grau de Necessidade do Bairro – resultantes das perguntas P012 «Quais dos seguintes espaços costuma frequentar», P013 «Indique as maiores necessidades do bairro do Castelo» e P034 «Nos últimos 18 meses, em que iniciativas culturais / políticas participou» – estas foram tratadas como variáveis *dummy* (cf. Draper e Smith, 1998), sendo atribuído o valor de 0 em caso de ausência e o valor de 1 em caso de presença.

Com o objectivo de compreender a participação dos habitantes do bairro do Castelo, realizaram-se ainda análises descritivas e análises relacionais (correlações) entre estas variáveis.

1.1.3 Resultados

Devido à natureza reflexiva do campo de Estudos de Cultura, optou-se por integrar os resultados das análises qualitativa e quantitativa no desenvolvimento da reflexão teórica, de forma a evitar uma falsa segregação da teoria e da prática e um momento de suspensão na reflexão crítica e teórica. Desta forma, a exposição dos resultados é reservada ao terceiro capítulo da presente dissertação, nomeadamente aos subcapítulos *3.1 Espaços*, *3.2 Práticas* e *3.3 Sujeitos*.

³ Ver Anexo E sobre recodificação das variáveis e realização da Análise de Componentes Principais.

2. A Questão da Cidadania

A história da cidadania é feita de metamorfoses, apropriações, expansões e reduções, que dificultam tanto a atribuição de uma única origem, como a determinação de uma definição clara. Podemos pensar a cidadania como um estatuto legitimador da participação cívica e / ou política que se desenvolve ao longo do tempo, em diferentes espaços e de diferentes formas: estatuto político na *polis* grega, a cidadania é depois alargada a todo o Império Romano como um estatuto legal; mais tarde, regressa à cidade na Europa Medieval, sendo no Período Moderno ampliada ao Estado-nação, onde se constituem os primeiros direitos cívicos e políticos. Esta aproximação da cidadania à nação encontra o seu expoente máximo nos nacionalismos do século XX, um século que viria, no entanto, a ser também marcado pelo desenvolvimento dos direitos sociais e, mais tarde, por reivindicações de direitos de cidadania por grupos anteriormente excluídos.

Partindo de alguns destes momentos históricos, a primeira parte deste capítulo caracterizará os desenvolvimentos da cidadania e as suas diferentes origens até ao Período Moderno, entendido nesta investigação como o intervalo temporal entre as Revoluções Americana e Francesa, no final do século XVIII, e o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Devido ao seu papel decisivo na constituição das sociedades ocidentais e na evidência de uma estreita relação entre a cidadania moderna e a cidadania contemporânea, o Período Moderno será objecto de maior detalhe nesta caracterização. Na consideração deste período ecoará também a perspectiva crítica dos impactos sociais, políticos, económicos e culturais da Modernidade no espírito humano.

Na segunda parte deste capítulo, serão feitas algumas considerações sobre o impacto das globalizações das economias, das comunicações e das pessoas na definição da cidadania contemporânea, investigando as consequências de reduzir todo o universo da cidadania apenas à sua definição nacional e legal.

2.1 As Origens da Cidadania

Em *A Brief History of Citizenship*, Derek Heater (2004) define cidadania como uma «forma de identidade sociopolítica» e expõe as suas diferentes aplicações ao longo de seis momentos históricos: Grécia Antiga, Roma, Europa dos séculos XI ao XVII, Revoluções Americana e Francesa, Período Moderno e contemporaneidade. Assim, e de acordo com a ideia comumente aceite de que a cidadania nasce na *polis* Grega, também Derek Heater inicia o seu discurso a partir do desenvolvimento da cidadania na Grécia Antiga, onde surge pela primeira vez o estatuto de cidadão e se questiona a responsabilidade humana de governar a cidade, muito por conta das reflexões aristotélicas que defendiam uma participação directa nos assuntos da cidade e comunidades políticas de dimensões reduzidas, tanto em relação à sua área geográfica, como em relação ao número de cidadãos (cf. Heater, 2004; Isin, 2009). Recorde-se que esta participação era sustentada no ideal do bom cidadão ou, por outras palavras, na virtude cívica que, na perspectiva de Aristóteles, não era inata, mas algo a ser cultivado através de programas educativos. Os cidadãos eram também convocados para as decisões da *polis* através da participação política na Assembleia (*eclésia*) ou através da participação judicial no serviço de júri nos tribunais (cf. Heater, 2004).

Contudo, ao mesmo tempo que o estatuto de cidadão na Grécia Antiga consagrava «(...) a new actor (...) which was male, warrior and owned property (...)» (Isin, 2009: 372), é também reconhecido que uma grande parte da sociedade continuava a não ter direito a participar na *polis*. Era o caso das mulheres, das crianças, dos escravos, dos estrangeiros, dos camponeses ou dos marinheiros, reconhecidos como outros, não-cidadãos, logo excluídos da responsabilidade de governar a cidade-estado (cf. Isin, 2009).

Este entendimento da cidadania como um estatuto político e ao nível da cidade transformou-se no caso Romano, onde a cidadania se constitui como um princípio legal, isto é, uma entidade jurídica que estabelece uma relação de subordinação do cidadão ao Estado. Há, no entanto, que reconhecer que a expansão da cidadania da cidade de Roma para o Império Romano se deu através de distintos processos de adaptação e alargamento do estatuto a novos indivíduos e até comunidades. Por outras palavras, esta expansão da cidadania romana deu-se ao longo de vários séculos,

passando por modelos mais restritos, de que é exemplo a formulação de uma cidadania de segunda classe sem direitos públicos mas com deveres, concedida pela República Romana aos povos latinos conquistados no final da Segunda Guerra Latina, em 338 a. C., até modelos mais abrangentes, como a Constituição Antoniana em 212 d. C., que promulgou uma cidadania plena a todos os habitantes livres do Império, ainda que por razões militares ou económicas (cf. Heater, 2004; Isin, 2009).

Mais tarde, a queda do Império Romano Ocidental levaria a uma desvitalização da cidadania imperial, concentrando-se a sobrevivente cidadania romana nas cidades ou províncias, muito por conta da ascensão e estabelecimento da Igreja Católica em Roma, e do seu papel determinante na administração e coesão do território do antigo Império Romano. No entanto, o grande desenvolvimento da Igreja Católica, a emergência do feudalismo e o movimento de êxodo urbano condicionaram a liberdade cívica dos cidadãos e o desenvolvimento da cidadania desde a queda do Império Romano Ocidental até aos séculos XI, XII e XIII. Só nessa altura, instigadas tanto pela corte, como pela burguesia, as cidades europeias voltam a florescer como espaços de troca e comércio, integrando os habitantes na sua administração cívica (cf. Heater, 2004), momento que é entendido por Engin F. Isin (2009) como uma nova origem da cidadania:

Much has been written about the rebirth of the city during the eleventh and twelfth centuries in Europe. The invention of the charter as the founding instrument of the city as a body politic (and corporate) and the emergence of the new actor-citizen, who was not a warrior but a peaceful merchant and artisan of the medieval commune, has given us a new originary moment (Isin, 2009: 373).

Este renascimento da cidadania nas cidades europeias do Período Medieval é também reconhecido por Bryan S. Turner na entrada da palavra cidadania em *New Keywords: A Revised Vocabulary of Culture and Society*: «Citizenship is associated historically with the rise of the European city, the virtues of civility, the institutions of civil society, and the spread of urban civilization» (2005: 29). A emancipação das cidades medievais europeias nos séculos XI, XII e XIII, consagrada em forais concedidos pelo Rei ou Imperador, partira fundamentalmente dos esforços reivindicativos dos comerciantes por maior autonomia na gestão dos seus negócios, regulamentação dos impostos e maior segurança. Neste período, o cidadão passa a ser maioritariamente o habitante da cidade, burguês, civilizado, em oposição ao servo, habitante do campo e submisso ao poder feudal. Porém, em muitos casos, a natureza legal do estatuto

medieval oferecia a possibilidade de qualquer habitante do campo ou estrangeiro obter a cidadania desde que adquirisse propriedade na cidade e residisse nela por determinado período de tempo. Assim, se por um lado o estatuto se liberta dos constrangimentos sociais da sociedade feudal, por outro mantém-se dependente de certos constrangimentos económicos. No entanto, à semelhança dos anteriores modelos de cidadania, os cidadãos das cidades medievais continuavam a jurar respeitar as leis, assistir às reuniões, pagar impostos, realizar serviço militar e eleger entre eles os membros das assembleias (cf. Heater, 2004; Isin, 2009).

Finalmente, no Período Moderno a cidadania assume-se como uma instituição fundamental das sociedades ocidentais. Os desenvolvimentos deste período têm repercussões até aos dias de hoje, tanto no enquadramento legal da cidadania contemporânea, como no seu significado simbólico, e baseiam-se essencialmente em dois aspectos:

- 1) o âmbito de acção da cidadania é definido à escala do Estado-nação;
- 2) a cidadania constitui-se como um estatuto legal composto por um conjunto de direitos e deveres que pressupõem e promovem uma igualdade universal.

A expansão do âmbito de acção da cidadania – o primeiro aspecto da cidadania moderna – deve-se à criação de uma nova comunidade política. No Período Moderno, e à excepção dos casos de monarquias absolutas, a relação de submissão entre o povo e o Rei é complementada ou substituída por uma relação legal entre o indivíduo e o Estado. Benedict Anderson (1983) relaciona o desenvolvimento desta nova «comunidade imaginada» com a aproximação do Estado – entidade política e geográfica – à Nação – entidade cultural e étnica. O fortalecimento do Estado-nação, impulsionado pela invenção de meios de comunicação de massas, como a imprensa, ou pelo desenvolvimento de línguas oficiais escritas, possibilitou novas formas de compreensão e identificação entre indivíduos que, apesar de nunca se terem visto, partilhavam agora uma mesma língua, através da qual imaginavam uma comunidade (cf. Anderson, 1983).

Perhaps then, the most significant divergence occurred in the late eighteenth and early nineteenth centuries when citizenship became associated with nationality and was understood as belonging to the state rather than the city. The state was seen as the city, and nation as the citizen, writ large (Black, 1984, p.152) (Isin, 2009: 374).

Estas comunidades imaginadas à escala da nação têm a particularidade de produzir uma identidade cultural una e homogénea, onde as diferenças ou divisões de classe, cultura ou etnia são supostamente ultrapassadas (cf. Turner, 2001), gerando uma aproximação entre os conceitos de cidadania e nacionalidade. Como explicam Holston e Appadurai, «(...) one of the defining marks of modernity has been the use of two linked concepts of association – citizenship and nationality – to establish the meaning of full membership in society» (1996: 187), aspecto que assumiu proporções extremas nos movimentos nacionalistas da primeira metade do século XX.

A esta identidade nacional junta-se o segundo aspecto distintivo da cidadania moderna – o princípio de igualdade universal que oferece novas possibilidades de igualdade e justiça baseadas na partilha de uma Lei comum e de um sistema de direitos e deveres, nos quais «(...) todas as pessoas, como cidadãos, são iguais perante a lei e que, portanto, nenhuma pessoa ou grupo é legalmente privilegiado» (Barbalet, 1989:13). Para pensar o princípio de igualdade universal da cidadania moderna e a consagração legal de direitos e deveres, desenvolvidos com base no pensamento de autores como Thomas Hobbes (1651), John Locke (1690) e Jean-Jacques Rousseau (1762) e concretizados nas primeiras Constituições nacionais do final do século XVIII, é de grande pertinência o ensaio *Citizenship and the Social Class* de T. H. Marshall (1950), no qual o autor reflecte sobre o desenvolvimento paralelo do sistema de igualdade da cidadania e do sistema de desigualdade de classes do capitalismo. Embora a reflexão de T. H. Marshall se concentre no panorama inglês, o que limita a sua aplicação a outros contextos, este não deixa de ser um ensaio seminal dos estudos de cidadania, bastante esclarecedor da evolução do conceito no Período Moderno e do seu papel na reformulação do padrão da desigualdade social. Neste ensaio, T. H. Marshall sistematiza a cidadania moderna em três momentos históricos: 1) o desenvolvimento dos direitos cívicos nos séculos XVII e XVIII; 2) a formulação dos direitos políticos no final do século XVIII e no século XIX; 3) e a constituição dos direitos sociais durante o século XX.

Os direitos cívicos compreendiam «(...) the rights necessary for individual freedom – liberty of the person, freedom of speech, thought and faith, the right to own property and to conclude valid contracts, and the right to justice» (Marshall, 1950: 10). Directamente relacionados com uma ideia de liberdade, os direitos cívicos marcam a passagem de uma comunidade política local e corporativa, para uma comunidade

política nacional e jurídica partilhada por todos os homens livres da nação. Inicialmente definidos como direitos naturais inalienáveis (cf. Locke, 1690), o direito à vida, à liberdade e à propriedade consagram-se como direitos cívicos universais nas Revoluções Americana (1776) e Francesa (1789), como se pode ler na *United States Declaration of Independence* (1776): «We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain unalienable Rights, that among these are Life, Liberty and the pursuit of Happiness» (1776: preâmbulo) e na *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen* (1789), onde são também sublinhados o princípio de igualdade – «Les hommes naissent et demeurent libres et égaux en droits (...)» (1789: Art. 1º) – e os direitos cívicos – «Le but de toute association politique est la conservation des droits naturels et imprescriptibles de l'Homme. Ces droits sont la liberté, la propriété, la sûreté, et la résistance à l'oppression» (1789: Art. 2º). Este desenvolvimento dos direitos cívicos como garantia das liberdades básicas está também presente na Constituição Portuguesa de 1822, muito influenciada pela Constituição Francesa (1791), tanto no princípio de igualdade – «A lei é igual para todos (...)» (Constituição Portuguesa, 1822: Art. 9º) –, como no objectivo Constitucional da manutenção da «(...) liberdade, segurança, e propriedade de todos os Portugueses» (*idem*: Art. 1º). Não deixa de ser curiosa a utilização do termo Portugueses, que evidencia a já referida aproximação e até mesmo sobreposição entre a nação e os cidadãos.

Relativamente aos direitos políticos, desenvolvidos principalmente durante o século XIX, apesar de T. H. Marshall os definir como o direito a participar no exercício do poder e o direito ao voto, o seu desenvolvimento concentrou-se sobretudo numa expansão de direitos a elementos da sociedade anteriormente excluídos da cidadania, e na possibilidade do exercício do poder se autonomizar dos privilégios económicos. É caso paradigmático a expansão do direito ao voto, ainda que este só se venha a consagrar como parte integrante do estatuto da cidadania no século XX com os primeiros casos de sufrágio universal (cf. Marshall, 1950). Esta realidade está, no entanto, longe de se consagrar como universal, como evidencia o caso da participação das mulheres, por exemplo na Europa, onde o direito ao voto feminino só se consagra em 1918, para mulheres maiores de 30 anos, em Inglaterra; em 1931, em Portugal, com algumas restrições, como serem maiores de 21 anos e terem o curso secundário ou superior; e, em 1944, em França (cf. Sousa, 2006).

Finalmente, uma das maiores contribuições do ensaio de T. H. Marshall diz respeito aos direitos sociais. O ponto central destes direitos reside no facto dos direitos cívicos e políticos dos séculos XVIII e XIX não serem verdadeiramente universais, uma vez que as diferenças de classe social imprimiam disparidades fundamentais na aplicação destes direitos. Por exemplo, em relação aos direitos cívicos, Marshall explica que a constatação formal de um direito não corresponde directamente à sua garantia, ou seja, que o direito à propriedade não corresponde a uma garantia de propriedade. Já os direitos políticos, por sua vez, dependem de um determinado nível de alfabetização e instrução para serem devidamente utilizados. São exemplos de direitos sociais, desenvolvidos no século XX, o direito à segurança e bem-estar, o direito à protecção social, o direito à saúde, entre outros. Estes direitos possibilitaram «(...) the right to share to the full in the social heritage and to live the life of a civilized being according to the standards prevailing in the society» (Marshall, 1950: 11), ou seja, «(...) a general enrichment of the concrete substance of civilized life, a general reduction of risk and insecurity, an equalization between the more and the less fortunate at all levels (...)» (Marshall, 1950: 56).

No caso português os direitos sociais desenvolvem-se maioritariamente após 1974. Na Constituição de 1976 são previstos direitos sociais como: o direito ao trabalho (Artigo 51º) e à segurança no trabalho (Artigos 52º e 53º), o direito às comissões de trabalhadores (Artigo 55º), os direitos dos trabalhadores (Artigo 53º), o direito à segurança social (Artigo 63º), à saúde (Artigo 64º), à habitação (Artigo 65º), ao ambiente e à qualidade de vida (Artigo 66º), o direito à família (Artigos 67º), à maternidade e paternidade (Artigos 67º e 68º), o direito à infância (Artigo 69º), à juventude (Artigo 70º), à terceira idade (Artigo 72º) e os direitos dos cidadãos portadores de deficiência (Artigo 71º).

Na perspectiva de Marshall, através do desenvolvimento destes direitos, a cidadania passaria a funcionar como um sistema de igualdade capaz de garantir o acesso efectivo de todos os cidadãos aos direitos cívicos, políticos e sociais (cf. Marshall, 1950). Porém, as revoluções culturais da segunda metade do século XX, como, por exemplo, os movimentos da segunda vaga feminista ou os movimentos de libertação nacional, viriam a expandir para novos territórios as reflexões que T. H. Marshall apresentou em 1950. Desde então, fica mais evidente que além do condicionamento da cidadania pelo sistema de desigualdades de classe social, também as desigualdades

e exclusões culturais prejudicam o acesso efectivo à cidadania e limitam as suas aplicações. Esta carência parece ter especial importância na contemporaneidade, onde podemos estar perante a necessidade de reformular os dois aspectos distintivos da cidadania moderna, a saber: i) uma cidadania definida à imagem do Estado-nação, e ii) uma cidadania formulada a partir de um conjunto de direitos e deveres universais.

2.2 Os Desafios da Globalização

Apesar de a definição de cidadania proposta por T. H. Marshall (1950) permanecer actual, a saber, o estatuto de pertença de um indivíduo a uma comunidade política, a aplicação desta definição ao longo da História levanta alguns problemas, nomeadamente no que diz respeito às variações no âmbito da comunidade política e na definição e aplicação do próprio estatuto de cidadão. Por outras palavras, qual a delimitação da comunidade política, na maioria dos casos, cidade ou nação, e quem efectivamente tem direito ao estatuto de cidadão e como é que ele é aplicado. Assim, se a definição de cidadania implica um processo de inclusão e pertença, esta promove inevitavelmente também os seus contrários, exclusões e não pertenças; tensões que desde sempre geraram lutas e reivindicações, nomeadamente por aqueles a quem foi negado o acesso à cidadania ou ao estatuto de cidadão. Em suma, a cidadania não significou sempre a mesma coisa e diz respeito a processos de inclusão e exclusão, a pertenças e não pertenças, e portanto, também a comunidades e identidades, propriedades que a tornam um conceito «incompleto», parafraseando Saskia Sassen (2009).

Esta negociação histórica da cidadania torna-se ainda mais premente num mundo globalizado, onde a «comunidade imaginada» descrita por Benedict Anderson (1983) – o Estado-nação – é já demasiado reduzida para descrever a multiplicidade da realidade global, onde as relações de identificação e pertença dos indivíduos ultrapassam os limites da nação e se multiplicam em diferentes e simultâneos níveis, como é exemplo paradigmático a coexistência de uma cidadania nacional e de uma cidadania europeia. Estamos perante um novo fenómeno, sustentado pelos novos meios de comunicação e informação e pela reformulação dos movimentos de migrações de massas, que desenvolve novas formas de identificação e partilha, e que, no seu todo, dá origem àquilo que Arjun Appadurai (2004) denomina como a «obra da imaginação».

A «obra da imaginação (...) é um espaço de contestação no qual indivíduos e grupos procuram anexar o global às suas próprias práticas do moderno» (Appadurai, 2004: 16). Porém, fazem também parte da globalização a não participação, a ausência de comunicações e trocas, ou a participação forçada nesta comunicação *modernizante*; ambiguidades que geram novas desigualdades sociais, problemas ambientais e

conflitos étnicos e culturais (cf. Sousa Santos, 2008). A globalização, ou melhor, as «globalizações», parafraseando Boaventura Sousa Santos (2008), intensificam as relações sociais, tanto em afinidades como hostilidades (cf. Isin e Turner, 2002, 2007), e evidenciam a falência das concepções nacionalistas e hegemónicas do Período Moderno.

Neste sentido, a globalização suscita duas questões aos aspectos distintivos da cidadania moderna, nomeadamente:

- 1) questiona os limites jurídicos da cidadania à escala nacional;
- 2) evidencia o paradoxo da natureza universal e exclusiva do estatuto de cidadão.

O primeiro problema – o facto de as ambiguidades da globalização questionarem os limites jurídicos da cidadania à escala nacional – deve-se sobretudo à existência de novas relações inter-, trans- e supranacionais, como por exemplo a criação de corpos de cooperação internacional, como o Fundo Monetário Internacional ou a UNESCO; a circulação de sujeitos com estatutos transnacionais, como os refugiados, os imigrantes, as comunidades indígenas ou as diásporas; ou ainda o aparecimento de problemáticas supranacionais, como os problemas ambientais, as questões relativas à segurança ou à informação, a guerra e os direitos humanos. Nas palavras de Saskia Sassen (2002), estas novas relações devem-se a duas condições contemporâneas: por um lado «the change in the position and institutional features of national states since the 1980s resulting from various forms of globalization», e, por outro «the emergence of multiple actors, groups, and communities (...) increasingly unwilling automatically to identify with a nation as represented by the state» (Sassen, 2002: 4). Ainda que estas novas relações inter-, trans- e supranacionais pareçam estar mais relacionadas com os Estados do que com os cidadãos, é impossível ignorar as consequências éticas, políticas e sociais que tais relações têm na vida quotidiana dos mesmos. Como explicam Isin e Turner «[w]hile citizens may be contained within state boundaries with their rights and obligations, neither their social existence nor the practices of their own states follow such containment» (2007: 14), uma realidade que põe em causa a definição nacional da cidadania moderna e que expande o conceito de cidadania para novas escalas e novos locais.

Resumindo, a globalização desafia os limites nacionais da cidadania, tanto do ponto de vista legal, como do ponto de vista simbólico. Por um lado, implica os Estados e respectivos cidadãos em relações, fluxos e questões que extrapolam os limites nacionais; por outro, e por consequência, estas relações, fluxos e questões possibilitam novas imagens, narrativas e pontos de vista – novos imaginários – que põem em causa a hegemonia do Estado-nação como única «comunidade imaginada» e desafiam a ideia de uma única identidade nacional.

Há, no entanto, que reconhecer que esta relação dicotómica entre nacional e global gera muitas vezes uma falsa questão que nos faz crer na neutralização da importância do local ou até mesmo na sua irrelevância (cf. Holston e Appadurai, 1996). Esta falácia é sustentada por uma aparente diminuição das distâncias, através dos meios de transporte ou das novas tecnologias, e leva-nos a experienciar a globalização como um fenómeno desterritorializado, verdadeiramente global, quando ela é apenas «the successful globalization of a particular localism» (Sousa Santos, 2006: 396). Neste contexto, a cidade assume um papel fundamental na relação entre o nacional e o global. Por outras palavras, a neutralização da importância do local é contestada pela cidade como palco estratégico de negociação, transformação e apropriação do global no local. As cidades, morada de mais de metade da população mundial, têm hoje um papel de destaque na forma como nos relacionamos com o mundo, tanto do ponto de vista económico, na crescente competitividade intercidades e na sua autonomização face ao Estado, como do ponto de vista social, uma vez que é no espaço urbano que sujeitos, objectos e ideias mais frequentemente se misturam e articulam.

Strangely enough, globalization seems to combine universality and the elimination of national borders, on the one hand, with rising particularity, local diversity, ethnic identity and a return to communitarian values, on the other (Sousa Santos, 2006: 393).

Neste sentido, com os novos fluxos culturais, sociais, simbólicos e económicos, as cidades parecem voltar a assumir um papel preponderante para pensar a cidadania (cf. Holston e Appadurai, 1996; Isin e Turner, 2002; Sassen, 1997, 2002, 2009). A diversidade de identidades culturais, os diferentes modos de vida e as várias formas de apropriação do espaço urbano levam autores como James Holston e Arjun Appadurai (1996) a defender a ideia de que é nas cidades contemporâneas que assistimos com maior clareza ao «tumulto da cidadania»:

(...) with their concentrations of the nonlocal, the strange, the mixed, and the public, cities engage most palpably the tumult of citizenship. Their crowds catalyze processes that decisively expand and erode the rules, meanings, and practices of citizenship. Their streets conflate identities of territory and contract with those of race, religion, class, culture and gender to produce the reactive ingredients of both progressive and reactionary political movements. Like nothing else, the modern urban public signifies both the defamiliarizing enormity of national citizenship and the exhilarations of its liberties (Holston e Appadurai, 1996: 188).

A cidadania parece começar a significar, simultaneamente, duas realidades distintas: por um lado, um estatuto legal definido por cada constituição nacional, e, por outro, novas formas de participação e apropriação que extravasam o estatuto legal da cidadania, quer ao nível dos territórios, quer ao nível dos sujeitos e respectivas práticas. Assim, se por um lado podemos falar de uma realocação da cidadania da nação para a cidade, por outro podemos falar de uma expansão das próprias práticas da cidadania, o que nos leva ao segundo aspecto problemático da cidadania na contemporaneidade: a globalização desafia o pressuposto de universalidade e a consagração legal de direitos e deveres da cidadania moderna.

A coexistência territorial de sujeitos com diferentes reconhecimentos legais levanta hoje, mais do que nunca, problemas ao pressuposto de universalidade, necessariamente parcial, do Período Moderno. A natureza exclusiva da cidadania tem consequências simbólicas e pode levar a exclusões sociais, nomeadamente nos casos em que são negados determinados direitos a partes constituintes da sociedade que não são reconhecidas como cidadãos nacionais plenos (cf. Isin e Turner, 2007). Foi esse o caso, ou ainda é, da luta das mulheres, dos negros ou das comunidades migrantes por uma cidadania plena, por exemplo. Estas lutas pelo reconhecimento de uma cidadania são também visíveis do ponto de vista da redistribuição económica, nomeadamente quando estes não-cidadãos contribuem economicamente para a sociedade, através do seu trabalho e respectivas contribuições ao Estado, mas sem com isso garantirem o reconhecimento formal da cidadania e respectivos direitos. Em relação à realidade da imigração, mas igualmente aplicável a outros sujeitos e / ou comunidades, Gonçalo Saraiva Matias (2014) explica:

Não é, pois, descabido pensar-se no legítimo desejo de obtenção da cidadania de determinado Estado. A vivência plena da realidade comunitária exige a completa integração nessa comunidade. Esta dá-se, como se vê, em larga medida, pela aquisição da cidadania do Estado. Alguém que vive e trabalha em certo Estado, contribui para o seu crescimento, é destinatário das suas normas está, numa palavra, preso ao seu destino e ao sucesso das suas políticas

públicas, pelo que deseja, inevitavelmente, participar na vida comunitária. Deseja, ao menos, sentir que essa possibilidade lhe não é negada, que é reconhecido como membro pleno da comunidade (Matias, 2014: 59).

Neste sentido, ao identificar como cidadãos apenas aqueles que são legalmente reconhecidos como tal, o estatuto de cidadão exclui todos os sujeitos que, apesar de não terem uma cidadania plena, já contribuem para o património social, cultural e económico da comunidade política. Tal posição pode até ter um cariz opressor, na medida em que normaliza a diversidade numa única forma homogénea, e encerra o horizonte da cidadania nas práticas de participação previstas pela Lei.

Em suma, a globalização levanta dois problemas à cidadania moderna: por um lado, questiona os seus limites nacionais; por outro, evidencia o paradoxo da natureza universal e exclusiva do estatuto de cidadão e questiona os seus condicionamentos legais. Desta forma, fica cada vez mais evidente o problema de reduzir todo o universo da cidadania apenas à sua definição nacional e legal, uma visão demasiado estreita perante a diversidade de espaços, práticas e sujeitos existentes nas sociedades contemporâneas. Torna-se, portanto, urgente a criação de novas ferramentas e perspectivas de análise para pensar a participação na contemporaneidade.

3. A Cidadania e os Estudos de Cultura: O Caso do Bairro do Castelo

Ao longo do primeiro capítulo, demonstrou-se como a cidadania é um conceito historicamente mutável e sensível às alterações sociopolíticas envolventes, o que a aproxima do conceito de «*keyword*» de Raymond Williams (1985 [1976]), palavras nas quais, apesar de uma aparente continuidade nominal, é possível vislumbrar várias camadas de entendimentos e sentidos. A atenção às ambiguidades e contradições presentes no desenvolvimento do conceito de cidadania, alicerçada na tradição crítica dos Estudos de Cultura, procura contribuir para um entendimento da cidadania como um espaço aberto, de construção, negociação e reformulação, ao invés de uma apresentação da cidadania como um conceito fechado e apaziguado. Neste sentido, é oportuno afirmar que a natureza de actualização e reformulação permanente do significado de cidadania se relaciona com uma outra expressão de Raymond Williams (1977), a designada «*structure of feeling*», conceito que aponta para a existência de um espaço transitório e dessíncrono entre a forma como experienciamos o mundo social e as formulações que concebemos para o organizar.

Such changes can be defined as changes in *structures of feeling*. The term is difficult, but 'feeling' is chosen to emphasize a distinction from more formal concepts of 'worlds-view' or 'ideology'. It is not only that we must go beyond formally held and systemic beliefs, though of course we have always to include them. It is that we are concerned with meanings and values as they are actively lived and felt (...) (Williams, 1977: 132).

Também as concepções de cidadania foram sempre desafiadas por novas «*structures of feeling*», ou seja, pela experiência social dos sujeitos, práticas e espaços onde a cidadania foi vivida. Esta tensão entre a dimensão estatutária e a dimensão prática do conceito impõe um esforço de actualização e sincronização permanente. Por esta razão, pode-se considerar que um dos traços fundamentais da cidadania é a sua própria incompletude, visão proposta por Saskia Sassen, que define a cidadania como «an incompletely theorized contract between the state and the citizen» (2009: 230), e que vê nesta mesma característica uma possibilidade de mudança que não compromete a existência do conceito. Afinal, é justamente nesta *décalage* entre estatuto e prática, entre conceito e experiência, que se geram novas formulações de cidadania e novas possibilidades de futuro. Porém, estas novas concepções de cidadania são inicialmente difíceis de ver a olho nu, e quando finalmente ganham visibilidade e são integradas numa nova concepção formal de cidadania, «(...) a new

structure of feeling will usually already have begun to form, in the true social present» (Williams, 1977: 132). Por esta razão, Sassen afirma que o conceito de cidadania «is meant to be incomplete, that is to say, capable of responding to the historically conditioned meaning of citizenship» (2009: 230).

Neste sentido, pensar a cidadania hoje implica considerar uma nova «*structure of feeling*» que põe em evidência o paradoxo das formulações nacionais e legais do Período Moderno face à experiência quotidiana da cidadania, cada vez mais distante destes limites. Como refere Sassen: «(...) today we may well be seeing yet another set of changes in the institution itself as we enter a new global phase. These changes may not yet be formalized and some may never become fully formalized» (Sassen, 2009: 231). Estas alterações, visíveis nas acções e experiências quotidianas, revelam igualmente a urgência de, a par de uma reflexão teórica, aprender a observar e analisar práticas de cidadania emergentes e, por consequência, novas possibilidades políticas. Neste sentido, e de forma a contribuir para uma reflexão aplicada da cidadania, o segundo passo desta investigação propõe olhar deliberadamente para os espaços, práticas e sujeitos da cidadania de hoje, procurando, através da análise destas três dimensões, encontrar sinais de uma nova «*structure of feeling*» e contribuir para o diálogo do estudo da cidadania na contemporaneidade.

What we need to understand is how these sites, scales and acts produce new actors who enact political subjectivities and transform themselves and others into citizens by articulating ever-changing and expanding rights (...). The rights (civil, political, social, sexual, ecological, cultural), sites (bodies, courts, streets, media, networks, borders), scales (urban, regional, national, transnational, international) and acts (voting, volunteering, blogging, protesting, resisting and organizing), through which subjects enact themselves (and others) as citizens need to be interpreted anew (Isin, 2009: 368).

Para esta mudança na forma como perspectivamos a cidadania, propõe-se a adopção do conceito *participação* como uma forma mais abrangente e complementar de pensar a capacidade de cada indivíduo se tornar num sujeito político. Mais abrangente porque não se cinge a critérios legais de legitimidade, e complementar porque não exclui a importância de uma cidadania formal, embora não a transforme num absoluto. A participação não se reduz também a uma reivindicação de direitos de qualquer tipo, ela diz respeito às práticas quotidianas já existentes, individuais ou colectivas, de convivialidade, ou, por outras palavras, às acções que nos impelem a viver juntos de forma implicada e responsável. A participação, entendida como

qualquer prática ou acção pública, tem ainda a particularidade de começar e acabar em si mesma, de ser performativa, uma vez que é o próprio acto de participar que confere aos indivíduos a legitimidade de serem sujeitos participantes.

Pode assim definir-se participação como o envolvimento activo de um sujeito em qualquer comunidade, causa, tomada de decisão, acção, reivindicação ou contestação, tanto através de meios formais e institucionais, como através de práticas informais. Estas acções podem ir desde manifestações e greves, ao boicote individual de determinados produtos por razões éticas ou políticas (cf. Clark e Silva, 2009), ou até mesmo à participação colectiva em actividades culturais ou comunitárias. Desta forma, a palavra participação possibilita que um amplo conjunto de práticas anteriormente excluídas do campo político, sejam agora tidas em consideração, independentemente da sua expressão assumir um cariz cívico, económico, cultural, sexual, social, ambiental, ou outro. Aliás, é esse o grande contributo da participação: a possibilidade de reconhecer consequências políticas em acções que à partida se poderiam considerar menores ou à margem, nomeadamente quando o voto, o serviço militar, as contribuições ao Estado e à segurança social – participações formais da cidadania por excelência – parecem estar cada vez mais aquém das aspirações e expectativas dos sujeitos contemporâneos. Em suma, ainda que seja natural e frequente a utilização dos significados de cidadania e participação como sinónimos, existe uma diferença clara no alcance dos dois conceitos: a cidadania é muitas vezes entendida como participação, mas o contrário nem sempre se verifica, ou seja, nem todas as formas de participação podem ser entendidas como cidadania. Ainda assim, é cada vez mais visível que tanto cidadãos, como não cidadãos, procuram outras vias de participação e têm vindo a encontrá-las.

A abrangência do conceito de participação dificulta, no entanto, uma circunscrição clara. Neste sentido, e de modo a contribuir para uma elucidação do conceito, de seguida propõe-se pensar a participação através de três elementos: o estudo da sua dimensão espacial, a análise de algumas práticas que aqui podem ser consideradas, e a reflexão sobre a íntima relação entre participação e subjectividade. Saliente-se, no entanto, que é de facto impossível separar cada um destes elementos por completo, uma vez que cada uma destas realidades – espaços, práticas e sujeitos – pressupõe inevitavelmente as demais.

Em termos práticos, cada um destes elementos será desenvolvido em duas partes, através da combinação de uma reflexão crítica e teórica com uma reflexão aplicada, baseada em verificação de hipóteses e narrações de experiências observadas no bairro do Castelo, em Lisboa. A revisitação de exemplos localizados no bairro do Castelo apresenta-se não só como uma forma de concretizar o que se entende por espaços, práticas e sujeitos de uma nova cidadania, mas também de poder aproximar e contaminar ideias teóricas com a prática social da cidadania e da participação.

3.1 Espaços

Como se demonstrou nos capítulos anteriores, a cidadania é um conceito extremamente permeável a alterações no contexto sociopolítico envolvente que, por sua vez, reformulam, expandem e reduzem o próprio significado do conceito, ainda que por vezes imperceptivelmente ou apenas visíveis a uma distância histórica. Muitas destas alterações estão relacionadas com a compreensão e relação das diferentes épocas com a dimensão do espaço, como ficou visível na breve resenha histórica apresentada no segundo capítulo, onde se verificou, por exemplo, que as expansões ou reduções da dimensão espacial da comunidade política levam a desenvolvimentos e reformulações no significado simbólico e aplicação da cidadania. Por esta razão, uma possível aproximação à forma como experienciamos a cidadania é considerá-la através da sua dimensão espacial, uma vez que é através de e em relação a lugares que a cidadania se constrói. Por outras palavras, torna-se impossível pensar a cidadania sem a relacionar com o espaço, seja este um espaço físico, como o território nacional ou a *polis*, seja este um espaço imaginário, uma vez que esta dimensão espacial assume muitas vezes proporções simbólicas, como no caso do Estado-nação.

Característica basilar na concepção da cidadania, o espaço é também o palco onde sujeitos e práticas entram em cena, promovendo e condicionando encontros e relações. Por isto mesmo, consideremo-lo como uma porta de entrada, não exclusiva, para observar e investigar a cidadania contemporânea, nomeadamente através do espaço urbano, local estratégico da realidade global, e do exemplo do bairro do Castelo, onde tanto a utilização quotidiana dos diferentes espaços do bairro, como a apropriação do espaço público para iniciativas locais (ex.: a *Feira do Castelo*), se revelam excelentes formas de participar activamente na construção do espaço físico e simbólico do bairro.

3.1.1 A Cidade como Palco da Cidadania

Hoje, a relação entre indivíduos e territórios volta a modificar-se: a diminuição das distâncias e o encurtamento do tempo, através de novos meios de comunicação e de transporte, possibilitam novas formulações de comunidades, reais ou virtuais, levando a alterações na forma como entendemos a identidade e a pertença. Multiplicam-se as fontes de identidade e as comunidades, e a relação entre indivíduos e territórios torna-se mais flexível e desprendida. Estas alterações na forma como experienciamos o espaço e o tempo, intimamente relacionadas com o fenómeno da globalização, modificam inevitavelmente a forma como entendemos e experienciamos a cidadania. Como já referido, o Estado-nação, por exemplo, perde relevância como derradeira fonte de autoridade em assuntos de cidadania e democracia e surgem novas instituições internacionais como fontes de soberania global.

Neste sentido, emergem duas possibilidades decisivas com as alterações espaço-temporais impulsionadas pela globalização das economias, das pessoas e das comunicações: por um lado, desenvolve-se uma dispersão e neutralização da importância do local na definição da cidadania, da qual fazem parte as ideias ligadas a uma cidadania transnacional ou cosmopolita; e, por outro lado, a cidadania concentra-se em espaços mais concretos e localizados, o que leva tanto ao fortalecimento de fronteiras já existentes, como ao surgimento de novos palcos (cf. Holston e Appadurai, 1996; Sassen, 2009). Em ambas as possibilidades, a cidade parece evidenciar-se como o local estratégico, talvez a chave deste paradoxo, uma vez que possibilita a vivência de experiências transnacionais ou cosmopolitas em lugares concretos e localizados, aproximando (real ou virtualmente) pessoas, práticas e imagens de diferentes origens.

A cidade é, cada vez mais, tradutora e materializadora de fenómenos tão complexos e informes como a globalização, a democracia e a cidadania, uma vez que é nas suas ruas que estes fenómenos são mais frequentemente experienciados e aplicados. É na cidade que se localizam as instituições da sociedade civil, que os indivíduos existem politicamente, que os direitos são reivindicados e contestados, que os serviços públicos são redistribuídos e que a lei é exercida (cf. Isin, 2000). Nas palavras acertadas de Engin F. Isin, «(...) the city may still be the place where the problem of government is being posed and articulated» (2000: 12), logo, será também mais

frequentemente na cidade que experienciamos a cidadania, tanto na sua aplicação legal de direito a participar na comunidade política, como no seu significado simbólico de pertença.

A constelação sociopolítica global, concretizada numa ampla rede de cidades, possibilita novas relações, circulações e encontros que são ao mesmo tempo profundamente transnacionais e extremamente localizados. Produzindo fluxos económicos, fiscais, culturais e simbólicos imensuráveis, a cidade ganha relevância como um espaço ao mesmo tempo físico e metafórico, onde se podem viver os novos atributos simultaneamente globais e locais da contemporaneidade. Por esta razão, parece ser uma vez mais na cidade que se adivinha o horizonte de novas respostas sociais e políticas. Para Saskia Sassen (1997), o contexto transnacional da globalização potencia, além das suas perigosas ambiguidades, novas possibilidades de formulação de identidade e pertença concretizadas no espaço urbano, e em particular nas cidades globais, tornando a cidade num espaço privilegiado para investigar e observar novas reivindicações, direitos, responsabilidades, sujeitos e práticas, ou, por outras palavras, novas formulações de cidadania.

A pertinência da cidade como palco estratégico de negociação e reformulação da cidadania contemporânea tem sido objecto de reflexão de vários autores (cf. Holston e Appadurai, 1996; Isin, 2000; Sassen, 1997, 2002, 2009). Engin F. Isin, por exemplo, descreve a cidade global como «(...) a new space of politics in which new rights-claims are made, and in which new ways of being political / being a citizen are forged, experimented with and enacted» (2000: 13). Para o autor, esta abertura permite-nos testemunhar o surgimento de novas subjectividades e práticas, e afasta-nos cada vez mais das grandes narrativas nacionalistas e unificadoras do Período Moderno:

Global city-regions give us not only the geographic metaphors with which we think about the social world, but also the concrete sites in which to investigate the complex relays of post-modernization and globalization that engender spaces for new identities and projects which modernization either contained or prohibited, and generate new citizenship rights and obligations (Isin, 2000: 3).

A cidade, enquanto espaço de novas possibilidades, não pode ser considerada, no entanto, como um elemento neutro na relação com a cidadania, uma vez que a sua morfologia é sempre condição e reflexo das diferentes práticas e utilizações que aí ocorrem. Por outras palavras, as ruas, praças e bairros da cidade, «(...) projecç[ões] da

sociedade sobre o terreno» (Lefebvre, 2012 [1968]: 66), são tanto produto como produtoras das relações que aí se desenvolvem e reinventam. Desta forma, a cidade pode ser infinitamente recriada pelos diferentes actores que nela coexistem, revelando diariamente lugares de liberdade e práticas de participação de diferentes grupos sociais por reconhecimento, redistribuição, representação, visibilidade ou, simplesmente, convivialidade. Esta visão parece relacionar-se com a ideia de Henri Lefebvre (2012 [1968]), que entende a cidade como uma obra de arte, construída diariamente por aqueles que a habitam e utilizam. Esta concepção de obra de arte que se relaciona com a utilização e apropriação dos espaços da cidade é, no entanto, distinta do direito à propriedade. Muito pelo contrário, a cidade enquanto obra sublinha a natureza pública e criativa do espaço urbano, abrindo-o aos desígnios dos seus habitantes. Esta distinção entre propriedade e utilização rompe com as anteriores concepções de cidadania que anexavam privilégios económicos, como o direito à propriedade, ao estatuto de cidadão. A proposta de Henri Lefebvre formulada no «direito à cidade» abre o direito e a responsabilidade de participar na cidade a todos aqueles que nela habitam (cf. Lefebvre, 2012 [1968]) possibilitando uma concepção da participação e do envolvimento na vida pública mais abrangente, e talvez também mais inclusiva, que reconhece o poder que os sujeitos têm sobre a cidade e vice-versa. Neste entendimento, os habitantes da cidade são agentes activos na construção de novos espaços de visibilidade e invisibilidade, circulação e interdição, encontro e confronto, projectando na cidade contra-discursos, que levarão a novas formas de a conceber.

A participação na cidade é reclamada diariamente por todos aqueles que nela coexistem através de inúmeros e distintos meios. A cidade é o local onde os direitos se negociam e articulam, onde se gerem as necessidades, onde se partilham e redistribuem os recursos e onde imaginários e aspirações se encontram ou confrontam. Estes diferentes projectos para a mesma cidade são postos em prática simultaneamente pelos diferentes habitantes através das utilizações do espaço público e privado, dos diferentes consumos ou das múltiplas representações e narrações da cidade. Esta construção cidadã é lenta e por vezes imperceptível, e pode ir desde a simples utilização de uma praça ou a decoração de uma varanda, até à ocupação de um edifício ou ao desenvolvimento de projectos comunitários. Estas pequenas práticas urbanas, individuais ou colectivas, são formas de criar espaços de encontro e

criatividade, formas de devolver o poder e a responsabilidade aos habitantes da cidade para decidirem sobre os espaços que habitam colectivamente.

Neste sentido, torna-se crucial considerar práticas e manifestações já existentes, novos imaginários de cidadania, concebidos através da experiência urbana. Isto é, urge atentar às utilizações e apropriações do espaço urbano como formas de participar na cidade, o que será o mesmo que dizer, como formas de exercer poder político. As cidades, espaços altamente políticos, são resultado de tensões e articulações entre diferentes grupos e respectivas utilizações, apropriações e aspirações do espaço urbano. Por sua vez, estas utilizações quotidianas da cidade são práticas políticas, formas de produzir uma presença na cidade e de transformar os habitantes em poderosos sujeitos políticos (cf. Sassen, 2002; Isin e Nielsen, 2008; Isin, 2009). Finalmente, estas presenças múltiplas possibilitam que a cidade seja continuamente reconstruída e reformulada, abrindo espaço para novas formas de envolvimento e participação, muitas vezes impossíveis de prescrever e fixar formalmente.

Esta abertura do espaço urbano pode, no entanto, levar também a espaços de desencontro e impossibilidade, espaços de violência e segregação. Ainda assim, os exemplos relativos ao bairro do Castelo, apresentados e estudados de seguida, demonstram respostas felizes a problemas e situações complexas, executados pelos próprios habitantes e geridos em redes comunitárias e de proximidade. No seu conjunto, estes exemplos ajudam a crer e compreender a cidade como um espaço de novas possibilidades sociopolíticas infinitas. Uma posição também defendida por Henri Lefebvre através do «direito à cidade» como uma forma de cidadania urbana «(...) understood not as membership in a polity – let alone the nation-state – but as a practice of articulating, claiming and renewing group rights in and through the appropriation and creation of spaces in the city» (Isin, 2000: 15).

Para David Harvey (2012), figura central na continuação do debate do «direito à cidade» na contemporaneidade:

(...) the question of what kind of city we want cannot be divorced from the question of what kind of people we want to be, what kinds of social relations we seek, what relations to nature we cherish, what style of life we desire, what aesthetic values we hold. The right to the city is, therefore, far more than a right of individual or group access to the resources that the city embodies: it is a right to change and reinvent the city more after our hearts' desire. (...) The freedom to make and remake

ourselves and our cities is, I want to argue, one of the most precious yet most neglected of our human rights (Harvey, 2012: 4).

Esta entendimento da cidade como um projecto não terminado e em constante reformulação pelos seus habitantes, adequa-se a uma nova forma de estar no mundo que é simultaneamente geradora e resultado de novos sentidos de comunidade, identidade e pertença. Não é, portanto, surpreendente que questões de identidade, pertença e soberania sejam continuamente disputadas em diversos espaços urbanos como mais recentemente na Praça da Independência (*Maidan*) de Kiev, em 2014; no Parque Taksim Gezi, no ano de 2013, em Istambul; ou na praça Tahir, no Cairo, em 2011. No seu conjunto, estes e outros exemplos recordam a importância vital do espaço urbano como local de reivindicação individual ou colectiva e mostram que o «direito à cidade» é hoje, cada vez mais, reclamado pelos habitantes contemporâneos.

3.1.2 Utilizações do Espaço Urbano no Bairro do Castelo

O enorme potencial político da utilização do espaço urbano é evidente na relação entre os habitantes e os espaços do pequeno bairro do Castelo, em Lisboa. Situado no topo da colina do Castelo de São Jorge e rodeado pela muralha de São Lourenço, o bairro do Castelo é um bairro histórico, com cerca 355 moradores (segundo os Censos de 2011), vítima de um processo de desertificação implacável (ver Figura 13, Anexo D). Envolvido por outras zonas históricas como Alfama, Graça ou a Baixa Pombalina, o bairro do Castelo localiza-se no epicentro de uma rota turística que tem conhecido enorme expansão no centro histórico da cidade de Lisboa nos últimos anos, à semelhança de outras cidades europeias contemporâneas. Este desenvolvimento turístico do centro histórico e da zona ribeirinha da cidade pode ser visto no *Plano Estratégico Para o Turismo de Lisboa 2011 – 2014* que prevê, por exemplo, a requalificação do Terreiro do Paço e da Ribeira das Naus, e o reforço da actividade turística ligada aos Cruzeiros. Estes objectivos têm continuidade no *Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015 – 2019*, com a previsão da criação de uma nova micro-centralidade *Alfama, Castelo e Mouraria* e o reforço das ligações ao Castelo, nomeadamente através do *Plano de Acessibilidade Suave e Assistida à Colina do Castelo*, desenhado a pensar tanto nos interesses de residentes como de visitantes, e que acrescenta ao já inaugurado percurso pedonal da Baixa ao Castelo quatro novas acessibilidades que facilitam a circulação pedonal nesta colina acidentada da cidade e uma ligação (quase) directa da zona ribeirinha e do Terminal de Cruzeiros à colina do Castelo, Alfama e Mouraria.

Todos estes desenvolvimentos têm alterado a vida quotidiana no centro histórico da cidade, nomeadamente na sua valorização como um local de consumo e lazer, e na atracção de capital e investimento, principalmente imobiliário. Estas alterações são visíveis no surgimento de novos negócios virados para o turismo, como redes de alojamento temporário, *hostels*, *tuk-tuks*, lojas de artesanato e produtos locais, entre outros, que alteram profundamente o território e o quotidiano destes bairros, e que levantam a questão de uma sobreposição dos interesses e necessidades económicos ao bem estar social dos habitantes da cidade. No caso do bairro do Castelo, é exemplo deste fenómeno o aumento dos negócios especificamente orientados para o turismo,

estrategicamente localizados junto à entrada do Castelo de São Jorge e geralmente pouco frequentados pelos moradores do bairro, ainda que existam algumas excepções.

No seu todo, estes desenvolvimentos turísticos na zona histórica da cidade de Lisboa criaram as condições necessárias para que cerca de 3700 pessoas visitem diariamente o Castelo de São Jorge, o que corresponde aproximadamente a dez vezes a população do bairro. Esta afluência turística, combinada com a desertificação e envelhecimento do bairro e o entorpecimento das duas colectividades mais antigas (o *Grupo Excursionista do Castelo* e o *Grupo Desportivo do Castelo*), preocupa aqueles que vivem no bairro do Castelo e que têm assistido a uma transformação do comércio local e a uma progressiva desvitalização da vida comunitária.

Perante este cenário, a associação *Fundo de Arquitectura Social (FAS)*, dirigida pelas arquitectas Raquel Morais e Patrícia Ramalho, desenvolveu o projecto *Moralá Castelo* com o objectivo de criar as condições necessárias ao rejuvenescimento e dinamização do bairro através da requalificação do edificado e do espaço público, e da revitalização da vida comunitária e do bem estar social. Neste sentido, o *Fundo de Arquitectura Social (FAS)* destaca como principais objectivos: o combate à desertificação do bairro, o impulsionamento do retorno à vida social e comunitária, a promoção do emprego e formação profissional a nível local, a recuperação e ocupação do edificado degradado ou devoluto e do espaço público, a melhoria das condições de estacionamento automóvel e acessibilidades, e também a atenção e acompanhamento do turismo crescente, e por vezes excessivamente invasivo, estudando contrapartidas para os moradores (cf. FAS, 2015).

Incentivando e estimulando a participação activa dos moradores na resolução dos problemas do bairro, o *FAS* impulsionou em 2013 a criação da *Associação de Moradores, Comerciantes e Amigos do Castelo de São Jorge (Há Castelo)*. O momento não poderia ser mais oportuno, uma vez que no mesmo período se dá uma reorganização administrativa das freguesias de Lisboa, que leva à fusão de doze antigas freguesias – Castelo, Madalena, Mártires, Sacramento, Santa Justa, Santiago, Santo Estêvão, São Cristóvão e São Lourenço, São Miguel, São Nicolau, Sé e Socorro – numa nova e única freguesia denominada Santa Maria Maior. Resultado do esforço dos moradores e comerciantes do bairro, a *Há Castelo* conta já com cerca de 150

sócios, afirmando-se assim como uma associação mediadora da comunicação entre o bairro e as entidades oficiais.

Face à grande afluência de visitantes e consequente exploração turística do comércio e espaço do bairro, e ao afastamento do centro de decisão local da Junta de Freguesia do Castelo para a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, os moradores e comerciantes do bairro do Castelo uniram-se numa resposta localizada e centralizada em duas novas associações locais, o *FAS* e a *Há Castelo*, com o objectivo de revitalizar o bairro através do desenvolvimento de actividades, da dinamização do espaço público e da criação de uma rede de apoio e resolução colectiva dos problemas partilhados por moradores e comerciantes. Este posicionamento activo do bairro do Castelo veio revelar uma vontade de cuidar do bairro, de decidir sobre a sua utilização e de tirar o maior partido dos espaços que moradores, comerciantes e visitantes habitam em conjunto.

Esta íntima relação entre a participação cidadã e a existência espacial é confirmada pelos dados recolhidos através de inquérito sobre as maiores necessidades do bairro do Castelo, que destacam a degradação do espaço público, e em particular dos pavimentos das ruas (necessidade indicada por 56% dos moradores inquiridos), a falta de um espaço cultural e recreativo no bairro (47%) e de um centro de dia (44%), as limitações do comércio local (40%), o problema de estacionamento (34%), a falta de farmácias na proximidade (30%) e os problemas relativos à entrada e saída de viaturas dentro do bairro muralhado (29%). Por outras palavras, à generalizada opinião de carência de espaços e equipamentos no bairro, partilhada por vários moradores, pode-se corresponder uma de duas hipóteses: ou os espaços existentes são insuficientes, ou os espaços existentes não satisfazem os moradores.

Estas e outras necessidades estão representadas na Figura 1, onde através de uma Análise de Componentes Principais (ACP) a um factor, é possível também verificar as necessidades mais significativas do bairro do Castelo, ou seja, o conjunto de necessidades mais explicativas e coerentes entre si. São elas a falta de farmácias na proximidade, a falta de um espaço polidesportivo, as fracas acessibilidades ao bairro, a falta de policiamento e a falta de transportes, explicando cumulativamente 18% da variância de todas as necessidades e indicadas a roxo na Figura 1.

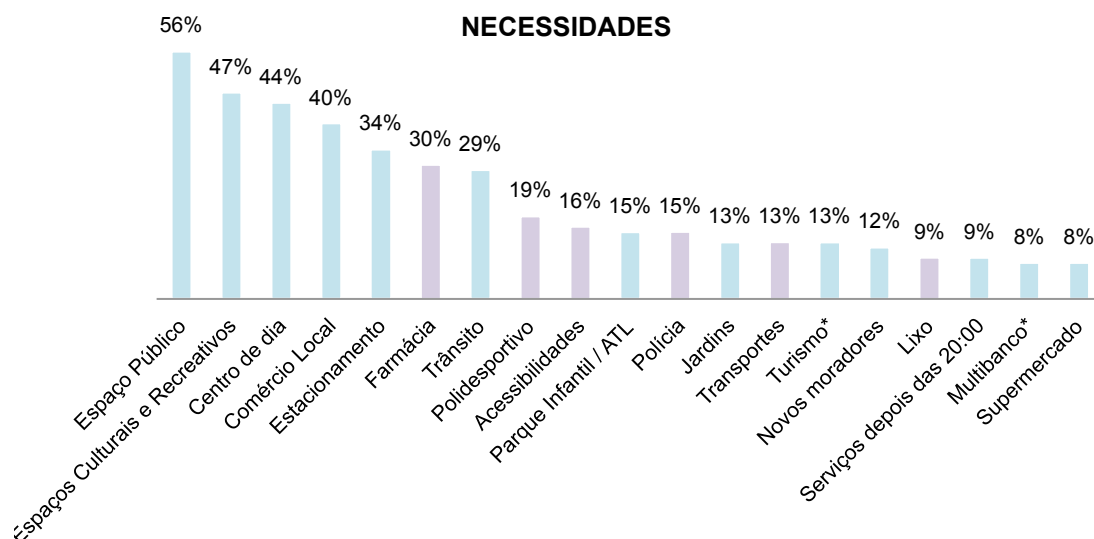


Figura 1 - Necessidades⁴

Apesar de estas necessidades revelarem alguma insatisfação com a qualidade e / ou quantidade dos espaços do bairro, a utilização espacial do bairro do Castelo pelos respectivos moradores não parece ser afectada por essa insatisfação, em especial o Largo de Santa Cruz (frequentado por 70% dos moradores inquiridos), o Café Leitaria de São Jorge (69%), a mercearia Estrela do Castelo (64%), a Drogaria do Castelo (58%) e o Castelo de São Jorge e respectivos jardins (50%), cada um utilizado por mais de metade da população inquirida do bairro. Na Figura 2, e novamente através de uma Análise de Componentes Principais (ACP) a um factor, é possível verificar que existe um conjunto de espaços centrais no bairro onde a utilização é menos diferenciada e mais concordante. São eles a Drogaria do Castelo, o Café Leitaria de São Jorge, a Casa do Governador (instalações do gabinete do Castelo da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior), a Igreja de Santa Cruz, o Largo de Santa Cruz, o Café Muralha de São Jorge e o Café Mercearia, explicando em conjunto 22% da variância e representados a roxo na Figura 2.

⁴ * Necessidades indicadas pelos inquiridos na opção «outras».

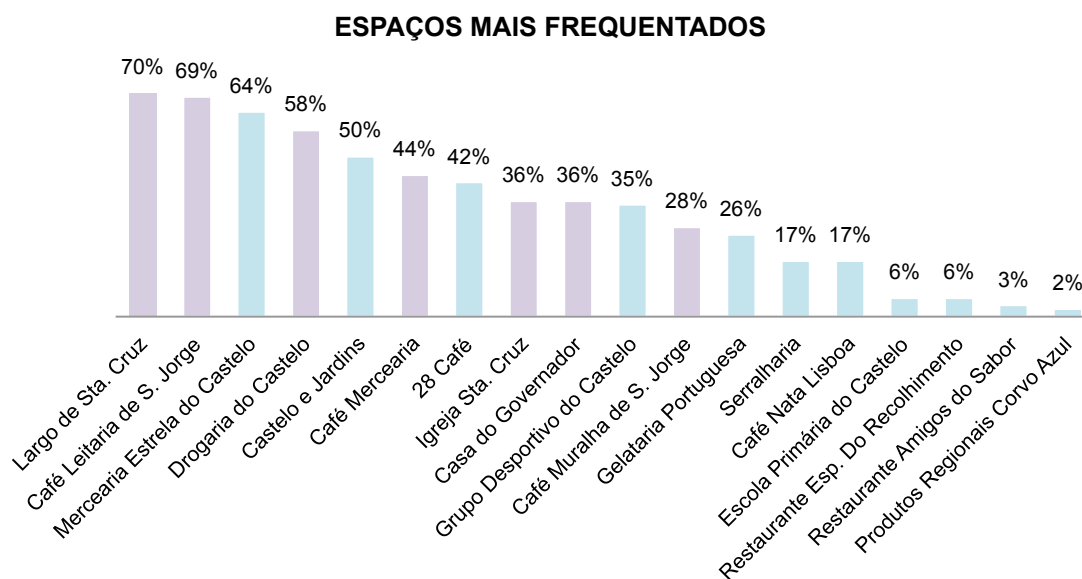


Figura 2 - Espaços mais Frequentados

No sentido de investigar a primeira hipótese, se os espaços do bairro são quantitativamente insuficientes, prosseguiu-se à verificação da correlação entre o (4) N° Espaços Frequentados e o (6) N° de Necessidades Indicadas, de forma a confirmar se a um bairro mais necessitado corresponderia um bairro mais ou menos utilizado. O teste utilizado foi o coeficiente de correlação de Pearson, que concluiu não existir evidência estatística para afirmar que o (4) N° Espaços Frequentados e o (6) N° de Necessidades Indicadas estão correlacionadas [$r = .118$, $n = 86$, $p = .278$, bicaudal]. Ficou assim por verificar a segunda hipótese, isto é, se um bairro menos utilizado seria também um bairro menos satisfeito com a qualidade de vida no geral. Utilizou-se novamente o teste de correlação de Pearson para averiguar a relação entre o (4) N° de Espaços Frequentados e o (10) Índice de Satisfação com a Qualidade de Vida (que combina a satisfação com o espaço público e acessibilidades, a satisfação com a oferta de comércio local e a satisfação com a oferta cultural e recreativa). O teste concluiu não existir evidência estatística para afirmar que o (4) N° de Espaços Frequentados e o (10) Índice de Satisfação com a Qualidade de Vida estão correlacionados [$r = -.105$, $n = 86$, $p = .334$, bicaudal].

Desta forma, através destes dois testes é possível concluir que a utilização dos espaços do bairro não parece depender nem da quantidade de espaços, nem de uma satisfação com a qualidade dos espaços. Por outras palavras, as pessoas parecem utilizar os diferentes espaços do bairro independentemente de estes serem suficientes

ou insuficientes, satisfatórios ou insatisfatórios. Conclui-se também que as carências evidenciadas nas necessidades indicadas não levam os moradores a deixar de frequentar os espaços existentes, mas, simplesmente, a almejar por mais. Investigações mais aprofundadas sobre a utilização dos espaços do bairro poderiam examinar se o sexo, a idade ou outros elementos diferenciadores da população têm consequências na utilização do espaço, no sentido de tentar explicar o que produz estas diferentes utilizações espaciais.

Assumindo que frequentar e utilizar os espaços do bairro oferece aos seus moradores um contacto de proximidade e convivência com outros moradores e comerciantes, criando espaços de discussão dos problemas e momentos de recordação e construção de uma imagem partilhada do bairro, procurou-se de seguida verificar se existe uma relação entre a utilização espacial do bairro e a percepção de sentimento de pertença em relação ao bairro. Para este efeito, realizou-se um teste de correlação entre o (5) Grau de Utilização Espacial do Bairro e a (8) Escala de Pertença ao Bairro. Como a variável (8) Escala de Pertença ao Bairro é uma variável ordinal, foi utilizada a alternativa não paramétrica do teste de Pearson, o teste de correlação de Spearman. O teste concluiu existir uma correlação fraca⁵ e positiva entre o (5) Grau de Utilização Espacial do Bairro e a intensidade da (8) Escala de Pertença ao Bairro [$\rho = .264$, $n = 86$, $p = 0.014$, bicaudal], o que significa que os moradores que frequentam mais espaços dos considerados na variável (5) Grau de Utilização Espacial do Bairro são também aqueles que afirmam ter um maior sentimento de pertença em relação ao bairro. Este resultado confirma assim a hipótese levantada que determinados espaços do bairro (nomeadamente a Drogaria do Castelo, o Café Leitaria de São Jorge, a Casa do Governador, a Igreja de Santa Cruz, o Largo de Santa Cruz, o Café Muralha de São Jorge ou o Café Merceria) são fundamentais para a produção de uma imagem partilhada do bairro. Podemos também concluir que a intensidade do sentimento de pertença em relação ao bairro do Castelo está mais relacionada com uma utilização qualitativa do bairro (espaços específicos) do que com uma utilização quantitativa do bairro (soma de espaços), onde não parece existir correlação [$r = -.021$; $n=86$; $p = .849$, bicaudal].

⁵ Para medir a força da correlação de Pearson será seguida a proposta de Jacob Cohen (1988) que sugere uma correlação fraca entre [0.10; 0.29], média entre [0.30; 0.49] e forte entre [0.50; 1.0].

A própria morfologia e tecido habitacional do bairro parecem ter preservado algumas relações de vizinhança e proximidade e promovido a percepção de um grande sentimento de pertença em relação ao bairro. A marginalidade do bairro em relação à cidade de Lisboa, o facto de ser totalmente contornado por uma muralha com uma única entrada e saída, a dificuldade de acesso e o isolamento possibilitam que o bairro do Castelo seja uma pequena aldeia cristalizada no centro da cidade de Lisboa. Ao contrário de outros bairros lisboetas, esta morfologia particular faz com que o espaço e limites do bairro sejam extremamente reconhecíveis, aproximando aqueles que são do bairro e afastando os que não lhe pertencem. Nas palavras de Gonçalo de Brito e Cunha, Presidente da *Associação de Moradores, Comerciantes e Amigos do Castelo de São Jorge (Há Castelo)*, o bairro do Castelo é «(...) uma aldeia, toda a gente se conhece, e tem as vantagens e os inconvenientes de toda a gente se conhecer (...)».

Esta proximidade e espírito comunitário revela-se também nas percepções dos moradores relativamente ao seu sentimento de pertença em relação ao bairro do Castelo, onde 73% dos inquiridos afirma concordar absolutamente com a afirmação «Sinto que pertenço ao bairro do Castelo», 10% afirmam concordar, e apenas 2% discordam e 2% discordam absolutamente (ver figura 6, Anexo D). Como seria de esperar, são também os moradores que residem no bairro há mais tempo aqueles que afirmam ter maior sentimento de pertença em relação ao bairro do Castelo [$\rho = .358$, $n = 86$, $p = .001$, bicaudal].

No que diz respeito à relação entre espaço e participação, nomeadamente na sequência das considerações anteriores sobre as utilizações espaciais da cidade poderem ser consideradas como formas de participar na comunidade política, prosseguiu-se na investigação da hipótese de diferentes formas de utilizar o espaço do bairro corresponderem a diferentes formas de participar nas actividades e iniciativas locais.

ACTIVIDADES MAIS FREQUENTADAS

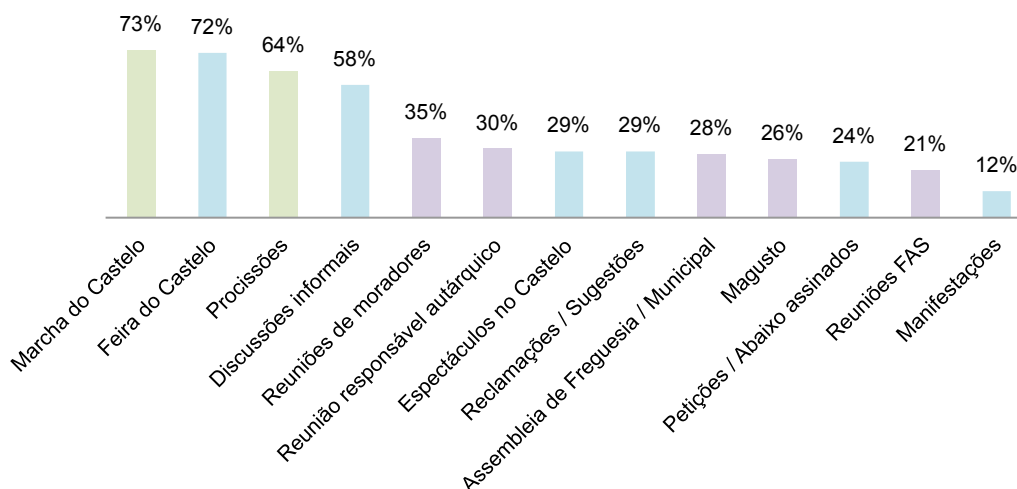


Figura 3 - Actividades mais Frequentadas

Desta forma, e de maneira geral, verifica-se que os moradores do bairro do Castelo participam bastante nas actividades e iniciativas locais, principalmente na Marcha do Castelo (73%)⁶, na *Feira do Castelo* (72%), nas Procissões celebrativas de São Jorge (64%) e em discussões informais com outros moradores (58%). No mesmo gráfico, e através de uma Análise de Componentes Principais (ACP) a dois factores, é possível também verificar que existem dois grupos de participações no bairro: 1) uma participação mais generalizada e de cariz político, composta pela participação em reuniões da *Há Castelo*, reuniões com responsáveis autárquicos, Assembleias de Freguesia e / ou Municipais, celebrações comunitárias do Magusto, organizado pelas associações *Há Castelo* e *FAS*, e reuniões convocadas pelo *FAS* – indicadas a roxo no gráfico; e 2) uma participação relacionada com actividades culturais tradicionais do bairro, composta pela participação na Marcha Popular do Castelo e nas Procissões celebrativas de São Jorge – indicadas a verde no gráfico.

No sentido de verificar se a maior utilização espacial do bairro corresponde uma maior participação nas actividades e iniciativas, prosseguiu-se no teste à correlação entre as variáveis (4) N° de Espaços Frequentados e o (1) N° de Participações. O teste utilizado foi o teste de Pearson que concluiu existir uma correlação forte e positiva entre o (4) N° de Espaços Frequentados e o (1) N° de Participações [$r = .540$; $n = 86$; p

⁶ Foram aceites como respostas afirmativas qualquer envolvimento nestas iniciativas, desde a participação como marchante ou feirante, até ao simples papel de observador.

= .000, bicaudal], ou seja, os moradores que frequentam mais espaços do bairro do Castelo são também aqueles que frequentam mais actividades e vice-versa. Esta correlação pode ser interpretativamente explicada pelo facto de parte das actividades se localizarem nos espaços do bairro, logo, as pessoas que participam nas actividades estão também a utilizar os espaços. No entanto, para uma análise mais aprofundada da forma como o espaço e a participação se relacionam, verificou-se também a correlação entre o (5) Grau de Utilização Espacial do Bairro e os dois tipos de participação identificados através da ACP. Novamente através do teste de Pearson, verificou-se existir uma correlação média e positiva entre o (5) Grau de Utilização Espacial do Bairro e o (3) Grau de Participação Cultural [$r = .328$; $n = 85$; $p = .002$, bicaudal], o que significa que a uma maior utilização do conjunto dos espaços Drogaria do Castelo, Café Leitaria de São Jorge, Casa do Governador, Igreja de Santa Cruz, Largo de Santa Cruz, Café Muralha de São Jorge e Café Merceria corresponde um maior grau de participação cultural, nomeadamente na Marcha do Castelo e nas Procissões.

Exceptuando a participação nas eleições autárquicas de 2013 através do voto (78%), as actividades mais participadas pelos moradores do bairro do Castelo foram a Marcha do Castelo (73%), a *Feira do Castelo* (72%) e as Procissões celebrativas de São Jorge (64%), três actividades intimamente relacionadas com a utilização e apropriação do espaço e com a identidade cultural do bairro do Castelo. Das três, a *Feira do Castelo* evidencia-se como um excelente exemplo para pensar as implicações e possibilidades da relação entre os espaços e as participações no bairro do Castelo, uma vez que esta iniciativa reúne associações, moradores e comerciantes na celebração e dinamização de um espaço central do bairro pouco fruído.

Os esforços das duas novas associações locais (o *FAS* e a *Há Castelo*) na auscultação dos problemas e necessidades e na dinamização e revitalização da vida comunitária do bairro, levaram a que fosse possível, no dia 5 de Maio de 2014, a inauguração da primeira *Feira do Castelo*, organizada em parceria pelas duas associações. Esta actividade contou com vinte e sete bancas de vendedores locais, produzidas artesanalmente na serralharia do bairro do Castelo, com a coordenação das arquitectas do *FAS* e do senhor Ferrão (proprietário da serralharia), e com a ajuda de moradores como Joaquim Duarte, Rodrigo Duarte, Luís Dinis, Ana Henriques e Carlos Oliveira, entre outros. Hoje, passado um ano, a *Feira do Castelo* continua a desenvolver-se

com periodicidade mensal, afirmando-se como uma possível resposta local aos problemas acima apresentados. Se, por um lado, a *Feira* estabelece uma ponte com os turistas, que por norma não visitam o interior do bairro e com quem os moradores nem sempre dialogam, trazendo, além do mais, alguns benefícios económicos; por outro, acaba por ser uma festa popular, um espaço de convívio e lazer, nomeadamente com concertos de artistas locais e recuperando algumas tradições locais como o Fado, e que no seu todo convidam os moradores a usufruírem do seu bairro. Evidentemente, a abertura da *Feira do Castelo* não resolve por inteiro o problema de desertificação e descaracterização que assombra o bairro do Castelo. São também visíveis na *Feira* as tensões e negociações entre o bairro vivido e o bairro expositivo. Contudo, o grande investimento e envolvimento tanto das associações locais, como dos residentes, nesta e noutras iniciativas, parece indicar que este caso se trata mais de uma forma autêntica e contemporânea de (re)viver o bairro, do que do contrário. Afinal, o exemplo da *Feira do Castelo* ilustra uma forma alternativa de participar, que oferece aos moradores do bairro a possibilidade de se responsabilizarem na construção de uma festa, ou simplesmente de se apropriarem e viverem um largo que, à excepção dos dias da *Feira*, é apenas utilizado como parque de estacionamento.

Por todas estas razões, é desejável que o envolvimento popular e as características particulares da *Feira do Castelo* não se dissolvam com a reclamação da organização da iniciativa por parte da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, desde Maio de 2015, acontecimento que demonstra como a apropriação espontânea do espaço público pelas comunidades é ainda hoje um assunto sensível, difícil de enquadrar por parte das estruturas políticas oficiais, apesar das anteriores *Feiras* terem sido sempre realizadas em contacto e com o conhecimento da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. Afinal de contas, e de acordo com o pensamento de Henri Lefebvre (2012 [1968]), o projecto da *Feira do Castelo* pode ser entendido como a reivindicação do «direito à cidade»: um direito daqueles que habitam a cidade de reclamar a apropriação e o direito de participar e decidir sobre o espaço que habitam colectivamente.

In urban society urban space is not ruled by property rights and exchange value but by inhabitants who appropriate space, make it their own, and use it to meet their needs. Urban society draws inhabitants into the centre, into vital urban spaces where they encounter each other and engage in collective and meaningful negotiations about what kind of city they desire (Purcell, 2013: 318).

A cidade, obra de arte construída diariamente por aqueles que a habitam, opõe-se às visões modernistas do espaço urbano como um objecto, plano modelador, irrefutável e irreversível (cf. Lefebvre, 2012 [1968]). Nesta concepção, práticas quotidianas como a utilização dos espaços do bairro ou iniciativas como a *Feira do Castelo*, incluindo o momento inicial em que um grupo de moradores se reúne para construir artesanalmente as bancas de uma iniciativa porvir, revelam-se fortes instrumentos de participação cidadã, negociações do espacial pelo social. Como recorda Mark Purcell (2013), é através destes lugares de liberdade e práticas quotidianas de autogestão que é possível, na visão de Henri Lefebvre, vislumbrar no meio da sociedade industrial a esperança de uma sociedade urbana, onde a cidade se restabelece como um espaço de encontro e desenvolvimento do potencial humano. Desta forma, será também através de uma atenção particular a estes espaços que se torna possível ver outras formas, alternativas, de participar e contribuir substantivamente para a comunidade política. Em suma, é muitas vezes através do espaço que diferentes dimensões da cidadania são experienciadas, tanto na mera reivindicação e utilização de espaços físicos, como na criação de espaços simbólicos, espaços de encontro, onde se produzem ideias de comunidade como, por exemplo, a ideia de um bairro.

3.2 Práticas

A cidadania, exclusiva por natureza, é cada vez mais desafiada pela crescente heterogeneidade das sociedades contemporâneas. Estatuto legitimador do direito a participar politicamente na sociedade, a cidadania tem oferecido caminhos institucionalizados de participação, na forma de direitos e deveres. Contudo, a formalização da cidadania não implica a inexistência de outros sujeitos e de outras práticas. Neste sentido, pensar as participações dos homens e das mulheres apenas através do estatuto de cidadão e dos respectivos direitos e deveres parece hoje insuficiente. Por outras palavras, reduzir todas as formas de nos implicarmos politicamente na sociedade apenas às incluídas na concepção formal de cidadania é prejudicial tanto para aqueles que não são reconhecidos como cidadãos, como para os que o são, levando, no limite, a exclusões sociais.

Exemplos como a *Feira do Castelo* evidenciam a existência de outras formas de participação e questionam a expansão ou os limites daquilo que entendemos por cidadania hoje. Concentrando a análise nas participações quotidianas, práticas informais que contribuem todos os dias para a construção de novos imaginários partilhados, a substância da cidadania apresenta-se como um espaço criador, onde novas concepções de cidadania e cidadãos são negociados. Outro exemplo do potencial criador de formas alternativas e informais de participação são os sinais de revitalização da vida comunitária no bairro do Castelo, nomeadamente a *Exposição História e Estórias de uma Marcha Popular – O Castelo é lindo!*, realizada em parceria pelas duas novas associações locais – *Fundo de Arquitectura Social (FAS)* e *Associação de Moradores, Comerciantes e Amigos do Castelo de São Jorge (Há Castelo)* –, e com a estreita colaboração de uma comissão de moradores responsável pela concepção e realização da exposição.

3.2.1 A Substância da Cidadania

As ferramentas de participação tradicionais parecem estar hoje perante uma encruzilhada. Por um lado, os desenvolvimentos sociais da cidadania nos séculos XIX e XX – que estabeleceram uma relação ente cidadãos e Estado com base em direitos e deveres – estão cada vez mais ameaçados por alterações político-económicas a nível global, nomeadamente a viragem neoliberal de um modelo de governo para um modelo de governação, que difunde o poder do Estado e esvazia de direitos o estatuto de cidadão (cf. Purcell, 2013; Harvey, 1989). Por consequência, a relação entre cidadãos e Estado fica debilitada e os direitos e deveres subsistentes – o voto, o serviço de júri, o serviço militar não obrigatório ou o pagamento de impostos – são muitas vezes «(...) perceive[d] more as burdens than as rights» (Holston e Appadurai, 1996: 190), revelando que a forma como experienciamos a cidadania no século XXI é fundamentalmente diferente. Por outro lado, a frequente conclusão de que assistimos hoje, nas sociedades ocidentais, a um decréscimo na participação política com base nas elevadas taxas de abstenção, na desconfiança no governo ou no desinteresse pela política⁷ (cf. Clark e Silva, 2009), levam alguns autores a questionar se não estaremos mesmo perante uma «erosão da cidadania» (Turner, 2001).

No entanto, se considerarmos a cidadania como qualquer forma de participação nos assuntos da comunidade, descobriremos um vasto conjunto de acções excluídas do enquadramento legal que tendem a contrariar a ideia de um decréscimo na participação política ou a designada erosão da cidadania. Esta apologia de uma expansão das práticas da cidadania foi também objecto de reflexão da crítica feminista à cidadania, que argumentou a favor da consideração do potencial político de outros sujeitos e de outras práticas muitas vezes excluídos da cidadania, ilustrados, por exemplo, na crítica da concepção apolítica da mulher e do espaço privado (cf. Jones e Gaventa, 2002):

(...) defining citizenship through political participation in formal public spaces serves to occlude other forms of participation (community work, participation in local decision making processes such as traditional meetings, etc.) as legitimate expressions of citizenship (Jones e Gaventa, 2002: 21).

⁷ De acordo com a PORDATA, a taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República nas eleições de 2011 foi de 41,9% (Pordata, 2011). Segundo o Portal de Opinião Pública da Fundação Francisco Manuel dos Santos, em relação à confiança no governo, apenas 17% da população tendia a confiar no governo, em Novembro de 2014, e o valor médio de interesse na política correspondia em Dezembro de 2012 a 1.9 numa escala de 1 (nenhum interesse) a 4 (muito interesse) (FFMS, 2015).

Assim, a par dos meios tradicionais de participação, que parecem já não conseguir responder inteiramente às expectativas e aspirações de participação dos sujeitos contemporâneos, surgem, ou tornam-se visíveis, outras formas de participação anteriormente desvalorizadas. Estas formas alternativas de participação questionam a expansão ou os limites daquilo que entendemos por cidadania e sugerem a chegada de uma nova realidade política, levando Terry Nichols Clark e Filipe Carreira Silva a afirmar que em tempos recentes: «(...) we experienced an extraordinary expansion of the repertoire of political action» (2009: 256).

Estas alterações nas práticas e significado simbólico da cidadania são também visíveis nas formas como os indivíduos põem em acção as suas subjectividades e aspirações políticas. Como Terry Nichols Clark e Filipe Carreira Silva expõem no ensaio *Revisiting Tocqueville: Citizenship Norms, Political Repertoire, and Cultural Participation* (2009), relativamente ao contexto norte-americano mas cada vez mais reconhecível também noutros territórios, estamos perante uma nova realidade política, denominada pelos autores de «New Political Culture», onde estas alterações são visíveis na coexistência de normas e práticas de uma cidadania tradicional – o sistema eleitoral, a segurança social e a primazia da Lei – e de costumes de uma cidadania informal, ou extralegal, que se baseia em acções mais subjectivas, ou até mesmo auto-expressivas, podendo levar a alterações nas formas e ferramentas de participação política tradicionais. Estas duas esferas, aqui designadas de cidadania e participação, complementam-se e contribuem de igual forma para a manutenção da democracia (cf. Clark e Silva, 2009):

In sum, at the same time as election turnout has been declining, people are engaging in other ways including working with informal groups in their communities, joining contentious activities, becoming internet activists and political consumers. In short, there was no decline in political participation in the past four decades in the US, but rather we experience an extraordinary expansion of the repertoire of political action (Clark e Silva, 2009: 256-7).

É também especialmente relevante a distinção entre cidadania formal e cidadania substantiva, proposta por James Holston e Arjun Appadurai no ensaio *Cities and Citizenship* (1996). Entende-se por cidadania formal a pertença legal a um Estado e por cidadania substantiva a posse ou o exercício de qualquer tipo de direitos, como os já referidos cívicos, políticos ou sociais, mas também outros, como por exemplo económicos, culturais ou sexuais. No entanto, é cada vez mais frequente uma

dissociação entre estas duas dimensões, o que significa que «[a]lthough in theory full access to rights depends on membership, in practice that which constitutes citizenship substantively is often independent of its formal status» (Holston e Appadurai, 1996, 190). Esta crescente autonomia das práticas da cidadania substantiva face ao estatuto da cidadania formal é descrita por Holston e Appadurai como o «tumulto da cidadania» (1996: 188). Esta distinção entre cidadania formal e substantiva relaciona-se ainda com a visão de autores como Engin F. Isin e Bryan S. Turner, que propõem um novo entendimento da cidadania não apenas como um estatuto legal, mas também como um processo social (cf. Isin e Turner, 2002, 2007; Isin, 2009). No seu conjunto, estas distinções não desacreditam a importância da cidadania formal, necessária à gestão e identidade das comunidades políticas. No entanto, demonstram que não faz mais sentido pensar a cidadania sem considerar os diferentes níveis de acção, os diversos sujeitos e as respectivas práticas.

Esta autonomia da substância da cidadania face ao seu estatuto formal, leva a uma maior valorização das práticas e experiências sociais da cidadania e, por consequência, à expansão das acções aí consideradas. Nas palavras de Engin F. Isin: «[r]ather than merely focusing on citizenship as legal rights, there is now agreement that citizenship must also be defined as a social process through which individuals and social groups engage in claiming, expanding or losing rights» (2000: 5). Este foco na substância da cidadania e na sua concepção como um processo social oferece a possibilidade de ver práticas e acções anteriormente excluídas do conceito, e recorda a ideia de «incompletude» proposta por Saskia Sassen (2009). Isto é, a cidadania deixa de ser um conceito rígido e fechado, mas o resultado de negociações, contestações e reformulações diárias, produzidas pela forma como diferentes sujeitos vivem, praticam e experienciam a cidadania. A esta experiência social da cidadania propôs-se chamar, no âmbito do terceiro capítulo desta dissertação, de *participação*, conceito que marca uma distinção clara entre as práticas da cidadania formal e da cidadania substantiva.

As novas formas de participar ganham importância e visibilidade e afirmam-se cada vez mais pujantemente como alternativas viáveis a uma forma única de participar nas comunidades políticas. O que de mais revolucionário o conceito participação tem é que ele é já uma revolução em marcha. Os indivíduos participam na educação das suas famílias, na expressão dos seus gostos, sexualidades e crenças, na morfologia dos

seus bairros e das suas cidades, estas participações incipientes são marcas de uma vontade de responsabilização e de decisão partilhada, marcas de novas concepções de subjectividades e práticas políticas. De acordo com as entusiastas palavras de Mark Purcell (2013), onde se encontram ecos do imaginário lefebvriano de uma sociedade urbana:

(...) we must always begin from the understanding that our power is already active and alive. People are going about the work of creating urban society and becoming democratic right now. They are exploring their capacity to govern themselves (Purcell, 2013: 322).

Estas participações quotidianas, práticas informais, vão contribuindo todos os dias para a construção de um novo imaginário partilhado de determinada comunidade e respectiva cidadania. Como ilustra o exemplo da *Feira do Castelo*, apresentado na secção anterior, estas práticas são muitas vezes localizadas, dependentes de contextos particulares, e subordinadas às necessidades e particularidades de cada comunidade ou indivíduo. Estas práticas podem até ser totalmente contraditórias e independentes da formulação simbólica da cidadania nacional, não criando necessariamente uma oposição ou pondo qualquer uma em causa, mas podendo igualmente acrescentar diversidade à primeira e contribuir para um imaginário mais rico e heterogéneo ou até, no limite, para a reformulação de princípios constitucionais. Nas palavras de Holston e Appadurai, estas práticas e novas reivindicações «(...) expand citizenship to new social bases. In so doing, they create new sources of citizenship rights and corresponding forms of self-rule» (1996: 198).

Por tudo isto, a forma como entendemos os direitos, quer na sua reivindicação, quer na sua aplicação, também se altera:

Right becomes more of a claim upon than a possession held against the world. (...) in terms of rights to the city and rights to political participation, right becomes conceived as an aspect of social relatedness rather than as an inherent and natural properties of individuals (Holston e Appadurai, 1996: 197).

Anteriormente conferidos exclusivamente aos cidadãos de determinado Estado via nascimento, sanguinidade ou naturalização, os direitos são hoje reivindicados por diferentes sujeitos, cidadãos e não-cidadãos, concretizando-se, cada vez mais, como a substância não só legal, mas também simbólica da cidadania. Esta reivindicação e apropriação de direitos e práticas da cidadania por novos sujeitos apresenta-se como um espaço criador, onde novas concepções de cidadania, cidadãos, direitos e deveres são negociadas e reformuladas. Em suma, apesar do entendimento formal da

cidadania ser por natureza exclusivo e bastante rígido, a experiência da sua substância apresenta cada vez mais fendas que nos deixam imaginar uma cidadania diversificada, «desnacionalizada» (Sassen, 2009), potencialmente cosmopolita.

3.2.2 Práticas de Participação no Bairro do Castelo

Os sinais de revitalização da vida comunitária no bairro do Castelo são exemplo do potencial criador de formas alternativas de participação: «glimpses of this emerging urban society in the midst of the industrial city. They are fleeting and incipient, but they are still concrete practices undertaken by real inhabitants, practices of encounter, appropriation, of spatial autogestion» (Purcell, 2013: 319). Desde as primeiras assembleias de moradores, convocadas pelo *Fundo de Arquitectura Social (FAS)* com o objectivo de auscultar e identificar problemas e necessidades do bairro, até à constituição da *Associação de Moradores, Comerciantes e Amigos do Castelo de São Jorge (Há Castelo)*, e consecutivas actividades desenvolvidas em parceria por ambas as associações, o bairro do Castelo evidencia-se como um local onde a pouco e pouco as pessoas investem numa participação activa. São exemplo das actividades desenvolvidas a recuperação de um edifício do bairro e respectiva ocupação, tanto como espaço de trabalho para as associações locais, como espaço comunitário e de convívio para os moradores do bairro; a realização de matinés de cinema quinzenais, onde a escolha do filme a exibir é rotativa e sempre da responsabilidade dos moradores (uma actividade cuja taxa de participação ronda os vinte espectadores); a organização, por parte da *Há Castelo*, de um almoço de confraternização mensal, continuando uma tradição antiga instaurada pelo *Grupo Desportivo do Castelo*; o desenvolvimento de ateliês de trabalhos manuais como oficinas de desenho, costura criativa e design recicla / reutiliza, com respectiva exposição dos trabalhos desenvolvidos; e a celebração comunitária do Magusto. Existe ainda o desejo de recriar uma antiga tradição de bailes do *Grupo Excursionista do Castelo* em extinção, através da realização de aulas de dança. A elevada participação e assiduidade no conjunto destas actividades revela a grande vontade dos moradores e comerciantes do bairro do Castelo de se unirem na resolução de problemas partilhados.

Como representado na Figura 5, os moradores inquiridos do bairro do Castelo afirmam participar em diversas iniciativas locais, como por exemplo a Marcha do Castelo (73%)⁸, a *Feira do Castelo* (72%), as Procissões celebrativas de São Jorge (64%) ou discussões informais com outros moradores (58%). Como já referido na secção dedicada ao Espaço, na mesma Figura 5, através de uma Análise de

⁸ Foi aceite como resposta afirmativa qualquer envolvimento nestas iniciativas, desde a participação como marchante ou feirante, até à participação como espectador.

Componentes Principais (ACP), é também possível verificar que existem dois grupos de participações no bairro: 1) uma participação mais generalizada e de cariz político, composta pela participação em reuniões da *Há Castelo*, reuniões com responsáveis autárquicos, Assembleias de Freguesia e / ou Municipais, celebrações comunitárias do Magusto, organizado pelas associações *Há Castelo* e *FAS* e em reuniões convocadas pelo *FAS* – indicadas a roxo no gráfico; e 2) uma participação relacionada com actividades culturais tradicionais do bairro, composta pela participação na Marcha Popular do Castelo e nas Procissões celebrativas de São Jorge – indicadas a verde no gráfico. Esta técnica revela que a participação cultural no bairro do Castelo é significativamente diferente da participação política, ou seja, que quem participa nas iniciativas de cariz político tende a não participar, de maneira geral, nas iniciativas de cariz cultural e vice-versa.

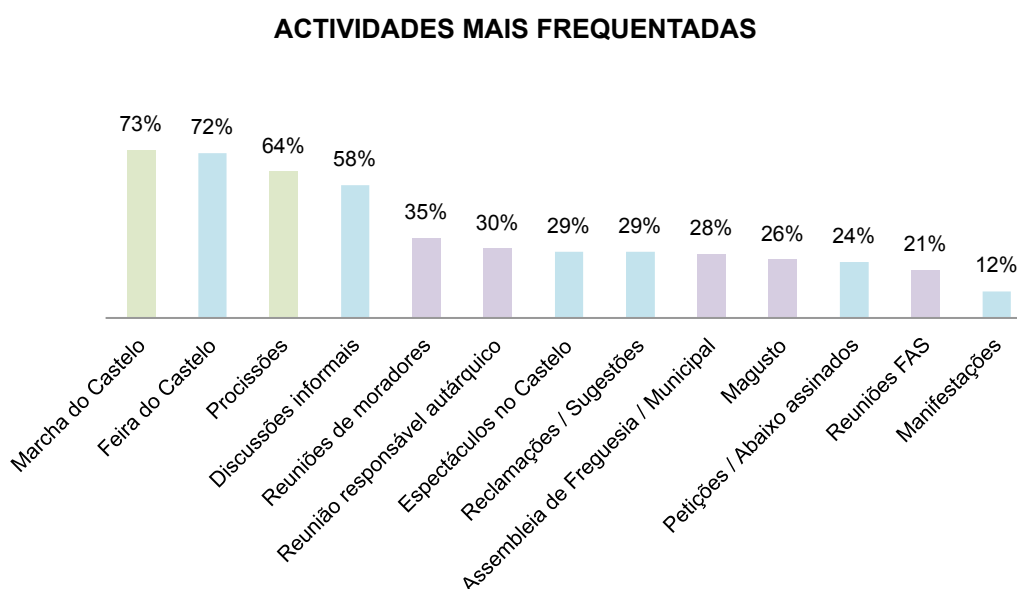


Figura 4 - Actividades mais Frequentadas

Como alerta Engin F. Isin, «*[h]ow subjects act to become citizens and claim citizenship has thus substantially changed*» (2009: 367, itálico original), ou seja, as formas como os sujeitos sentem e praticam a sua cidadania alteraram-se fundamentalmente. Assim como as práticas da cidadania substantiva, que se têm vindo a multiplicar e diversificar, também a pertinência da dimensão simbólica da cidadania, traduzida muitas vezes no sentimento de pertença em relação a uma comunidade, se actualizou e diversificou, revelando o potencial comunitário e simbólico de outros espaços e práticas. Neste sentido, e assumindo que as actividades

e iniciativas aqui apresentadas representam formas dos moradores do bairro do Castelo se implicarem activamente na construção e tomada de decisão do seu bairro – parta este envolvimento de uma necessidade individual ou de uma aspiração comunitária –, investigou-se a hipótese da quantidade das participações estar relacionada com a intensidade do sentimento de pertença. Para este efeito, realizaram-se testes de correlação entre a variável (1) N° de Participações e as variáveis (8) Escala de Pertença ao Bairro e (9) Escala de Pertença a Lisboa⁹. Como as variáveis (8) e (9) são variáveis ordinais, foi utilizada a alternativa não paramétrica do teste de Pearson, o teste de correlação de Spearman. Os testes concluíram não existir correlação aparente entre o (1) N° de Participações e a (8) Escala de Pertença ao Bairro ou a (9) Escala de Pertença a Lisboa [em relação ao bairro: $\rho = .007$; $n = 86$; $p = .950$, bicaudal, e em relação a Lisboa $\rho = -.061$; $n = 86$; $p = .578$, bicaudal]. Conclui-se assim que o sentimento de pertença não parece estar correlacionado com a quantidade das participações, ou seja, que a participação em um maior número de actividades não corresponde a um aumento, ou diminuição, da intensidade do sentimento de pertença.

No sentido de investigar se existe uma influência entre o sentimento de pertença e a qualidade das participações, prosseguiu-se no teste às correlações entre a (8) Escala de Pertença ao Bairro e a (9) Escala de Pertença a Lisboa e as variáveis (2) Grau de Participação Política e (3) Grau de Participação Cultural. Os testes concluíram existir apenas uma correlação média e positiva entre o (3) Grau de Participação Cultural e a (9) Escala de Pertença a Lisboa, ou seja, as pessoas que participam mais nas Marchas Populares do Castelo e nas Procissões celebrativas de São Jorge afirmam ter maior sentimento de pertença em relação a Lisboa [$\rho = .327$; $n = 85$; $p = .002$, bicaudal] (ver Tabela 1, no anexo D).

A conjugação dos resultados acima apresentados parece confirmar que o sentimento de pertença está mais relacionado com a qualidade das participações do que com a quantidade. Apesar da Análise de Componentes Principais (ACP) e da exploração da consistência interna entre a (8) Escala de Pertença ao Bairro e a (9) Escala de Pertença

⁹ Numa Análise de Componentes Principais (ACP) e à consistência interna das variáveis «Sinto que pertenço ao bairro do Castelo» e «Sinto-me Lisboaeta», concluiu-se que estas não se organizam em torno da mesma dimensão (ver Anexo E), ou seja, que as escalas são independentes e não parecem medir a mesma componente, sendo o sentimento de pertença em relação ao bairro do Castelo completamente distinto do sentimento de pertença em relação à cidade de Lisboa.

a Lisboa não confirmarem que estas duas escalas estão efectivamente a medir a mesma dimensão, pode concluir-se interpretativamente que existe uma aproximação entre duas tradições centrais do bairro do Castelo, a saber, a Marcha Popular e as Procissões celebrativas de São Jorge, e o sentimento de pertença em relação à cidade de Lisboa, resultado que pode ser explicado pelo facto de ambas as tradições estarem historicamente ligadas ao município.

De acordo com a premissa apresentada por Terry Nichols Clark e Filipe Carreira Silva (2009), de que as formas de participação institucionalizadas (geralmente consideradas como superiores, do ponto de vista da democracia) e as formas de participação informais são complementares, também os altos níveis de participação cultural no bairro do Castelo parecem ser acompanhados por uma participação consistente a um nível político mais generalizado – duas formas de participação estimuladas, de igual forma, pela forte tradição associativa existente dentro do bairro do Castelo. Note-se que ao longo da sua história o pequeno bairro do Castelo assistiu ao desenvolvimento de quatro associações: o *Grupo Excursionista do Castelo*, fundado a 6 de Outubro de 1906, que teve um papel central na dinamização cultural, recreativa e excursionista do bairro, nomeadamente na organização da Marcha Popular do Castelo entre 1935 e 1970, embora hoje, devido a várias razões, apresente menos vitalidade mas permaneça vivo nas memórias dos moradores mais antigos; o *Grupo Desportivo do Castelo*, fundado a 1 de Junho de 1934, teve um papel fulcral na dinamização e formação desportiva do bairro do Castelo, e é desde a década de 1970 responsável pela organização da Marcha Popular do Castelo; a *Associação de Moradores, Comerciantes e Amigos do Castelo de São Jorge (Há Castelo)* conta hoje com cerca de 150 sócios e foi fundada em 2013 para intermediar a comunicação entre o bairro e as entidades oficiais; por fim, o *Fundo de Arquitectura Social (FAS)*, e respectivo projecto de desenvolvimento local *Moralá Castelo*, propõe, desde 2013, ajudar e colaborar com os moradores e associações do bairro do Castelo a promover e desenvolver o bairro.

Quando inquiridos relativamente à actuação das entidades públicas e associações locais, os moradores do bairro do Castelo revelam estar mais descontentes com a actuação das entidades públicas (Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, EGEAC e Câmara Municipal de Lisboa) do que com a das associações locais (*Há Castelo* e *Fundo de Arquitectura Social*). No entanto, as taxas de desconhecimento e falta de

informação são maiores em relação às associações locais do que às entidades públicas. Destacam-se os casos da avaliação da actuação do *FAS*, desconhecido por 48% da população inquirida, mas avaliado positivamente na sua actuação por 41%¹⁰ dos inquiridos, e da *Há Castelo* desconhecida por 31% da população inquirida, mas avaliada positivamente por 45% da população inquirida. No caso das entidades públicas responsáveis, a situação inverte-se, como se pode ver no caso da EGEAC, desconhecida apenas por 6% da população mas avaliada como muito insatisfatória por 58% da população inquirida.

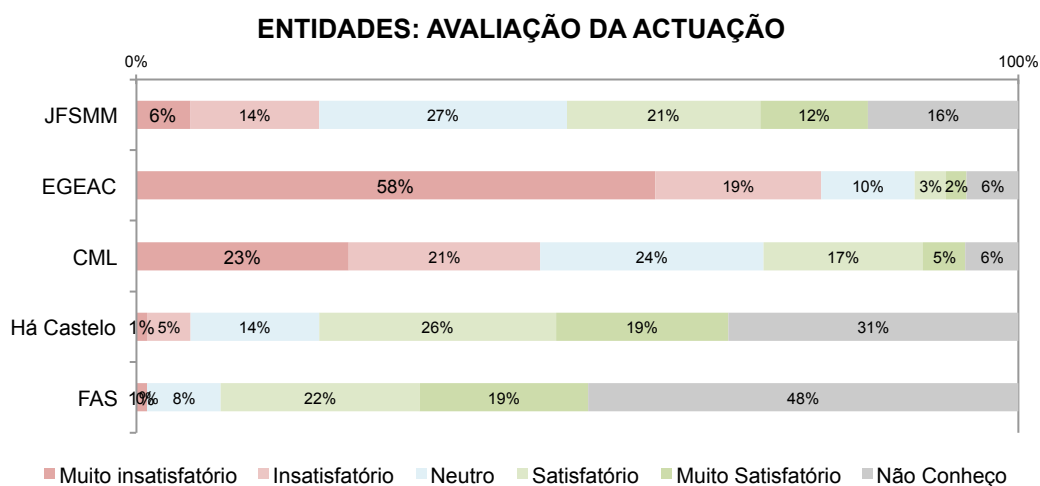


Figura 5 - Avaliação da Actuação

Face ao generalizado descontentamento com a actuação das entidades públicas responsáveis, procurou-se investigar se os altos níveis de participação no bairro do Castelo estariam correlacionados com um maior, ou menor, descontentamento com a actuação das entidades públicas, ou seja, se os moradores do bairro do Castelo que participam em mais actividades (das acima mencionadas) são também aqueles que estão mais satisfeitos, ou insatisfeitos, com o trabalho das entidades públicas. Para este efeito, realizou-se um teste de correlação entre a variável (1) N° de Participações e as variáveis (11) Índice de Satisfação com as Entidades Públicas (referente às actuações da Câmara Municipal de Lisboa e EGEAC combinadas) e (12) Escala de Satisfação com a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. Como a variável (12) é uma variável ordinal, neste caso foi utilizada a alternativa não paramétrica do teste de Pearson, o teste de correlação de Spearman. Os testes concluíram não existir

¹⁰ Este valor corresponde à soma dos casos que avaliam a actuação das entidades ou associações como «muito satisfatória» e «satisfatória».

correlação entre o (1) N° de Participações e o (11) Índice de Satisfação com as Entidades Públicas [$r = .002$; $n = 83$; $p = .986$, bicaudal] nem com a (12) Escala de Satisfação com a Junta de Freguesia [$\rho = -.014$; $n = 64$; $p = .914$], ou seja, que a uma melhor ou pior avaliação da actuação das entidades públicas não corresponde uma maior ou menor participação.

Uma vez que a participação no bairro do Castelo é em muito motivada e instigada pelo trabalho das associações locais, procurou-se também verificar a existência de correlação entre o (1) N° de Participações e a variável (13) Índice de Satisfação com as Associações Locais, ou seja, se os moradores do bairro do Castelo que participam em mais actividades são também aqueles que estão mais satisfeitos, ou insatisfeitos, com o trabalho das associações locais. O teste de Pearson concluiu não existir correlação [$r = .127$; $n = 79$; $p = .263$]. No entanto, uma vez que grande parte das actividades integradas na variável (2) Grau de Participação Política são organizadas pelas associações locais, prosseguiu-se na averiguação da correlação entre (2) Grau de Participação Política e a variável (13) Índice de Satisfação com as Associações Locais, investigando se aqueles que participam mais nas reuniões do *FAS*, nas reuniões da *Há Castelo*, que afirmam redigir reclamações, participar em reuniões com responsáveis autárquicos, em Assembleias de Freguesia ou Municipais ou nas celebrações comunitárias do Magusto, são também os que dão melhor pontuação à actuação das associações locais. O teste concluiu existir uma forte correlação positiva entre as duas variáveis [$r = .516$, $n = 79$, $p = .000$, unicaudal], o que pode indicar coesão e consistência na relação entre a participação dos moradores do bairro e o trabalho e propostas das associações locais.

Perante a possibilidade de alguns moradores inquiridos serem sócios das associações locais, e por isso a avaliação da actuação destas associações estar de certa forma enviesada, verificou-se novamente a mesma correlação, (2) Grau de Participação Política e (13) Índice de Satisfação com as Associações Locais, mas utilizando a variável (18) Sócios das Associações Locais como variável de controlo. O resultado do teste de correlação parcial concluiu que parte da primeira correlação se deve à correlação de ambas as variáveis (2) e (13) com a terceira variável (18) Sócios das Associações Locais. No entanto, este enviesamento não inviabiliza a existência da correlação original, apenas a enfraquece [$r = .348$; $n = 76$; $p = .002$, bicaudal].

Assim, pode-se interpretar que as participações no bairro do Castelo não parecem ser determinadas pela satisfação ou insatisfação com a actuação da Câmara Municipal de Lisboa, EGEAC ou Junta de Freguesia de Santa Maria Maior. Estes resultados mostram também que a existência das associações locais *Há Castelo* e *FAS*, e respectiva tentativa de resolução de problemas locais, não inibe a participação política nem corresponde a uma desresponsabilização dos moradores, muito pelo contrário. Da experiência de observação participante no bairro do Castelo ficou também patente que as associações locais têm efectivamente um papel preponderante na motivação e instigação da participação dos moradores do bairro do Castelo. Esta relação de mediação e suporte realizada pelas associações tem também uma tradição histórica, uma vez que as colectividade mais antigas, o *Grupo Excursionista do Castelo* e o *Grupo Desportivo do Castelo*, tinham o mesmo papel fomentador e organizador de diferentes iniciativas culturais, políticas, cívicas e lúdicas no bairro do Castelo.

Outro exemplo, mais antigo, relacionado com as práticas de participação popular, reivindicação do poder de decisão, apropriação dos espaços e criação de uma subjectividade política do bairro é a vivência da tradição lisboeta das Marchas Populares pelos moradores do bairro do Castelo, um momento marcante na construção identitária do bairro, na preservação das suas tradições e na formação de espírito comunitário:

Nem só de ensaios, trajes, músicas e desfiles se compõe uma marcha, também de afectos, cumplicidades e amores, sentimentos que ao longo de todo este percurso forjaram cumplicidades para a vida, resultaram em casamentos, originando famílias que geração após geração nela participam com redobrado carinho e orgulho. É a marcha o grande elemento aglutinador da população do bairro, contribuindo de uma maneira singela mas profunda para a formação da sua identidade própria. Uma pequena comunidade situada no alto da uma colina que alberga no interior da sua muralha, como se de uma pequena aldeia se tratasse, o coração da grande cidade que a rodeia (*Exposição História e Estórias de uma Marcha Popular – O Castelo é lindo!* 2015).

No caso do bairro do Castelo, a Marcha Popular é um momento central de coesão e comunhão. A Marcha do Castelo, existente desde 1932, conta já com trinta e oito participações em concurso e desfile, das quais se destaca, na memória de muitos moradores, o ano de 1983, em que a Marcha do Castelo venceu em todas as categorias, arrecadando todos os prémios da competição, feito, até à data, único na história desta competição popular. A Marcha do Castelo é produto de um esforço comunitário, organizada desde os primórdios pelas colectividades locais, inicialmente

pelo *Grupo Excursionista do Castelo*, e, a partir de 1970, responsabilidade do *Grupo Desportivo do Castelo*.

Porém, e apesar da importância fundamental que a maioria dos moradores reconhece à Marcha do Castelo, a tradição apresenta cada vez mais dificuldades em sobreviver, devido aos problemas já referidos de desertificação e envelhecimento do bairro e entorpecimento das colectividades mais antigas. Estas dificuldades têm vindo a piorar, havendo cada vez menos gente com disponibilidade para ajudar na idealização e concepção dos diversos elementos da Marcha, assim como cada vez menos moradores com disponibilidade ou energia para participar como marchantes. Este cenário foi, no ano de 2015, agravado pela falta de moradores disponíveis para assumir a nova direcção do *Grupo Desportivo do Castelo*, colectividade responsável pela Marcha, o que levou, de certa forma, a que a Marcha do Castelo não participasse no concurso e desfile oficial por incumprimento do prazo de inscrição.

Ainda assim, uma feliz coincidência fez com que, no mesmo período conturbado, as duas novas associações locais – *FAS* e *Há Castelo* – tivessem a ideia de realizar uma exposição sobre a Marcha do Castelo. Para este efeito, reuniu-se uma comissão de moradores que se responsabilizou pela concepção de toda a exposição. Esta comissão reuniu figurinos, taças e medalhas, artigos de jornal, memórias de uma Marcha guardadas “religiosamente” pelos moradores do bairro, para de seguida serem inventariadas, limpas, remendadas e seleccionadas para integrar a exposição. Desta recolha de materiais ficou também evidente a existência de um enorme património simbólico e afectivo. No sentido de dar forma a esta riqueza imaterial, foi realizado um documentário com testemunhos de antigos marchantes, histórias e memórias da Marcha do Castelo ilustradas por imagens de arquivo. Passados cinco meses de trabalho foi inaugurada a exposição *História e Estórias de uma Marcha Popular – O Castelo é lindo!*, na sala dos chavões da Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, iniciativa que contou com a forte adesão e colaboração dos moradores, com a primeira exibição pública do documentário e com a actuação de um conjunto musical que brindou os presentes com músicas de Marchas antigas, sempre acompanhadas pelas vozes dos moradores e até alguns passos de dança.

O exemplo da *Exposição História e Estórias de uma Marcha Popular – O Castelo é lindo!* é revelador do potencial criativo e inclusivo de formas alternativas de

participação. Num momento sensível para o bairro em que os moradores pressentem o desaparecimento de uma tradição tão querida e central, e face à impossibilidade de participar no desfile e concurso oficial organizado pela Câmara Municipal de Lisboa, o bairro do Castelo uniu-se na preservação (e até reinvenção) de uma tradição antiga, mostrando que a Marcha do Castelo é parte integrante do bairro, independentemente de esta assumir a forma de desfile ou de exposição. A exposição revelou ainda um bairro vivo e ofereceu aos moradores a capacidade de se voltarem a imaginar como criadores, ou por outras palavras, como narradores das suas próprias histórias e estórias.

O envolvimento de vários moradores na celebração da Marcha do Castelo, este ano na forma de exposição, revela ainda que a Marcha é geradora de sentimentos de comunhão e pertença entre os diferentes residentes, unindo-os, quanto mais não seja, na possibilidade de construírem algo juntos anualmente, como, por exemplo, uma imagem percepcionada, para dentro e fora de muralhas, do bairro do Castelo. A Marcha, ícone de uma construção identitária do bairro, é fundamental para os moradores, não só por ser uma tradição antiga preservada de geração em geração, mas acima de tudo porque cria a possibilidade de cada sujeito se implicar na construção da (sua) imagem do Castelo, reinventado a tradição ano após ano, como foi o caso em 2015, ano em que a Marcha se reformulou de acordo com as actuais possibilidades e particularidades do bairro do Castelo. O exemplo da *Exposição História e Estórias de uma Marcha Popular – O Castelo é lindo!* mostra ainda que a ideia de participação não é necessariamente nova, esta reformulação da cidadania é constituída de práticas já existentes, algumas mesmas muito antigas, recorrentemente desconsideradas do panorama político.

Desta forma, actividades como a realização de uma *Feira* local, uma *Exposição* ou a colaboração em regime de voluntariado no trabalho desenvolvido pelas associações locais em prol do bairro, revelam-se excelentes formas de participar e contribuir para a construção de uma cidadania do bairro do Castelo. Além do mais, estas participações levam também à produção de sentimentos de pertença e coesão entre os moradores, capacitando-os e empoderando-os como sujeitos políticos.

3.3 Sujeitos

A falta de atenção às singularidades individuais de cada indivíduo, manifestada pelos instrumentos da participação formal, já não satisfaz as necessidades particulares dos homens e das mulheres do «paradigma cultural» (cf. Touraine, 2005). Em resposta, tornam-se cada vez mais visíveis práticas alternativas às ferramentas de participação tradicionais, acções emancipatórias que possibilitam que indivíduos indistintos se tornem sujeitos conscientes e implicados politicamente. Estas práticas geram novas subjectividades, necessariamente diferentes da subjectividade política do estatuto de cidadão, uma vez que introduzem diversidade na forma como entendemos a pertença e as contribuições à(s) comunidade(s) política(s).

Por tudo isto, concepções e formulações de cidadania e participação devem ter em consideração o facto de a cidadania ser um conceito extremamente sensível a factores culturais, sociais e contextuais, ou, por outras palavras, dependente das características e particularidades de cada sujeito e comunidade, como é visível no caso do bairro do Castelo, onde as singularidades da população apresentam, inevitavelmente, consequências na forma como os seus moradores participam.

3.3.1 Subjectividade e Cidadania

A subjectividade é fulcral para a discussão sobre participação e cidadania, uma vez que faz com que indivíduos indistintos se tornem sujeitos conscientes e implicados politicamente. Quer o conceito de «acts of citizenship» de Engin F. Isin e Greg M. Nielsen (2008), quer o «activist citizen», de Engin F. Isin (2009) ou o «sujeito» de Alain Touraine (2005) indiciam esta importância vital da subjectividade.

Em *Acts of Citizenship*, Engin F. Isin e Greg M. Nielsen (2008) propõem investigar o conceito de cidadania a partir da análise atenta dos seus actos, ou seja, práticas e acções de cariz emancipatório que possibilitam a constituição de diferentes subjectividades. Esta atenção a acções produtoras de sujeitos participantes, «actos de cidadania» na nomenclatura escolhida pelos autores, incentiva-nos também a reflectir sobre os sujeitos sem desconsiderar a sua íntima relação com as práticas:

To investigate citizenship in a way that is irreducible to either status or practice, while still valuing this distinction, requires a focus on those acts when, regardless of status and substance, subjects constitute themselves as citizens or, better still, as those to whom the right to have rights is due. But the focus shifts from subjects as such to acts (or deed) that produce such subjects. The difference, we suggest, is crucial (Isin and Nielsen, 2008: 2).

Desta forma, torna-se mais uma vez evidente que os sujeitos devem ser considerados independentemente do seu estatuto, «they can be individuals, states, NGOs and other legal or quasi-legal entities or persons that come into being through enactment» (Isin, 2009: 371), sendo o próprio acto de participar que lhes confere legitimidade a serem sujeitos participantes e não meros indivíduos. Como refere Isin, inspirando-se na famosa expressão de Hannah Arendt¹¹, «[t]ime and again we see that subjects that are not citizens acts as citizens: they constitute themselves as those with ‘the right to claim rights’» (2009: 371). Possibilitando a introdução de novas práticas e subjectividades na experiência social da cidadania, o poder criativo e emancipatório dos «actos de cidadania» contribui para a expansão e reformulação do próprio conceito. Aliás, é a própria permeabilidade do conceito de cidadania a novas práticas e sujeitos que sempre possibilitou a sua evolução e reinvenção. Como refere Saskia Sassen:

The central thesis is that the incompleteness of the formal institution of citizenship makes it possible for the outsider to claim for expanded inclusions. It

¹¹ «(...) the right to *have* rights (...)» (Arendt, 1961 [1958]: 298, itálico meu).

is the outsider, whether a minoritized citizen or an immigrant, who has kept changing the institution across time and space (2009: 229).

A Exposição História e Estórias de uma Marcha Popular – O Castelo é lindo! é exemplo de uma consciencialização dos indivíduos enquanto sujeitos participantes, um aspecto fundamental no conceito de *agency*, na acepção de Ruth Lister, que defende que «[t]o act as a citizen requires first a sense of agency, the belief that one can act; acting as a citizen, especially collectively, in turn fosters that sense of agency» (Lister cit. por Jones e Gaventa, 2002: 6). Por outras palavras, mais do que uma consagração legal de um direito efetivo, o envolvimento dos indivíduos na comunidade política está dependente de uma percepção de um direito simbólico – «the belief that one can act». Esta consciencialização do direito simbólico de participar concretiza a cidadania como um processo social (cf. Isin e Turner, 2002, 2007; Isin, 2009) e possibilita que se olhe para o «tumulto da cidadania», de que falam James Holston e Arjun Appadurai (1996), como um momento de liberdade, onde cada sujeito reconhece a sua possibilidade de participação na(s) comunidade(s) política(s) em que se insere, independentemente do reconhecimento legal de um estatuto.

Esta concepção performativa das participações como «actos de cidadania» oferece um novo horizonte de entendimento da ideia de sujeitos políticos. Baseada em acções emancipatórias e distinta do conceito de cidadão, esta concepção não implica, no entanto, a inexistência de responsabilidades:

If people invest themselves in claiming rights, we are told, they are producing not only new ways of being subjects with rights but also new ways of becoming subjects with responsibilities, since claiming rights certainly involves ‘responsibilizing’ selves (Isin and Nielsen, 2008: 1).

Muito pelo contrário, a formulação de uma subjectividade política implica inevitavelmente a consciência de responsabilidade e de comunidade, uma vez que a reivindicação do direito a participar e decidir aproxima o destino de diferentes sujeitos num compromisso partilhado. Nas palavras dos seus autores, «[a]cts of citizenship create a sense of the possible and of a citizenship that is ‘yet to come’. Without necessarily being ethical, such acts implicitly ask questions about a future responsibility towards others» (Isin and Nielsen, 2008: 3-4).

Esta transformação na forma como nos implicamos e participamos, assente nas características singulares de cada um / uma, vai também ao encontro daquilo que

Alain Touraine (2005) intitulou de *Um Novo Paradigma: Para Compreender o Mundo de Hoje* – «o paradigma cultural»:

De súbito, a análise deixou de ter como objectivo principal a sociedade, tem actores que já são mais do que sociais, visto que se definem não só pelas suas pertenças e por relações sociais, mas também por direitos culturais: são na verdade indivíduos completos e não abstrações, como o eram ainda o cidadão ou mesmo o trabalhador (Touraine, 2005: 210).

Num mundo em que as categorias políticas e sociais se tornam insuficientes perante os problemas e questões eminentemente culturais que inquietam as sociedades contemporâneas, Alain Touraine propõe o «paradigma cultural» e o «retorno a si mesmo» como «a melhor defesa contra todas as formas de dominação social» (Touraine, 2005: 96). Face aos empreendimentos das sociedades ocidentais modernas que levaram «a mais dominação do que racionalidade, mais deveres do que direitos», tornando-se «cada vez mais difícil acreditar que é pela sua integração na sociedade, nas suas normas e nas suas leis que o ser humano se torna um indivíduo livre e responsável» (2005: 94), Alain Touraine defende duas ideias fundamentais associadas ao paradigma cultural: o sujeito e os direitos culturais. Entende-se por sujeito a «vontade do indivíduo de ser actor da sua própria existência» (Touraine, 2005: 238), o direito a uma subjectividade, distinta do eu individualista e do si enquanto interiorização das imagens que os outros têm de nós. Já os direitos culturais, «(...) exprimem-se sempre pela defesa de atributos particulares, mas conferem a essa defesa um sentido universal» (*idem*); são direitos que defendem já não o direito de ser igual, mas o direito de ser diferente, uma vez que resultam do cruzamento dos direitos universais do Homem, com os direitos particulares do sujeito.

À luz do paradigma cultural de Alain Touraine, que oferece novas possibilidades para pensar a nossa subjectividade política, é decisivo questionar se a participação hoje não dirá mais respeito às nossas identidades culturais do que às nossas identidades sociais? Afinal, os nossos interesses, gostos, características pessoais, identificações várias, têm um peso fundamental nas nossas escolhas políticas. Por outro lado, a falta de atenção às singularidades individuais de cada sujeito, manifestada pelos instrumentos da participação formal, já não satisfaz as necessidades particulares dos homens e das mulheres do «paradigma cultural»: sujeitos complexos e diversificados, com múltiplas e simultâneas pertenças e identificações, impossíveis de circunscrever numa única identidade nacional, geográfica ou linguística. Para libertar a cidadania de

um princípio de igualdade normativo e homogeneizador, é necessário compreender a igualdade não como o *mesmo*, mas como o direito à diferença com iguais oportunidades (cf. Holston e Appadurai, 1996). Afinal, só através de uma política de identidade e diferença é possível introduzir no conceito de cidadania a diversidade existente nas sociedades contemporâneas. No entanto, esta expansão da cidadania a novas subjectividades diferenciadas gera muitas críticas e ansiedades, podendo alterar profundamente o conceito de cidadania até um ponto em que este deixa de fazer sentido.

Desta forma, se mais uma vez nos afastarmos da abstracção do conceito de cidadania e nos aproximamos das práticas e acções que o concretizam, podemos ver que também esta viragem cultural é já existente na forma como os diferentes sujeitos decidem e participam politicamente. Também reconhecida por Terry Nichols Clark e Filipe Carreira Silva (2009) como «New Political Culture» (NPC), esta viragem cultural é constituída por novas normas de participação relacionadas de forma mais directa com as particularidades e vontades dos diferentes sujeitos:

Indeed, all this began to change in the 1960s. The shift in citizenship norms from a class politics paradigm to the NPC is revealed as soon as one considers that the older debates about capitalism vs. socialism, and left vs. right, have gradually been complemented, if not replaced entirely, by new issue-specific concerns, like feminism and environmental protection, among others. (...) A new focus on citizen, on neighbourhoods, on individual participation and self generated bottom-up rather than top-down politics has also become apparent (Clark e Silva, 2009: 253).

Um exemplo paradigmático e especialmente poderoso desta nova forma de exercer cidadania é a participação cultural, uma vez que ela promove, de uma forma absolutamente distinta da participação política tradicional, espaços de negociação, sentimentos de pertença, tolerância ou coesão. Nas palavras de Terry Nichols Clark e Filipe Carreira Silva (2009), a participação cultural é justamente «a largely ignored form of non-political participation that is not only changing the way we do politics today but it is also transforming how we conceive of citizenship» (2009: 258). A participação cultural promove a diversidade e possibilita que cada sujeito, sozinho ou colectivamente, se comprometa, dentro das suas possibilidades, com os espaços, práticas e comunidades com que se identifica. A cultura, definida por Geoge Yúdice (2003) como a luta pelo sentido, é o direito a ter uma voz, a contar a sua própria história, a contestar normas previamente definidas. Desta forma, não só as

participações de índole cultural, mas todas as práticas de participação na(s) comunidade(s) política(s), podem ser entendidas como cultura – «a stratified process of encounter» (Yúdice, 2003: 86) – ou, por outras palavras, o estabelecimento de relações simbólicas e imaginárias entre diferentes sujeitos. As participações são assim uma forma colectiva de realizar a tessitura do político de que Saskia Sassen (2009) nos fala, são formas únicas e diversificadas de cada indivíduo se implicar através da criação, apropriação ou assimilação de práticas e subjectividades que contribuem para a evolução do vasto léxico e praxis da cidadania.

Por esta razão, a substância da cidadania, por definição incompleta (cf. Sassen, 2009), tenderá sempre a ser dependente dos contextos onde se insere, não podendo nunca ser fixada em formulações rígidas e prescritivas uma vez que está em constante desafio e actualização. Estas características levam ainda à conclusão de que a responsabilidade e o direito de participar devem ser nutridos e continuamente estimulados, uma vez que, à semelhança da metáfora de Lefebvre, que, entende a democracia como um horizonte que se tenta continuamente alcançar, também a participação se constrói no esforço de, dia após dia, tentar ser um sujeito participante:

Becoming democratic means to continually cease being the political spectator and continually become the political actor. (...) Such individual struggle is absolutely necessary. But democratic also requires us to go beyond the personal, the individual. We must also engage in a collective struggle to become democratic together (Purcell, 2012: 314).

3.3.2 Construção de Sujeitos no Bairro do Castelo

Os exemplos apresentados ao longo da presente dissertação procuram retratar a participação no bairro do Castelo, sempre na expectativa de que esta atenção particular a um caso local e concreto possa oferecer ideias para outras formas distintas de participação em diferentes cenários. No entanto, a particularidade do exemplo do bairro do Castelo mostra também que as formas como nos implicamos politicamente são extremamente particulares e diversificadas, e que o que é exemplo de uma grande participação no bairro do Castelo poderá não resultar em outro bairro. Por tudo isto, e assumindo que a participação depende de factores sociais e culturais, procura-se nesta última secção aplicada verificar se outras variáveis podem influenciar os resultados obtidos anteriormente, e simultaneamente tentar compreender de forma mais aprofundada quais as relações entre as participações do bairro do Castelo e a caracterização da sua população.

Uma das características mais particulares do bairro do Castelo é o facto de metade dos moradores inquiridos residirem no bairro desde que nasceram, sendo a média do tempo de residência de 44 anos (com um desvio padrão de 25 anos). Assumindo que os moradores que residem há mais tempo no bairro estão de alguma forma mais ligados ao bairro e reúnem as condições para conhecer mais pessoas e espaços, realizaram-se testes de correlação entre as variáveis (1) N° de Participações e (17) Tempo de Residência, para investigar se a um maior tempo de residência corresponde um maior número de participações. O teste estatístico utilizado para a verificação desta correlação foi o teste de Pearson, que concluiu não parecer existir correlação entre as variáveis (1) N° de Participações e (17) Tempo de Residência [$r = .006$; $n = 86$; $p = .479$, unicaudal]. Apesar de não se verificar a existência de correlação entre o tempo de residência e a quantidade das participações, prosseguiu-se na investigação das relações entre o tempo de residência no bairro e a qualidade das participações, nomeadamente através do teste à correlação entre a variável (17) Tempo de Residência e as variáveis (2) Grau de Participação Política e (3) Grau de Participação Cultural. O teste de correlação de Pearson concluiu não existir correlação aparente entre um maior tempo de residência e uma maior participação política [$r = .058$; $n = 85$; $p = .300$, unicaudal]; no entanto, parece existir uma fraca correlação positiva entre

um maior tempo de residência e uma maior participação em iniciativas de cariz cultural [$r = .199$; $n = 85$; $p = .034$, unicaudal].

Uma vez verificada a existência de correlações médias e positivas entre os pares de variáveis (17) Tempo de Residência e (9) Escala de Pertença a Lisboa [$\rho = .396$; $n = 86$; $p = .000$, bicaudal] e (3) Grau de Participação Cultural e (9) Escala de Pertença a Lisboa [$\rho = .327$; $n = 85$; $p = .001$, bicaudal] prosseguiu-se na confirmação se o resultado da correlação entre as variáveis (17) Tempo de Residência e (3) Grau de Participação Cultural não está a ser contaminado pela correlação de ambas as variáveis com a variável (9) Escala de Pertença a Lisboa, e portanto a participação cultural não estar directamente relacionada com o tempo de residência, mas sim com a intensidade do sentimento de pertença a Lisboa, que tende a aumentar em moradores que vivem há mais tempo no bairro. O teste à correlação parcial entre as variáveis (17) e (3) com a variável de controlo (9) Escala de Pertença a Lisboa confirmou as suspeitas de que a correlação aparente resulta da contaminação da variável de controlo (9) Escala de Pertença a Lisboa [$r = .095$; $n = 82$; $p = .391$, bicaudal]. Assim, podemos afirmar que a quantidade e qualidade das participações no bairro do Castelo não estão directamente relacionadas com o tempo de residência, embora a qualidade cultural das participações pareça relacionar-se com a intensidade do sentimento de pertença em relação a Lisboa, que por sua vez se relaciona com o tempo de residência no bairro do Castelo.

Outra característica distintiva do bairro do Castelo é o facto de ser um bairro bastante envelhecido. A amostra recolhida para este estudo apresenta participantes com idades compreendidas entre os 18 e os 89 anos, onde a média das idades corresponde a 58 anos de idade¹² (com um desvio padrão de 17 anos), tendo 43% dos moradores inquiridos mais de 65 anos de idade. Face a esta realidade, entendeu-se pertinente confirmar se não existiria também alguma influência da idade da amostra na utilização dos espaços do bairro e nas diferentes participações, ou seja, se a utilização de diferentes espaços do bairro se relaciona com a idade dos moradores. Para tal, foram realizados testes à correlação entre a (15) Idade e o (4) N° de Espaços Frequentados. O teste utilizado foi o teste de Pearson que concluiu não parecer existir correlação entre as duas variáveis [$r = .174$; $n = 86$; $p = .108$, bicaudal]. A utilização

¹² Não foram realizados inquéritos a moradores com menos de 18 anos.

dos espaços é indiferenciada em relação à idade, ou seja, os espaços do bairro são frequentados pelos moradores independentemente da sua idade.

Da mesma forma, mas relativamente às actividades participadas, averiguou-se a existência de correlação entre a (15) Idade e o (1) N° de Participações, para investigar se uma maior participação estava relacionada com idades mais ou menos avançadas. O teste de correlação utilizado foi o teste de Pearson que concluiu não parecer existir correlação [$r = .050$; $n = 86$; $p = .324$, bicaudal]. No entanto, uma vez que as actividades incluídas no (3) Grau de Participação Cultural são iniciativas muito bem implementadas na história e identidade do bairro, realizou-se também um teste à correlação entre a (15) Idade e o (3) Grau de Participação Cultural. O teste utilizado foi novamente o teste de Pearson que confirmou a existência de uma correlação média e positiva entre a idade dos moradores do bairro do Castelo e a participação em actividades culturais [$r = .268$; $n = 85$; $p = .007$, bicaudal]. Resumindo, o resultado dos testes informa que a idade não está relacionada com uma maior ou menor participação, mas que uma maior participação qualitativa na Marcha Popular do Castelo e nas Procissões celebrativas de São Jorge corresponde a moradores com uma idade mais avançada.

À semelhança da correlação aparente entre a variável (17) Tempo de Residência e (3) Grau de Participação Cultural, procedeu-se à confirmação se a existência de correlação não está a ser contaminada pela correlação da variáveis (15) Idade e (3) Grau de Participação Cultural com a variável (9) Escala de Pertença a Lisboa. O teste à correlação parcial entre as variáveis (15) Idade e (3) Grau de Participação Cultural com a variável de controlo (9) Escala de Pertença a Lisboa confirmou que a correlação perde alguma força [$r = .229$; $n = 82$; $p = .032$, bicaudal], continuando, no entanto, a ser significativa. Estes resultados confirmam que a participação cultural no bairro do Castelo está relacionada com a idade dos seus moradores, ou seja, que os moradores mais velhos participam mais na Marcha Popular do Castelo e nas Procissões celebrativas de São Jorge, o que parece estar de acordo com as dificuldades que estas tradições atravessam.

Finalmente, dadas as altas taxas de participação dos moradores inquiridos no bairro do Castelo e o facto de 46 moradores (54% da amostra) afirmarem já ter realizado trabalho em regime de voluntariado em alguma associação, organização, clube ou

partido político prosseguiu-se à verificação da correlação entre as variáveis (16) Voluntariado e (1) N° de Participações. Como a variável (16) Voluntariado é uma variável categórica, utilizou-se o teste de Spearman. O teste concluiu que as variáveis (16) e (1) não parecem estar relacionadas [$\rho = .009$; $n = 86$; $p = .931$, bicaudal]. No entanto, como se verificaram diferenças na quantidade das participações e na qualidade, prosseguiu-se no teste da correlação entre a variável (16) Voluntariado e as variáveis (2) Grau de Participação Política e (3) Grau de Participação Cultural. O teste de Spearman confirmou apenas a existência de uma correlação fraca positiva entre a variável (16) Voluntariado e o (2) Grau de Participação Política [$\rho = .237$; $n = 85$; $p = .029$, bicaudal]. Interpretativamente, esta correlação pode ser explicada pelo facto de muitos habitantes do bairro do Castelo terem estado envolvidos na vida das colectividades mais antigas *Grupo Excursionista do Castelo* e *Grupo Desportivo do Castelo*.

Outros elementos diferenciadores da população, nomeadamente o sexo ou a situação profissional, revelaram também não ter influência na utilização dos espaços do bairro do Castelo nem na quantidade ou qualidade das participações. Estes resultados revelam algumas limitações relativamente à análise dos dados ou à construção da amostra, no entanto, não colocam em causa o argumento de que a participação é cada vez mais subjectiva, como ficou patente nas narrações particulares e características do bairro do Castelo, nomeadamente a *Feira do Castelo* e a *Exposição História e Estórias de uma Marcha Popular – O Castelo é Lindo!*, resultado dos esforços e vontades dos moradores, comerciantes e amigos do bairro do Castelo.

Conclusão

Extremamente sensível às alterações históricas e sociais que o envolvem, o conceito de cidadania acumulou diferentes desafios e reformulações ao longo dos tempos. Esta incompletude intrínseca ao conceito (cf. Sassen, 2009) possibilita que consideremos a palavra cidadania como uma «*keyword*» (cf. Williams, 1985 [1976]) para pensar metonimicamente o mundo contemporâneo.

Neste sentido, o objectivo de problematizar o entendimento da cidadania na contemporaneidade, proposto nesta dissertação, parte de uma crítica à sua formulação moderna, cada vez mais desadequada e problemática face à realidade global contemporânea. Assim, através da reflexão crítica dos dois pressupostos da cidadania moderna, torna-se visível que a redução de todo o universo da cidadania à sua definição nacional e legal tem levado à exclusão de outros espaços, práticas e sujeitos existentes na realidade política das sociedades. Esta problemática torna-se ainda mais complexa na contemporaneidade, quando não só as desigualdades sociais, mas também as divergências e exclusões culturais, prejudicam o acesso efectivo à cidadania e limitam a sua aplicação, levando a sociedades menos justas, solidárias e democráticas.

Desta forma, propôs-se a utilização de novas ferramentas e perspectivas de análise na consideração da cidadania na contemporaneidade. É neste âmbito que surge o conceito *participação* e o estudo de caso do bairro do Castelo, em Lisboa. O foco na participação sugere uma nova possibilidade de cidadania que enfatiza o vasto conjunto de práticas através das quais os sujeitos exercem o seu poder político em diferentes espaços. Neste sentido, a participação foi considerada através de três elementos: o estudo da sua dimensão espacial, a análise de outras práticas informais e alternativas, e a consideração de novas subjectividades. No seu conjunto, estes três elementos – espaços, práticas e sujeitos – possibilitaram, por um lado, circunscrever um conceito aparentemente demasiado abrangente, e por outro, reconhecer consequências políticas em locais, acções e subjectividades que à partida se poderiam considerar menores ou à margem.

Relativamente ao primeiro, os espaços, destacou-se a cidade como uma porta de entrada, não exclusiva, para pensar a cidadania contemporânea. O espaço urbano,

morada de mais de metade da população mundial, assume-se como local estratégico da realidade global, é nele que se localizam as instituições da sociedade civil, que os indivíduos existem politicamente, que os direitos são contestados, que os serviços são redistribuídos e que a Lei é exercida. Por todas estas razões, não é surpreendente que a experiência da cidadania seja cada vez mais frequentemente realizada na e através da cidade, tanto na sua aplicação legal de direito a participar na comunidade política, como no seu significado simbólico. Perante a possibilidade de uma cidadania urbana, o «direito à cidade» proposto por Henri Lefebvre em 1968, torna-se novamente fundamental para pensar a cidade como uma comunidade política, construída diariamente por todos aqueles que nela habitam. Esta reivindicação do poder a participar e decidir sobre o futuro da cidade é visível no bairro do Castelo, em Lisboa, onde não só os desenvolvimentos associativos por uma revitalização da vida social e comunitária, mas também a utilização espacial quotidiana praticada pelos seus moradores e a apropriação do espaço público para iniciativas locais, como a *Feira do Castelo*, se revelam como formas de participar activamente na construção do espaço físico e simbólico do bairro.

Quanto à relação entre utilização espacial e participação, as análises descritivas e relacionais (correlações) realizadas aos dados recolhidos através de inquérito puderam confirmar que, na generalidade, os moradores que frequentam mais espaços do bairro são também aqueles que participam em mais actividades, e que, no particular, os moradores que visitam com mais frequência a Drogaria do Castelo, o Café Leitaria de São Jorge, a Casa do Governador, a Igreja de Santa Cruz, o Largo de Santa Cruz, o Café Muralha de São Jorge e o Café Merceria são também aqueles que participam mais frequentemente na Marcha do Castelo e nas Procissões celebrativas de São Jorge (participações rotuladas como culturais ao longo da investigação). Relativamente à relação entre utilização espacial e sentimento de pertença, o pressuposto que frequentar e utilizar os espaços do bairro oferece aos seus moradores um contacto de proximidade e convivência com outros moradores e comerciantes, criando assim espaços de discussão dos problemas do bairro e momentos de recordação e construção de uma imagem partilhada do bairro, pôde também ser verificado através de análises descritivas e relacionais (correlações). Ficou confirmado, por exemplo, que as pessoas que visitam com mais frequência a Drogaria do Castelo, o Café Leitaria de São Jorge, a Casa do Governador, a Igreja de Santa Cruz, o Largo de Santa Cruz, o Café Muralha

de São Jorge e o Café Merceria são também aquelas que afirmam ter maior sentimento de pertença em relação ao bairro do Castelo. Do conjunto destas análises fica ainda demonstrado que os espaços Drogaria do Castelo, Café Leitaria de São Jorge, Casa do Governador, Igreja de Santa Cruz, Largo de Santa Cruz, Café Muralha de São Jorge e Café Merceria tem um papel central na experiência da cidadania no bairro do Castelo, sendo as pessoas que frequentam mais estes espaços também aquelas que estão mais envolvidas nas actividades e iniciativas locais e também aquelas que afirmam ter maior sentimento de pertença em relação ao bairro. Investigações futuras poderiam averiguar mais aprofundadamente de que forma é que cada um destes espaços contribui para a participação e sentimento de pertença do bairro do Castelo, e, ainda, se contribuem todos de igual forma.

Quanto ao segundo elemento, as práticas, são exemplos como a iniciativa local *Feira do Castelo* que evidenciam a existência de outras formas de participação e questionam a expansão ou os limites daquilo que entendemos hoje por cidadania. Por outras palavras, a par dos meios tradicionais de participação, que parecem já não conseguir responder inteiramente às expectativas e aspirações de participação dos sujeitos contemporâneos, surgem, ou tornam-se visíveis, outras formas de participação anteriormente desvalorizadas. Desta forma, propôs-se concentrar a análise nas participações quotidianas, práticas informais que contribuem para a construção de novos imaginários partilhados, revelando na substância da cidadania um espaço criador, onde novas concepções de cidadania e cidadãos são negociados e onde se torna possível imaginar cidadanias livres dos anteriores constrangimentos nacionais e legais.

Desta forma, os altos níveis de participação no bairro do Castelo em iniciativas tão distintas como a Marcha do Castelo, a *Feira do Castelo*, as Procissões celebrativas de São Jorge, as discussões informais com outros moradores, as reuniões da associação de moradores (*Há Castelo*), as reuniões com responsáveis autárquicos, a redacção de sugestões ou reclamações, a comparência em assembleias de Freguesia ou Municipais, a celebração comunitária do Magusto, a assinatura de petições ou abaixo assinados e a comparência em reuniões convocadas pela associação *Fundo de Arquitectura Social (FAS)* revelam que a forma como os moradores do bairro do Castelo exercem a sua participação e poder de decisão é extremamente diversificada. Relativamente à dimensão simbólica da cidadania, esta revelou, através de análises

descritivas e relacionais (correlações), estar mais relacionada com a frequência espacial do bairro do que com a frequência participativa, ou seja, os moradores inquiridos que afirmam participar em mais actividades não são necessariamente os que afirmam ter maior sentimento de pertença em relação ao bairro. No entanto, no particular, os moradores que participam mais na Marcha Popular e nas Procissões celebrativas de São Jorge são também os que afirmam ter maior sentimento de pertença em relação a Lisboa, ficando assim também demonstrado o potencial simbólico da participação cultural. Investigações futuras poderiam averiguar o que distingue o sentimento de pertença em relação ao bairro do Castelo, do sentimento de pertença em relação à cidade de Lisboa, de forma a tentar explicar de forma mais aprofundada a relação verificada entre a participação cultural do bairro e o sentimento de pertença a Lisboa. Concluiu-se também que a quantidade das participações no bairro do Castelo não é explicada por um contentamento ou descontentamento com a actuação das entidades públicas responsáveis, nem das associações locais. No entanto, uma maior participação política (nomeadamente a participação nas reuniões do *FAS*, nas reuniões da *Há Castelo*, a redacção de reclamações ou sugestões, a participação em reuniões com responsáveis autárquicos, em assembleias de Freguesia ou Municipais ou nas celebrações comunitárias do Magusto) pode ser explicada pela satisfação com a actuação das associações *FAS* e *Há Castelo*, evidenciando a força do movimento associativo no bairro do Castelo.

Relativamente ao último elemento, os sujeitos, procurou-se defender a ideia que a participação leva também à produção de sentimentos de pertença e coesão entre os moradores, capacitando-os e empoderando-os como sujeitos políticos. Em oposição à falta de atenção às singularidades de cada indivíduo, manifestada pelos instrumentos da participação formal, práticas alternativas de participação como a participação cultural, representada nos exemplos da *Feira do Castelo* e da *Exposição História e Estórias de uma Marcha Popular – O Castelo é Lindo!*, apresentam um potencial emancipatório, possibilitando que indivíduos indistintos se tornem sujeitos conscientes e implicados politicamente. Estamos perante o «paradigma cultural» (Touraine, 2005), com sujeitos complexos e diversificados, com múltiplas e simultâneas pertenças e identificações, impossíveis de circunscrever numa única identidade nacional, geográfica ou linguística e com diferentes formas de se implicarem politicamente. Por tudo isto, concepções e formulações de cidadania e

participação devem ter em consideração o facto de a cidadania ser um conceito extremamente sensível a factores culturais, sociais e contextuais, ou, por outras palavras, dependente das características e particularidades de cada sujeito e comunidade, como é visível no caso do bairro do Castelo, onde as singularidades da população apresentam, inevitavelmente, consequências na forma como os seus moradores participam.

Desta forma, procurou-se investigar também a relação entre as diferentes participações no bairro do Castelo e a caracterização da sua amostra. Relativamente à idade da população condicionar a utilização dos diferentes espaços do bairro, concluiu-se que os moradores inquiridos do bairro frequentam os diferentes espaços do bairro, independentemente da sua idade. Em relação à quantidade das participações, a idade também não parece ser o factor distintivo, à excepção do caso da participação cultural, na Marcha Popular e Procissões, onde parecem ser os moradores mais velhos aqueles que participam mais. Outros elementos diferenciadores da população, nomeadamente o sexo ou a situação profissional, revelaram também não ter influência na utilização dos espaços do bairro do Castelo nem na quantidade ou qualidade das participações. Estes resultados revelam algumas limitações relativamente à análise dos dados ou à construção da amostra, no entanto, não colocam em causa o argumento de que a participação é cada vez mais subjectiva. Uma possível explicação para esta ausência de relação entre as diferentes participações e a caracterização da população inquirida do bairro do Castelo é o facto da amostra ser bastante homogénea e os próprios espaços e actividades existentes não apresentarem grandes diferenças em relação ao seu “público-alvo”. Outros resultados teriam surgido, se a investigação tivesse considerado numa análise comparativa, por exemplo, também a utilização turística do bairro do Castelo.

Ainda assim, e de forma geral, a conciliação entre a reflexão teórica e a problematização dos conceitos, a narração de experiências observadas no bairro do Castelo e a análise dos dados recolhidos através de inquérito revelou-se extremamente produtiva, tendo cada uma das abordagens ecos nas demais e possibilitando uma transferência, movimento e confronto de ideias e conceitos de um panorama mais teórico e abstracto para a realidade e praxis do bairro do Castelo. Por exemplo, desta reflexão sobre participação a três abordagem, surgiram ainda questões que se poderiam explorar em futuras investigações: implicará o conceito de participação um

local e ferramentas específicas para ser posto em prática? Poderá a participação ser totalmente voluntária e auto-iniciada, ou necessitará sempre de alguma direcção? Produzirá a participação novas subjectividades ou tornará apenas visíveis subjectividades sempre existentes? Será o sentimento de pertença o resultado ou a motivação da participação ou serão estes aspectos totalmente independentes? Algumas destas questões revelam não só as potencialidade produtivas da junção destas três abordagens, mas também as suas limitações, uma vez que as dimensões culturais da participação se revelam, mais uma vez, de difícil circunscrição e análise.

Por fim, resta acrescentar que nunca foi desejo desta investigação oferecer um conjunto de procedimentos para a criação de espaços, práticas ou sujeitos mais participativos. Pelo contrário, a reflexão aqui apresentada, baseada na tradição dos *Critical Urban Studies* «grounded on an antagonistic relationship not only to inherited urban knowledges, but more generally, to existing urban formations» (Brenner, 2009: 198), procurou, de maneiras distintas, descrever a possibilidade de uma cidadania mais justa, solidária, hospitaleira, responsável e democrática que convide os indivíduos à acção e responsabilização sobre as comunidades e territórios que partilham. No entanto, ainda que o exemplo escolhido para a aplicação da reflexão tenha sido o bairro do Castelo, em Lisboa, as aspirações e conclusões desta reflexão pretendem ressoar em outras problemáticas e realidades contemporâneas, onde a questão da cidadania a um nível global é cada vez mais premente e onde a cultura se continua a evidenciar como «o componente-chave da nova ordem global» (Appadurai, 2004: 49).

Bibliografia

Anderson, Benedict (1983) «Imagined Communities», *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London: Verso, pp.48-59.

Appadurai, Arjun (2004 [1996]) *Dimensões Culturais da Globalização: A Modernidade sem Peias*. Lisboa: Editorial Teorema.

Barbalet, J.M. (1989), *A Cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa.

Berlant, Lauren (2007), «On the Case», *Critical Inquiry*, 33(4), pp. 663-672.

Brenner, Neil (2009), «What is critical urban theory?» *City* 13:2-3, pp. 198-207.

Câmara Municipal de Lisboa (2009) *Plano de Acessibilidade Suave e Assistida à Colina do Castelo*.

Clark, Terry N. e Silva, Filipe Carreira da (2009), «Revisiting Tocqueville: Citizenship Norms, Political Repertoires, and Cultural Participation», Mohamed Cherkaoui e Peter Hamilton (Eds.), *Raymond Boudon. A Life in Sociology*, Oxford: Bardwell Press, pp. 247-278.

Cohen, Jacob (1988), *Statistical power analysis for the behavioral sciences*. Hillsdale, New Jersey: Erlbaum.

Constituição da República Portuguesa, (1976)

Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen, (1789)

Draper, Norman R, e Smith, Harry (1998), *Applied Regression Analysis*, New Work: Willey

FAS (2015), *Moralá Castelo, Projecto de Requalificação Urbana do Bairro do Castelo e Zona Envolvente*, Lisboa, disponível em <http://fundoarquitecturasocial.pt/index.php/projectos/projecto/>, consultado em Maio, 2015.

Fundação Francisco Manuel dos Santos (2015), *Portal de Opinião Pública*, disponível www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/confianca-no-governo/pt/?colors=pt-0 e www.pop.pt/pt/grafico/a-politica/interesse-na-politica/pt/?colors=pt-0, consultado em 15 de Abril de 2015.

Harvey, David (1989), «From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism», *Geografiska Annaler*. 71 B (1), pp. 3-17.

Harvey, David (2012), «The Right to the City», *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*, London and New York: Verso.

Heater, Derek (2004), *A Brief History of Citizenship*, New York: New York University Press.

Hobbes, Thomas (2009 [1951]) *The Cive (The Citizen): Philosophical Rudiments Concerning Government and Society*. London: Dodo Press.

Holston, James e Appadurai, Arjun (1996), «Cities and Citizenship», *Public Culture* 8, pp. 187-204.

Isin, Engin F. (2000), «Introduction: democracy, citizenship, sovereignty, politics», Isin, Engin F. (ed.) *Democracy, citizenship, and the global city*, London: Routledge, pp. 1–21.

Isin, Engin F. (2009), «Citizenship in flux: The figure of the activist citizen», *Subjectivity*, 29, pp. 367-388.

Isin, Engin F. e Nielsen, Greg M. (2008), «Introduction: Acts of Citizenship», Isin, Engin F. e Nielsen, Greg M. (ed.) *Acts of Citizenship*. London and New York: Zed Books.

Isin, Engin F. e Turner, Bryan S. (2002), «Citizenship Studies: An Introduction», Isin, Engin F. e Turner, Bryan S. (ed.) *Handbook of Citizenship Studies*, London: Sage Publications, pp:1-10

Isin, Engin F. e Turner, Bryan S. (2007), «Investigating Citizenship: An Agenda for Citizenship Studies», *Citizenship Studies*, 11(1), pp. 5-17.

Janeiro, Helena Pinto (1993) *Lisboa: Freguesia do Castelo*, Lisboa: Contexto Editora

Jones, Emma e Gaventa, John (2002), «Concepts of Citizenship: A Review», Sussex: Institute of Development Studies.

Lefévre, Henry (2012 [1968]), *O Direito à Cidade*, (traduzido por Rui Lopo), Lisboa: Letra Livre.

Locke, John (2006 [1690]), *Dois Tratados do Governo Civil*. Lisboa: Edições 70.

Matias, Gonçalo Saraiva (2014), *Migrações e Cidadania*. Ensaios da Fundação. Lisboa: Relógio d'Água.

Marshall, T. H. (1950), «Citizenship and Social Class», *Citizenship and Social Class, and Other Essays*, London and New York: Cambridge University Press, pp. 1-75.

Pickering, Michael (Eds.) (2008), *Research Methods for Cultural Studies*, Edinburgh: Edinburgh University Press.

Purcell, Mark (2013) «The right to the city: the struggle for democracy in the urban public realm», *Policy & Politics*, 43 (3), pp. 311-27.

United States Declaration of Independence, (1776)

Rousseau, Jean-Jacques (2012 [1762]), *O Contrato Social*. Lisboa: Temas & Debates

Sousa Santos, Boaventura (2008), «Globalizations» in *Theory, Culture & Society* 23, pp. 393-399.

Sassen, Saskia (1997), «Whose city is it? Globalization and the formation of new claims», *Public Culture*, 8(2), pp. 205–23.

Sassen, Saskia (2002), «The Repositioning of Citizenship: Emergent Subjects and Spaces for Politics», *Berkeley Journal of Sociology*, Vol. 46, pp. 4-25.

Sassen, Saskia (2009), «Incompleteness and the Possibility of the Making: Towards Denationalized Citizenship?», *Political Power and Social Theory*, Volume 20, pp. 229-258.

Sousa, Maria Reynolds (2006), *A Concessão do Voto às Portuguesas – Breve Apontamento*, Lisboa: Comissão para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres, Presidência do Conselho de Ministros.

Touraine, Alain (2005), *Um Novo Paradigma: Para Compreender o Mundo de Hoje*, traduzido por Armando Pereira da Silva, Lisboa: Instituto Piaget.

Turismo de Lisboa (2011) *Síntese do Plano Estratégico para o Turismo de Lisboa 2011 – 2014*.

Turismo de Lisboa (2014) *Plano Estratégico para o Turismo na Região de Lisboa 2015 – 2019: Posicionar a Região de Lisboa num novo patamar de excelência turística*.

Turner, Bryan S. (2001), «The erosion of citizenship», *British Journal of Sociology*, 52(2), pp. 189-209.

Turner, Bryan S. (2005), «Citizenship» em Bennett, Tony, Grossberg, Lawrence e Morris, Meaghan (ed.) *New Keywords: A Revised Vocabulary of Culture and Society*, Malden and Oxford: Blackwell Publishing, pp. 29-32.

Williams, Raymond (1985 [1976]), «Introduction», *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*, London and New York: Oxford University Press.

Anexo A - Entrevista Associação de Moradores, Comerciantes e Amigos do Castelo (*Há Castelo*)

- Apresentação
- Como surgiu a *Há Castelo*?
- Quais os principais objectivos?
- Quantos sócios tem a *Há Castelo*?
- As reuniões da *Há Castelo* realizam-se com que periodicidade?
- Quantas pessoas costumam frequentar as reuniões?
- Principais dificuldades da *Há Castelo*?
- Relação com a JFSMM?
- Relação com a EGEAC?
- Objectivos da *Há Castelo* num prazo de 5 anos?
- O que influencia a participação no bairro do Castelo?
- Quais os principais espaços e tempos de criação de espírito de bairro / comunidade?
- E as Procissões celebrativas de São Jorge?
- Como descreve o bairro do Castelo?
- Existe uma consciência de responsabilização e poder dos moradores /comerciantes sobre o próprio bairro? Como? Porquê?
- Acha que o Plano Integrado do Castelo, ou o que aconteceu na história do Castelo de que as pessoas ainda têm memória, pode ter prejudicado esta relação de confiança nas instituições?
- Qual a relação actual entre o bairro e o Castelo de São Jorge?
- Qual a relação que desejariam ter?
- Quais as estratégias públicas (da JFSMM ou CML) para o bairro?
- Qual a relação do bairro com a cidade? Quer maior integração com a cidade? Ou não?
- Passado este ano sente diferenças no envolvimento das pessoas? O que pode ter contribuído para tal?

Anexo B – Entrevista *Fundo de Arquitectura Social (FAS)*

- Apresentação
- Como surgiu o *Fundo de Arquitectura Social (FAS)*?
- Como foi o percurso desde a construção do FAS até ao surgimento do projeto *Moralá Castelo*?
- Sobre o projecto *Moralá Castelo*?
- Qual é o *feedback* que recebem da população do bairro do Castelo?
- Principais dificuldades do *FAS*?
- Relação com a JFSMM?
- Relação com a EGEAC?
- O que esperam do projecto num prazo de 5 anos?
- No documento *Moralá Castelo: Projecto para a Regeneração Urbana do bairro do Castelo*, 19/11/2013, dizem que é «fundamental dar voz à comunidade para que em conjunto possam decidir e trabalhar sobre como melhorar a sua qualidade de vida no bairro». De que forma pensam concretizar esta decisão conjunta?
- Que razões levam as pessoas a associarem-se às iniciativas e actividades do *FAS* e da *Há Castelo*?
- Acham que factores socioeconómicos influenciam a participação no bairro do Castelo?
- Que papel têm actividades culturais como a *Feira do Castelo* no bairro do Castelo?
- Acham que os moradores e os comerciantes sentem a *Feira do Castelo* como sua?
- Quais os principais espaços e tempos de criação de espírito de bairro / comunidade?
- Ainda há muita gente envolvida na Marcha Popular?
- Quais as características particulares/distintivas do bairro do Castelo?
- Quais as mais valias do bairro do Castelo?
- Existe uma consciência de responsabilização e poder dos moradores /comerciantes sobre o próprio bairro? Como? Porquê?
- Quais são as maiores necessidades do bairro do Castelo?

- Qual a relação actual entre o bairro e o Castelo de São Jorge?
- Quais as estratégias públicas (da JFSMM ou CML) para o bairro?
- Qual a relação do bairro com a cidade? Quer maior integração com a cidade?
Ou não?
- Passado este ano sente diferenças no envolvimento das pessoas? O que pode ter contribuído para tal?

Anexo C – Questionário

INQUÉRITO AOS MORADORES DO BAIRRO DO CASTELO

Este questionário destina-se a estudar as percepções e práticas de cidadania dos moradores do bairro do Castelo. O questionário é anónimo e os resultados obtidos serão estudados no âmbito de uma investigação de Mestrado em Estudos de Cultura, desenvolvida por Inês Lemos Teixeira, da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Obrigada pela sua participação!

P001 Mora no bairro do Castelo desde que nasceu?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
P002 Há quanto tempo mora no bairro do Castelo?	

P003 Sexo: Masculino <input type="checkbox"/>	Feminino <input type="checkbox"/>		
P004 Idade:			
P005 Nacionalidade:			
P006 Habilitações Literárias:			
Ensino Primário <input type="checkbox"/>	9º ano <input type="checkbox"/>	12º ano <input type="checkbox"/>	Sem instrução <input type="checkbox"/>
Licenciatura <input type="checkbox"/>	Mestrado <input type="checkbox"/>	Doutoramento <input type="checkbox"/>	Outra <input type="checkbox"/>
P007 Que língua(s) domina?		
P008 Situação profissional:			
Estudante <input type="checkbox"/>	Trabalhador/a por conta de outrem <input type="checkbox"/>	Trabalhador/a por conta própria <input type="checkbox"/>	
Desempregado/a <input type="checkbox"/>	Reformado/a <input type="checkbox"/>	Outra <input type="checkbox"/>	

P009 Trabalha / estuda no bairro do Castelo?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
P010 Costuma passar o fim de semana no bairro?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>

P011 Já participou em alguma associação, clube, organização ou partido político em regime de voluntariado?	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>
---	------------------------------	------------------------------

P012 Quais dos seguintes espaços costuma frequentar:			
Jardins do Castelo de São Jorge <input type="checkbox"/>	Café Leitaria de São Jorge <input type="checkbox"/>	Café Muralha de São Jorge <input type="checkbox"/>	
Igreja de Santa Cruz <input type="checkbox"/>	Escola do Castelo <input type="checkbox"/>	Drogaria do Castelo <input type="checkbox"/>	
Mercearia Estrela do Castelo <input type="checkbox"/>	Grupo Desportivo <input type="checkbox"/>	Serralharia do Grupo Desportivo <input type="checkbox"/>	
Largo Santa Cruz do Castelo <input type="checkbox"/>	Pátio Don Fradique <input type="checkbox"/>	Restaurante Esp. do Recolhimento <input type="checkbox"/>	
Restaurante Amigos do Sabor <input type="checkbox"/>	Produtos Regionais Corvo Azul <input type="checkbox"/>	Gelataria Portuguesa <input type="checkbox"/>	
Café Nata Lisboa <input type="checkbox"/>	Café Mercearia <input type="checkbox"/>	28 Café <input type="checkbox"/>	
Casa do Governador <input type="checkbox"/>	Chapitô <input type="checkbox"/>	Santiago Alquimista <input type="checkbox"/>	
Fundação Ricardo Espírito Santo <input type="checkbox"/>	Ar.co <input type="checkbox"/>	Outro(s) <input type="checkbox"/>	

P013 Indique as seis maiores necessidades do bairro do Castelo?

Estacionamento	<input type="checkbox"/>	Transportes públicos	<input type="checkbox"/>	Acessibilidades	<input type="checkbox"/>
Maior controlo da circulação automóvel dentro das muralhas	<input type="checkbox"/>	Comércio local (ex. peixaria, talho, mercearia)	<input type="checkbox"/>	Comércio e serviços abertos depois das 20:00	<input type="checkbox"/>
Obras nos edifícios	<input type="checkbox"/>	Papeleiras (lixo)	<input type="checkbox"/>	Novos moradores	<input type="checkbox"/>
Espaços culturais / recreativos	<input type="checkbox"/>	Espaço polidesportivo	<input type="checkbox"/>	Jardins	<input type="checkbox"/>
Centro de dia	<input type="checkbox"/>	Parques infantis	<input type="checkbox"/>	Escola secundária	<input type="checkbox"/>
Esquadra da polícia	<input type="checkbox"/>	Farmácia	<input type="checkbox"/>	Posto médico	<input type="checkbox"/>
Supermercado	<input type="checkbox"/>	Outra(s)	<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>

Avalie as seguintes afirmações de 1 a 5 (assinale a sua opção com um círculo):

1 - discordo absolutamente 2 - discordo 3 - neutro 4 - concordo 5 - concordo absolutamente

P014 *Gosto de viver no bairro do Castelo.*

1 2 3 4 5

P015 *O bairro do Castelo é seguro.*

1 2 3 4 5

P016 *Os moradores do bairro do Castelo são de confiança.*

1 2 3 4 5

P017 *Os moradores do Castelo trabalham em conjunto para melhorar o bairro.*

1 2 3 4 5

P018 *Estou satisfeito/a com a oferta de comércio local do bairro.*

1 2 3 4 5

P019 *Estou satisfeito/a com a oferta cultural e recreativa no bairro.*

1 2 3 4 5

P020 *Estou satisfeito/a com o espaço público e as acessibilidades do bairro.*

1 2 3 4 5

P021 *Sinto que pertenço ao bairro do Castelo.*

1 2 3 4 5

P022 *Sinto que pertenço à colina do Castelo (fora de muralhas).*

1 2 3 4 5

P023 *Sinto que pertenço à Freguesia de Santa Maria Maior.*

1 2 3 4 5

P024 *Sinto-me Lisboaeta.*

1 2 3 4 5

P025 *É importante estar envolvido nas decisões que afectam o meu bairro.*

1 2 3 4 5

P026 *Estou satisfeito/a com a minha participação no bairro do Castelo.*

1 2 3 4 5

P027 *Pretendo participar mais no bairro do Castelo.*

1 2 3 4 5

Anexo D – Dados Sociodemográficos

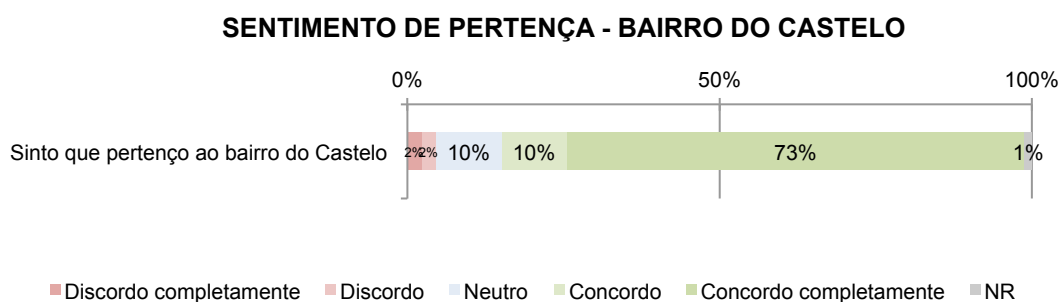


Figura 6 – Sentimento de Pertença em relação ao bairro do Castelo

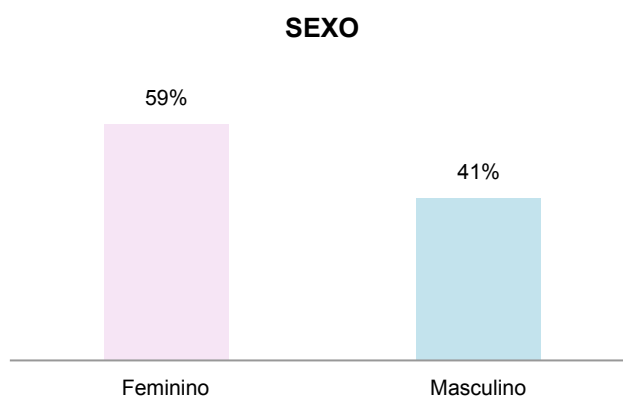


Figura 7 – Sexo

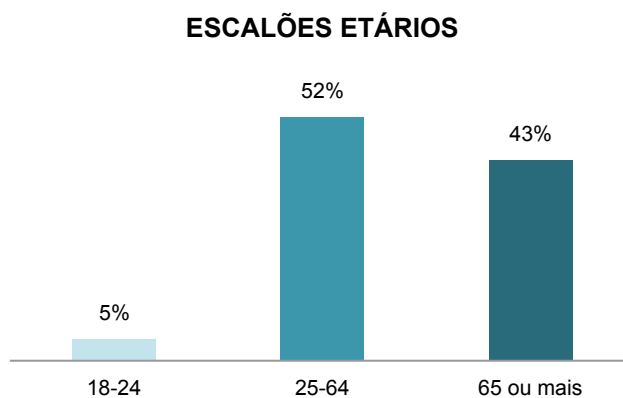


Figura 8 - Escalões Etários

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

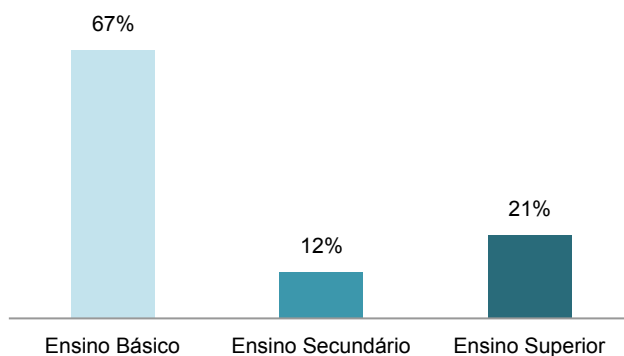


Figura 9 - Habilitações Literárias

SITUAÇÃO PROFISSIONAL

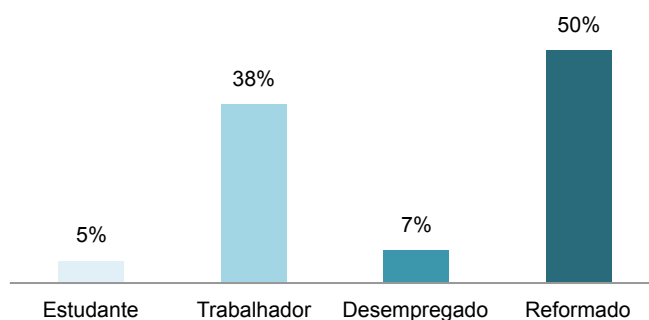


Figura 10 - Situação Profissional

MORA NO CASTELO DESDE QUE NASCEU?

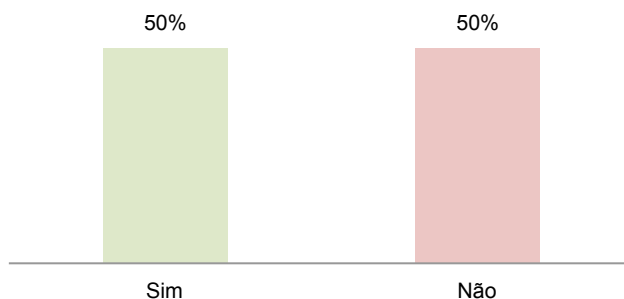


Figura 11 - Mora no bairro do Castelo desde que nasceu?

FALA LÍNGUAS ESTRANGEIRAS?

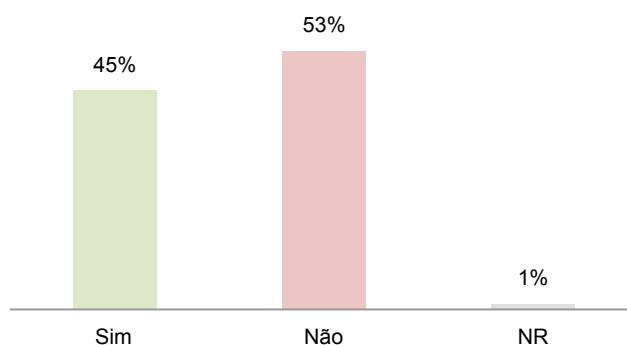


Figura 12 – Domínio de línguas estrangeiras

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MORADORES 1940-2011

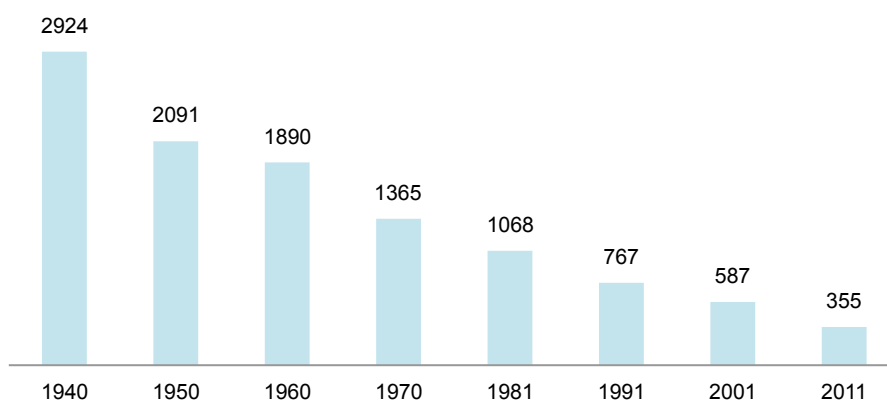


Figura 13 - Evolução do número de moradores 1940-2011¹³

	Escala de Pertença ao Bairro	Escala de Pertença a Lisboa	Grau de Participação Política	Grau de Participação Cultural
Escala de Pertença ao Bairro				
Coefficiente de correlação	1.000	.586	.115	.189
Sig. (bicaudal)	.	.000	.293	.083
N	86	86	85	85
Escala de Pertença a Lisboa				
Coefficiente de correlação	.568	1.000	.047	.327
Sig. (bicaudal)	.000	.	.666	.002
N	86	86	85	85
Grau de Participação Política				
Coefficiente de correlação	.115	.047	1.000	.009
Sig. (bicaudal)	.293	.666	.	.934
N	85	85	85	85
Grau de Participação Cultural				
Coefficiente de correlação	.189	.327	.009	1.000
Sig. (bicaudal)	.083	.002	.934	.
N	85	85	85	85

Tabela 1 - Tabela de Correlação entre pertença e participação

¹³ Segundo Janeiro, Helena Pinto (1993) *Lisboa: Freguesia do Castelo*, Lisboa: Contexto Editora e Censos, 2011.

Anexo E – Recodificação das Variáveis – Análise de Componentes Principais (ACP)

Grau de Participação Política e Cultural (variáveis 2 e 3)

Foi realizada uma ACP a 15 dos 18 itens da pergunta «P033 Nos últimos 18 meses, em que iniciativas culturais / políticas participou», 3 itens foram excluídos (aulas de ginástica; aulas de pintura; aulas de informática) por não verificarem um dos pressupostos de um número mínimo de 5 casos (cf. Tabachnick & Fidell, 2001 cit. por Pallant, 2005). Os testes preliminares realizados para confirmar a adequabilidade dos dados a uma análise factorial revelaram a presença de várias correlações acima do coeficiente de correlação de .3, um coeficiente de Kaiser-Meyer-Okin de .7 (superior a .6, valor mínimo recomendado) e verificou-se significância estatística através do teste de esfericidade de Barlett ($p = .000$). A Análise de Componentes Principais identificou uma estrutura de cinco factores (com base nos *eigenvalues* da regra de Kaiser), sendo o primeiro e o segundo cumulativamente responsáveis por 40,9% do total da variância explicada. Estes dois factores surgem claramente demarcados dos restantes no gráfico de *scree plot* (pela regra do cotovelo). Com base nestas duas técnicas decidiu-se optar por uma estrutura de dois factores.

Após a aplicação da rotação ortogonal (varimax) é possível interpretar o primeiro factor como uma participação política generalizada no bairro, sendo que as mais explicativas são a participação nas reuniões convocadas pelo FAS (.890), nas reuniões quinzenais da Há Castelo (.821), no Magusto (.636), a redacção de reclamações ou sugestões (.613), a participação em reuniões com responsáveis autárquicos (.585) e em Assembleias de Freguesia ou Municipais (.511). O primeiro factor explica 27.1% da variância. Relativamente ao segundo factor, este parece representar actividades culturais do bairro do Castelo das quais se destacam a participação nas Procissões (.887) e na Marcha do Castelo (.787). O segundo factor explica 13.7% da variância.

A fiabilidade destes dois factores foi aferida através da análise da sua consistência interna, tendo-se obtido um alpha de Cronbach de .80, para o primeiro factor, e de .73 para o segundo. No seguimento da Análise de Componentes Principais foram construídas duas novas variáveis através da soma das participações mais explicativas de cada componente: Grau de Participação política e Grau de Participação Cultural.

Grau de utilização do bairro (variável 5.)

Para constituir o grau de utilização do bairro, procurou-se identificar os espaços que explicam mais da variância da utilização do bairro. Para este efeito foi realizada uma Análise de Componentes Principais (ACP) a um componente, a 16 dos 23 itens da pergunta «P011 Quais dos seguintes espaços costuma frequentar», 9 itens foram excluídos (Restaurante Especialidade do Recolhimento; Restaurante Amigos do Sabor; Loja Produtos Regionais; Wine Bar; Santiago Alquimista; Fundação Ricardo Espírito Santo Silva; Ar.co; Chapitô; Pátio Don Fradique) por não verificarem um dos pressupostos de um número mínimo de 5 casos (cf. Tabachnick & Fidell, 2001 cit. por Pallant, 2005) ou por não se localizarem no interior do bairro delimitado pela muralha do Castelo. Os testes preliminares realizados para confirmar a adequabilidade dos dados a uma análise factorial revelaram a presença de várias correlações acima do coeficiente de correlação de .3, um coeficiente de Kaiser-Meyer-Olkin de .64 (superior a .6, valor mínimo recomendado) e verificou-se significância estatística através do teste de esfericidade de Barlett ($p = .000$). O componente resultante da ACP agregou espaços bem consolidados no bairro, centrais na vida quotidiana dos moradores: Drogeria do Castelo, Café Leitaria de São Jorge, Casa do Governador (instalações do gabinete do Castelo da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior), Igreja de Santa Cruz, Largo de Santa Cruz, Café Muralha de São Jorge, Café Mercaria, deixando de fora os espaços mais recentes e turísticos. O conjunto dos 7 itens do componente explicam 21,8% da variância e apresentam pesos factoriais maiores que .45. A fiabilidade deste factor foi aferida através da análise da sua consistência interna, tendo-se obtido um alpha de Cronbach de .71. No seguimento da Análise de Componentes Principais foi construída a nova variável Grau de Utilização do bairro através da soma das participações destes itens.

Grau de Necessidade do bairro (variável 7.)

Para constituir o Grau de Necessidade do bairro, procurou-se identificar as necessidades que explicam mais da variância das necessidades do bairro. Para este efeito foi realizada uma Análise de Componentes Principais (ACP) a um componente, a 16 dos 19 itens da pergunta «P012 Indique as maiores necessidades do bairro do Castelo», 3 itens foram excluídos (abrir a porta de trás do Castelo de São Jorge; *tuk-*

tuks; balneário e lavadouro¹⁴) por não verificarem um dos pressupostos de um número mínimo de 5 casos (cf. Tabachnick & Fidell, 2001 cit. por Pallant, 2005). Os testes preliminares realizados para confirmar a adequabilidade dos dados a uma análise factorial revelaram a presença de várias correlações acima do coeficiente de correlação de .3, um coeficiente de Kaiser-Meyer-Oklin baixo de .59 (o valor mínimo recomendado é .6,) e verificou-se significância estatística através do teste de esfericidade de Barlett ($p = .000$). O componente resultante da ACP agregou necessidades relacionadas com equipamentos específicos: Lixo, Polidesportivo, Transportes, Polícia, Farmácia, Acessibilidades (com pesos factoriais maiores que .5). O conjunto destes itens explicam 17,8% da variância. A fiabilidade deste factor foi aferida através da análise da sua consistência interna, tendo-se obtido um alpha de Cronbach de .73. No seguimento da Análise de Componentes Principais foi construída a nova variável Grau de Necessidade do bairro através da soma das participações destes itens.

No caso das variáveis 10., 11., 12. e 13. a ACP foi utilizada como uma técnica de redução para agregar informação relativa à qualidade de vida (P017, P018 e P019), à satisfação com as entidades públicas (P026, P027 e P028) e com à satisfação com as associações locais (P031, P032) em três índices.

Índice de Satisfação com a qualidade de vida (variável 10.)

Para recodificar a variável Índice de Satisfação com a qualidade de vida procurou-se confirmar se os dados das três escalas se agregam no mesmo componentes, ou seja, se agregam como se medissem a mesma coisa. Os testes preliminares realizados para confirmar a adequabilidade dos dados a uma análise factorial revelaram a existência correlações acima do coeficiente de correlação de .3 entre todos os itens, um coeficiente de Kaiser-Meyer-Oklin de .66 (superior a .6, valor mínimo recomendado) e verificou-se significância estatística através do teste de esfericidade de Barlett ($p = .000$). A Análise de Componente Principal confirmou a existência de uma estrutura unifactorial entre as três escalas, explicando 63% da variância total e apresentando cada item pesos factoriais superiores a .75. A fiabilidade deste factor foi aferida através da análise da sua consistência interna, tendo-se obtido um alpha de Cronbach de .69, um valor baixo em comparação com os resultados a ACP que pode ser

¹⁴ Três necessidades indicadas na hipótese “outra(s)” por alguns moradores.

explicado pela sensibilidade do Alpha de Cronbach ao número de itens. No seguimento da Análise de Componentes Principais foi construída a nova variável Índice de Satisfação com a qualidade de vida através da média entre as três escalas.

Índice de Satisfação com as entidades públicas (variável 11.)

Para recodificar a variável Índice de Satisfação com as entidades públicas procurou-se confirmar se os dados das três escalas se agregam no mesmo componentes, ou seja, se agregam como se medissem a mesma coisa. Os testes preliminares realizados para confirmar a adequabilidade dos dados a uma análise factorial revelaram a existência de algumas correlações acima de .3, um coeficiente de Kaiser-Meyer-Okin de .39 (muito baixo em relação ao mínimo aceitável de .6) e verificou-se significância estatística através do teste de esfericidade de Barlett ($p = .000$). A Análise de Componente Principal revelou uma estrutura bifactorial entre as três escalas, o que levou à exclusão do item do segundo componente (P026) Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, decisão confirmada pelo aumento do alpha de Cronbach de .5 para .6, e à constituição de um Índice de Satisfação com as entidades públicas apenas baseado na avaliação da EGEAC – Empresa de Gestão de Equipamento Municipal (P027) e da Câmara Municipal de Lisboa (P028), sendo, caso se verifique a pertinência, a satisfação com a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior avaliada independentemente (variável 12.).

Índice de Satisfação com as associações locais (variável 13.)

Para recodificar a variável Índice de Satisfação com as associações locais procurou-se confirmar se os dados das três escalas se agregam no mesmo componente, ou seja, se agregam como se medissem a mesma coisa. Os testes preliminares realizados para confirmar a adequabilidade dos dados a uma análise factorial revelaram a existência de correlações acima do coeficiente de correlação de .3 entre todos os itens à excepção da correlação entre a avaliação da actuação do Fundo de Arquitectura Social e do grupo Desportivo do Castelo, um coeficiente de Kaiser-Meyer-Okin de .6 (valor mínimo recomendado) e verificou-se significância estatística através do teste de esfericidade de Barlett ($p = .000$). A Análise de Componente Principal confirmou a existência de uma estrutura unifactorial entre as três escalas, explicando 64% da variância total e apresentando cada item pesos factoriais superiores a .7. A fiabilidade deste factor foi aferida através da análise da sua consistência interna, tendo-se obtido

um Alpha de Cronbach de .67, um valor baixo em comparação com os resultados a ACP que pode ser explicado pela sensibilidade do Alpha de Cronbach ao número de itens. No seguimento da Análise de Componentes Principais foi construída a nova variável Índice de Satisfação com as associações locais através da média entre as três escalas.

O mesmo processo não se pode realizar em relação à percepção de pertença (P020, P021, P022, P023) uma vez que não se verificou um coeficiente de Kaiser-Meyer-Oklín superior a .6, nem um Alpha de Cronbach igual ou superior a .7. Estes testes informam que as quatro escalas são muito independentes, sendo o sentimento de pertença em relação ao bairro do Castelo completamente distinto do sentimento de pertença em relação à cidade de Lisboa, e ambos os anteriores completamente distintos do sentimento de pertença em relação à colina do Castelo e à Freguesia de Santa Maria Maior. Face a estes resultados, optou-se por analisar a pertença no bairro do Castelo através das escalas «P020 Sinto que pertença ao bairro do Castelo» e «P023 Sinto-me Lisboaeta» utilizadas independentemente consoante fizesse mais sentido (variáveis 8. e 9.).